

ÉRIKA SANTOS SILVA

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E SUA
NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO COMO PERSPECTIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOUTORADO
CAMPO GRANDE – MS

2024

ÉRIKA SANTOS SILVA

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E SUA
NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO COMO PERSPECTIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tese apresentada à Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, na área de concentração de Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades. Sob orientação da Prof. Dra. Arlinda Cantero Dorsa.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Modalidade 1.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOUTORADO
CAMPO GRANDE – MS

2024

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP) (Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

SILVA, Érika Santos. O patrimônio material e sua necessidade de preservação como perspectiva para o desenvolvimento local.

Orientação Prof^a Dra. Arlinda Cantero Dorsa. Campo Grande, 2024. Defesa ocorrida: 29/02/2024.

Tese (Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2024.

S586p Silva, Érika Santos

O patrimônio cultural material e sua necessidade de preservação como perspectiva para o desenvolvimento local/ Érika Santos Silva sob orientação da Profa. Dra. Arlinda Cantero Dorsa.-- Campo Grande, MS : 2024.
105 p.: il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2024
Bibliografia: p. 95- 105

1. Patrimônio cultural material. 2. Cultura. 3. Memória.
4. Desenvolvimento local. 5. Cidades inteligentes
I.Dorsa, Arlinda Cantero. II. Título.

CDD: 363.69

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “O patrimônio cultural material e sua preservação na perspectiva do Desenvolvimento Local”

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 29/02/2024

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Arlinda Cantero Dorsa, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa

Profa. Dra. Arlinda Cantero Dorsa (orientadora)

Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho (PPGDL/UCDB)

Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (PPGDL/UCDB)

Profa. Dra. Maria Margareth Escobar Ribas Lima (UFMS)

Profa. Dra. Maria Christina de Lima Félix Santos (IHGMS)

DEDICATÓRIA

Para Israel, Rosimeire, Erick, Kamila, Samuel e Isaac. Razões da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde e fé durante todo o período. Aos meus pais Israel e Rosimeire que foram incentivadores durante toda a minha vida e me proporcionaram a oportunidade de estudo. Foram perfeitos no período de pandemia no qual iniciei o doutorado e tudo era novo e incerto.

Aos meus irmãos Erick Santos e Kamila Santos que são a razão da minha vida, por quem eu busco servir de exemplo diariamente. Aos meus amigos Pabline Nunes, Victor Hugo, Francielly Lolle, Isabelle, Flávio Gutierrez, Felipe Peres, Kely Lubas, Katicylene Echague, Guilherme Neto que sempre me apoiaram e estiveram comigo constantemente. Ao meu esposo José Carlos que sempre foi companheiro e apoiador.

Aos meus sobrinhos Samuel, Murilo, Arthur e Isaac que nasceram durante o período de confecção desta tese, e alegraram os meus dias.

Agradeço grandemente a minha querida orientadora Arlinda Cantero Dorsa que me ofereceu seu conhecimento, abriu seu coração, as portas da sua casa e foi muito acolhedora, paciente e incentivadora dessa trilha que percorri. As professoras que compuseram a banca, que são minhas inspirações e exemplos na luta pela preservação do Patrimônio Cultural, Arquitetônico e o Desenvolvimento Local.

Ao programa de Desenvolvimento Local-PPGDL/UCDB a qual me proporcionou grandes professores que sempre foram de uma dedicação extrema, oferecendo o melhor de si. Aos colegas de curso que foram essenciais no cotidiano na colaboração do meu conhecimento e desenvolvimento. Em especial ao meu trio Antônio Carlos Dorsa (Cacaio) e Maria Romilda que mesmo distantes fisicamente, sempre estivemos em contato nos ajudando, trocando conhecimento ou apenas piadas para alegrar cada momento.

A Capes pelo financiamento primordial em minha caminhada científica.

Por fim, agradeço o mundo em que vivo, as pessoas que conheço, que conheci, e que ainda vou conhecer e partilhar essa parte maravilhosa da minha história.

“As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.”

Stuart Hall (2000)

RESUMO

SILVA, Santos. Erika. **O patrimônio cultural material e sua preservação na perspectiva do desenvolvimento local**. 105p. 2024. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado Acadêmico) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, Brasil.

O foco desta tese está relacionado à preservação do Patrimônio Cultural Material na contemporaneidade, por meio de significação social na perspectiva do Desenvolvimento Local, com atenção especial às cidades. A justificativa da relevância dessa tese recai principalmente no resguardo e preservação de sua memória sociocultural, como elemento fundamental para o seu reconhecimento e desenvolvimento. Outro aspecto relevante tem como base a preservação do patrimônio cultural material sob a ótica do conceito de cidades inteligentes, voltado às perspectivas de Desenvolvimento Local. A pesquisa se norteia pela seguinte questão: “Qual o sentido da preservação do patrimônio cultural material mediante significado atribuído socialmente no desenvolvimento local em cidades?” Desse modo tem-se por hipótese que por intermédio do reconhecimento social diante da importância do patrimônio cultural material e sua dinâmica, pode-se compreender melhor campos no cotidiano que necessitam de adaptações e implantação de novos métodos para que dessa forma venha a contribuir na qualidade de vida do homem. Como objetivo geral, esta tese busca correlacionar o significado social atribuído ao patrimônio cultural material sob diferentes formas de preservação na perspectiva do desenvolvimento local em cidades. De maneira mais específica se objetiva: i) Levantar o estado da arte do patrimônio cultural material, preservação e conceitos relacionados, a partir de uma análise bibliométrica nos últimos dez anos, combinada e comparada a outros múltiplos estudos teóricos, que possam trazer suporte ao foco da tese; ii) Apreciar as múltiplas interpretações atribuídas ao patrimônio cultural material e às suas formas de preservação, em acordos documentais internacionais e documentos legislativos nacionais; iii) Abordar o patrimônio cultural material e sua preservação numa perspectiva de desenvolvimento local; iv) Desvendar as formas de manifestação da preservação do patrimônio cultural material em dinâmicas sociais urbanas, na perspectiva do desenvolvimento local, com maior atenção àquelas próprias de cidades inteligentes. Como base metodológica, a abordagem é qualitativa e quantitativa quanto à revisão sistemática utilizada, quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, documental e bibliográfica. Conclui-se então, mediante a toda revisão teórica abordada na tese, a importância e a relevância do patrimônio cultural material, sob a ótica acadêmica. Aponta a preservação do patrimônio cultural material como elemento fundamental para desenvolvimento humano e social, que voltado ao conceito de cidades inteligentes contribui efetivamente no processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Patrimônio cultural material, cultura; memória, desenvolvimento local, cidades inteligentes.

ABSTRACT

SILVA, Santos. Erika. **Material cultural heritage and its need for preservation as a perspective for local development.** 105 p. 2024. Thesis (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado Acadêmico) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, Brazil.

The focus of this thesis is related to the preservation of Material Cultural Heritage in contemporary times, through social significance from the perspective of local development, with special attention to cities. The justification for the relevance of this thesis lies mainly in the protection and preservation of its sociocultural memory, as a fundamental element for its recognition and development. Another relevant aspect is based on the preservation of material cultural heritage from the perspective of the concept of smart cities, focused on Local Development perspectives. The research is guided by the following question: “What is the meaning of preserving material cultural heritage through the meaning socially attributed in local development in cities?” Thus, it is hypothesized that through social recognition in the face of the importance of material cultural heritage and its dynamics, it is possible to better understand fields in everyday life that require adaptations and the implementation of new methods so that they can contribute to quality of man's life. As a general objective, this thesis seeks to correlate the social meaning attributed to material cultural heritage under different forms of preservation from the perspective of local development in cities. More specifically, the objective is to: i) Survey the state of the art of material cultural heritage, preservation and related concepts, based on a bibliometric analysis over the last ten years, combined and compared to other multiple theoretical studies, which can support the focus of the thesis; ii) Appreciate the multiple interpretations attributed to material cultural heritage and its forms of preservation, in international documentary agreements and national legislative documents; iii) Address material cultural heritage and its preservation from a local development perspective; iv) Uncover the forms of manifestation of the preservation of material cultural heritage in urban social dynamics, from the perspective of local development, with greater attention to those specific to smart cities. As a methodological basis, the approach is qualitative and quantitative in terms of the systematic review used, in terms of objectives, the research is exploratory, documentary and bibliographic. It is then concluded, through the entire theoretical review covered in the thesis, the importance and relevance of material cultural heritage, from an academic perspective. It points to the preservation of material cultural heritage as a fundamental element for human and social development, which, focused on the concept of smart cities, effectively contributes to the process of local development.

Keywords: cultural heritage; culture; memory, local development, smart cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda 2030	14
Figura 02: Homepage periódicos CAPES com acesso ao portal CAFe	21
Figura 03: Homepage da base Scopus Preview	22
Figura 04: Patrimônio Material: áreas de pesquisa relacionadas	24
Figura 05: Dados gerais rodados no Biblioshiny.....	31
Figura 06: Nuvem de palavras.....	32
Figura 07: Dimensões da Sustentabilidade.....	36
Figura 08: Produção Científica Anual	37
Figura 09: Produção das fontes ao longo do tempo.....	38
Figura 10: Autores mais relevantes	43
Figura 11: Emblema da UNESCO e do Patrimônio Mundial da Humanidade	60
Figura 12: Logotipo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).....	61
Figura 13: Mapa Estratégico do IPHAN – 2013-2015	62
Figura 14: Logotipo da Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul.....	63
Figura 15: Histórico de documentos patrimoniais.....	69
Figura 16: Imagens do CIAM.....	70
Figura 17: Documentos patrimoniais sec. XXI	76
Figura 18: Componentes da Smart City	84

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	17
2.1 Quanto à abordagem	17
2.2 Objetivos.....	19
2.3 Estado do conhecimento utilizado.....	19
3. PATRIMÔNIO MATERIAL: ESTUDOS DE REVISÃO BIBLIOMÉTRICA.....	23
3.1 Estado do conhecimento/arte considerações teóricas.....	23
3.2. Mapeamento bibliométrico sobre o estado da arte a respeito do Patrimônio Cultural Material e conceitos correlatos	26
3.3 Da pesquisa bibliográfica realizada	29
3.3.1 Etapa da pesquisa Capes/Cafe.	29
3.3.2 Processamento dos dados adquiridos	29
4. CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, PATRIMÔNIO HISTÓRICO: RELAÇÕES COM A MEMÓRIA	48
4.1 Considerações conceituais sobre cultura	49
4.2 Patrimônio Cultural: conceituações teóricas	52
4.3 Patrimônio como política pública	56
4.4 A relação entre memória e patrimônio cultural material.....	63
5. O PAPEL DAS LEGISLAÇÕES, CONSERVAÇÕES, RESTAURAÇÕES E USOS- PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	67
5.1 Histórico dos documentos patrimoniais	67
5.2 Histórico dos documentos patrimoniais: século XXI	73
5.3 Conservação, Restauração e uso do patrimônio cultural material	75
6. CIDADES INTELIGENTES E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	80
6.1 Cidades inteligentes: conceituações necessárias	80
6.2 A relação existente entre urbanização e patrimônio	83
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O indivíduo por si, já é um ser complexo carregado de comportamentos diversos, mas dentro de um contexto de sobrevivência comunitária ele se reconhece e identifica seus valores e tradições. Desde os primórdios até os dias atuais é uma preocupação do homem o que ele vai fazer perdurar além de seu tempo para as futuras gerações.

Tem-se a preocupação em deixar descendentes sanguíneos de sua espécie e através deles transpassar seus valores e tradições, objetos de valor monetário, construções que resguardem sua sobrevivência tanto individual quanto em comunidade e até mesmo cuidados com o habitat para que ele tenha condições de uso para as gerações futuras.

Utilizado normalmente no dia a dia dos seres humanos, o termo “Cultura” é um conceito muito abrangente dentro de todos os elementos que o compõem suas bases. O seu entendimento se faz necessário para o desenvolvimento e compreensão de um povo dentro do seu vocabulário comum. Noções de cultura associadas à noção de sociedade é uma base fundamental para a compreensão do comportamento humano a partir do seu eixo sociocultural.

Nesse sentido, é por meio de um conjunto de valores culturais transmitidos de geração para geração que o homem constitui seus comportamentos, sua linguística, seu conhecimento e todos os elementos que o compõem. Claro que essa herança cultural não permanece rígida ao longo dos tempos, pois vai sofrendo adaptações com as novas formas de sobrevivência e inovações naturalmente adquiridas durante o processo de evolução humana. Isso acontece porque o homem ao entender o que acontece ao seu redor, mediante a observação e reconhecimento do ambiente em que vive, busca constantemente por novas formas de adaptação e evolução que venham facilitar e proporcionar prazer em seu modo de viver.

Podemos entender então que a cultura é um ponto estratégico na excelência da sobrevivência humana, correspondendo às mudanças físicas e psicológicas no decorrer da vida, e que boa ou ruim estamos ligados e condenados a ela.

Nesse contexto inicial, o foco desta tese está relacionado à preservação do Patrimônio Cultural Material na contemporaneidade, por meio de significação social na perspectiva do desenvolvimento local, com atenção especial às cidades.

Sendo assim, a pesquisa se norteia pela seguinte questão: “Qual o sentido da preservação do patrimônio cultural material mediante significado atribuído socialmente no desenvolvimento local em cidades?”

Desse modo tem-se por conclusão final de que por intermédio do reconhecimento social diante da importância do patrimônio cultural material e sua dinâmica, pode-se compreender melhor campos no cotidiano que necessitam de adaptações e implantação de novos métodos para que dessa forma venha a contribuir na qualidade de vida do homem. Essas adaptações só são possíveis perante o apontamento de problemas atuais da cidade com vistas para um modelo ideal de cidade onde haja preservação do patrimônio cultural material e exploração no seu potencial atrativo voltado à dinâmica do desenvolvimento local.

Tem-se por objetivo geral desta tese conceituar o patrimônio cultural material, de forma a compreender a sua representação na vida sociocultural, como ele é observado atualmente nos trabalhos técnicos e na importância da sua preservação como perspectiva para o desenvolvimento local. De maneira mais específica se objetiva:

- i) Levantar o estado da arte do patrimônio cultural material, preservação e conceitos relacionados, a partir de uma análise bibliométrica nos últimos dez anos, combinada e comparada a outros múltiplos estudos teóricos, que possam trazer suporte ao foco da tese;
- ii) Apreciar as múltiplas interpretações atribuídas ao patrimônio cultural material e às suas formas de preservação, em acordos documentais internacionais e documentos legislativos nacionais;
- iii) Abordar o patrimônio cultural material e sua preservação numa perspectiva de desenvolvimento local
- iv) Desvendar as formas de manifestação da preservação do patrimônio cultural material em dinâmicas sociais urbanas, na perspectiva do desenvolvimento local, com maior atenção àquelas próprias de cidades inteligentes.

Neste contexto, podemos então considerar o patrimônio material como um dos termos do subgrupo que conceituam a cultura, e por ser elemento físico, palpável e visível, tem um papel importante na representação da herança cultural dos povos. O patrimônio material é a representação física de edificações que constituíram e ainda constituem a infraestrutura de convivência social e determinam a dinâmica das cidades. Essas edificações

carregam toda simbologia de modos de vida e características da época e dos povos ancestrais que as construíram.

Através dos imóveis patrimoniais conseguimos entender a dinâmica do desenvolvimento humano e sociocultural da cidade. O Planejamento Urbano, subárea da Arquitetura, trabalha o urbanismo como intervenção na exploração da capacidade de desenvolvimento em conjunto com a preservação dos bens históricos da cidade. O planejamento urbano possibilita o crescimento, a preservação e beneficia os espaços urbanos, com perspectiva promissora para o futuro do território da cidade. Por se tratar de espaços físicos e edificações está ligado diretamente ao patrimônio material.

É no planejamento urbano, uma área da Arquitetura e Urbanismo e considerado multidisciplinar, que se identifica como a cidade está se desenvolvendo e quais áreas devem ser preservadas ou requalificadas, uma das questões principais na hora dessa análise é a proteção de imóveis e áreas que carreguem características culturais de gerações anteriores que trabalharam e usufruíram da cidade durante sua construção. A cidade é um local que está em constante construção e serve de infraestrutura para a convivência humana e social, oferecendo qualidade de vida durante toda vida humana, e podendo ser usufruída por gerações seguintes.

Outra expressão relacionada à cultura e planejamento urbano é a “Restauração”, uma área da arquitetura muito rica na questão de detalhamentos e que estabelece um relacionamento com o patrimônio material e imaterial ao mesmo tempo. Além de preservar a integridade do objeto físico é necessário também formas de saberes e fazeres de técnicas antigas que promovam a integração dos materiais sem que se perceba a diferença entre o material novo e o antigo já existente. Dessa forma, proteger, restaurar, preservar e revitalizar o patrimônio material, mesmo mediante a alteração de seu uso sempre é sempre primordial.

O Desenvolvimento Sustentável também se relaciona com as questões do patrimônio material, por ser um modo de reaproveitamento do que existe com a preocupação de não extrair mais matéria-prima e nem poluir o planeta com materiais que demoram milhares de anos para se degradarem. A ideia de consumo e produção responsável está interligada a preservação, restauração e reutilização do que já existe.

A Memória caminha junto com as questões culturais e o patrimônio material é um dos reflexos dessa dinâmica. A memória funciona como um fio condutor que transporta a cultura vivenciada pelo povo no decorrer dos tempos para as gerações atuais e futuras. O registro dessa memória é extremamente importante, e pode acontecer de diversas formas como materiais (representadas em edificações e objetos), imateriais (cultivada e passada

verbalmente entre os indivíduos) e tecnologicamente (pelo registro de imagens, vídeo, sons, relatos).

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é um dos principais órgãos de referência ao tema do patrimônio cultural, ela defende a cultura e o desenvolvimento e seu objetivo é garantir a paz por meio intelectual entre as nações. Seus projetos e patrocínios no patrimônio cultural são diversos e suas publicações intelectuais são de referência internacional. Foi por meio da UNESCO, que a área de estudo patrimonial ganhou referência nas reivindicações que vinham sendo feitas há tempos pelos estudiosos da tecnologia.

A Convenção do Patrimônio Mundial, promovida pela UNESCO anualmente, desde 1972 tem o objetivo de apresentar por meio de estudos, o incentivo para a preservação dos bens culturais da humanidade. Estas ações são promovidas anualmente, com vistas a proteção e restauração patrimonial.

Com vistas à preservação do patrimônio cultural ao longo do tempo foram sendo desenvolvidas cartas, decretos e leis de salvaguarda para os mesmos e alguns órgãos foram e ainda são referência para as discussões e divulgação de todo o patrimônio cultural existente.

Na agenda 2030/ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, (Figura 1) podemos encontrar o patrimônio cultural no décimo primeiro objetivo denominado “Cidades e comunidades sustentáveis”, no item 11.4 que aponta o “fortalecimento e esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável aliados às “Cidades Inteligentes” e TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação, contribuem diretamente para o Desenvolvimento Local das cidades, por meio de ações nas dimensões econômica, social e ambiental, visando uma vida digna a todos cidadãos.

Figura 01 - ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda

2030



Fonte: Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 23/01/2024

Com foco na ODS 2030, as Cidades Inteligentes, conhecidas também como *Smart City* carregam o conceito de uma cidade eficiente, conectada e sustentável. Seu desenvolvimento acontece por meio de inovações tecnológicas que favorecem um ambiente urbano adequado à qualidade de vida e que promovam de forma sustentável a economia local e o desenvolvimento humano. Este tema está presente no capítulo 6 desta tese.

Com relação à revisão teórica realizada, serviram de base para a elaboração da tese os seguintes autores:

CAPÍTULO 2 - Pritchard (1969); Pao (1989); Minayo (1993); Flick, von Kardoff e Steike (2000); Ferreira, (2002); Sampieri, Collado e Lucio (2013); Creswell (2014); Taquete; Borges, (2020);

CAPÍTULO 3 -Brookes (1969); Berges (1973); Pinto (1976); Laraia (1986); Riegl (1984); Pao (1989); Rasmussen (1998); Ferreira, (2002); Glanzel (2003); Maltrás Barba (2003); Luso;Almeida, (2004); Santos (2006); Picheth, (2007); Kuhl, (2007); Emmitt (2007) ; Mueller (2013) ; Muller (2015); Hood e Wilson,(2001); Spinak, (1996); Quoniam, (1992); RAO, (1986); ZHU *et al.*, (1999), Soares *et al* (2016), ODS-ONU;

CAPÍTULO 4 - Bosi (1972); Lemos (1981); Handler,(1984); Nora (1984; 1993); Laraia (1986); Geertz (1989); Rolnik, (1995); Certeau (1996); Hall (1997); Cauquelin (1998); Choay (2001); Ballart, (2001); Cuchê (2002, Fonseca (2003); Aikawa (2004); Ramos (2004); Morgan, (2005); Castro (2005); Burke (2005),Fonseca (2005); Le Goff (1994; 2005); Hartog, (2006); Pelegrini (2007); Baltazar (2011); Souza e Crippa (2011); Lupo; Ozdil, (2013);

Vattano (2013); Carvalho e Souza (2014), Carvalho e Souza (2014), SempriniI, (1999) apud Menezes, (2015). Soster; Pratschke, (2017), IPHAN – 2013-2015; UNESCO (1972);

CAPÍTULO 5 - Documentais: CIAM- *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*; Carta de Atenas, 1933; Decreto-Lei 22.928 de 1933; Decreto-Lei Nº25, de 30 de novembro de 1937, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Livros do Tombo; Lei nº 378, de 1937; Carta de Veneza de 1964; Carta do Restauro Italiana de 1972; A Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972; Declaração de Amsterdã, 1975; Carta de Burra de 1980; Carta de Washington de 1986; Constituição Federal do Brasil de 1988; Conferência de Nara em 1994, Carta Brasília de 1995; Carta de Fortaleza de 1997; Lei Nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto Nº3.551/2000; Decreto legislativo Nº22, de 2006; Resolução Nº 001, de 05 de junho de 2009; Lei Nº 13.139 de 26 de junho de 2015; Portaria Nº 299/JUNHO 2015; Portaria Nº200, de 18 de maio de 2016; Resolução Nº5, de 12 julho de 2019.

Teóricos: Riegl (1903); Teobaldo, 2004; Viollet-le-duc, (2019); Ruskin (2015); Dvorák, 2015; Choay (2001); Más (2021); MÁS, 2021.

CAPÍTULO 6 - Gibson; Kozmetsky; Smilor, (1992); UNESCO, 2003; Hollands (2008); *Caragliu, Del Bo; Nijkamp* (2011); Vattano (2013); Lupo e Ozdi (2013); Neirotti et al. (2014); Arroub *et al.* (2016); Hajduk (2016); Khoshelham, (2018); Figueiredo (2018); Castro & Baracho (2020);

A justificativa da relevância da tese sob a ótica da academia e sociedade recai, principalmente, no resguardo e preservação de sua memória sociocultural, como elemento fundamental para o seu reconhecimento e desenvolvimento. Outra justificativa relevante volta-se à preservação do patrimônio cultural material como elemento base no conceito de cidades inteligentes, voltado às perspectivas de Desenvolvimento Local.

Com relação à relevância pessoal, a autora teve seu primeiro contato com o tema patrimônio em 2010 na graduação em Artes Visuais, onde iniciou sua pesquisa em relação ao patrimônio material edificado, do período eclético em Campo Grande- MS. Deu continuidade na mesma linha de pesquisa no curso de Arquitetura e Urbanismo em 2015 com o levantamento histórico e arquitetônico do Hotel Gaspar, localizado na cidade de Campo Grande- MS. Em 2018 no mestrado, após descobrir que a degradação dos imóveis patrimoniais são menores quando usados para fins gastronômicos, abordou o tema turismo gastronômico em Campo Grande- MS. Em 2020 ao iniciar o doutorado participou de grupos

de pesquisa do programa de Desenvolvimento Local-PPGDL/UCDB no qual teve seu primeiro contato com o tema das Smart cities, então pode constatar mais uma vez o quão abrangente e relevante o tema patrimônio cultural é para a vida humana. Desde então voltou sua pesquisa para propor a preservação do patrimônio cultural como elemento relevante para compor a vida humana e o desenvolvimento local.

Quanto à sua estruturação, a tese é composta dos seguintes capítulos:

O capítulo 1 aborda as “Considerações Iniciais” em relação à macrovisão do tema desta tese, apontamentos sobre o foco voltado ao tema patrimônio cultural material e sua necessidade de preservação como perspectivas para o desenvolvimento local.

O capítulo 2 volta-se às considerações metodológicas.

O capítulo 3 “Patrimônio Material: Estudos de Revisão Bibliométrica”, demonstra todo o processo da análise bibliométrica referente ao tema desta pesquisa, passo a passo, a metodologia e recursos que foram utilizados na quantificação e tabulação dos dados voltados às produções técnicas dentro da delimitação do espaço temporal nos últimos dez anos.

O capítulo 4 “Cultura, Patrimônio Cultural, Patrimônio Histórico: relações com a Memória”, dialoga sobre as melhores relações patrimoniais e como elas são fundamentais na construção do ser humano e no reconhecimento de sua identidade.

O capítulo 5 “O papel das legislações, conservação, restauração e usos- Patrimônio Histórico-Cultural”, aborda as normas das políticas públicas em prol da preservação e manutenção do patrimônio cultural em função da necessidade essencial de conservação da memória social.

O capítulo 6, “Cidades Inteligentes e sua Relação com o Patrimônio Cultural e o Desenvolvimento Local”, dialoga sobre a ligação entre as temáticas e como uma está diretamente inserida na outra, e dentro de uma dinâmica urbana e social juntas favorecem e enriquecem a qualidade de vida promovendo a perspectiva do desenvolvimento local.

Entendendo que o patrimônio cultural de uma cidade funciona como um ativo econômico, deve-se utilizá-lo como atrativo turístico e economia criativa¹ para geração de fluxo econômico² da cidade e assim contribuir no desenvolvimento local. Além disso, esse

¹ Economia Criativa: é um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda. SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-economia-criativa>. Acesso em: 19/01/2024.

² Fluxo econômico: Movimento de uma mercadoria, serviço ou título iniciado em um mercado e para ele dirigido, ou realizado no interior da economia em seu conjunto. O conceito de fluxo econômico para o conjunto do país — consumo, produção, investimento — é utilizado nas modernas teorias do emprego e do ciclo econômico. No processo produtivo, são gerados um fluxo de bens e mercadorias (produto) e um fluxo de rendimentos (renda). O primeiro denomina-se fluxo real e o segundo, fluxo nominal. O fluxo real, ou seja, as rendas geradas no processo produtivo, destina-se ao consumo e à poupança. O fluxo nominal dirige-se ao mercado para suprir as

patrimônio preservado serve também para educação patrimonial³ e reconhecimento histórico-cultural da sociedade.

Por fim, esta pesquisa, nas considerações finais, procura responder à questão norteadora, retomando as pontuações de cada capítulo para comprovar a necessidade do presente estudo para a constituição da sociedade.

necessidades de consumo. Certa proporção desses bens é diretamente absorvida pelas empresas. Edifício Plataforma Educacional. Disponível em: <https://www.dificio.com.br/fluxo-economico> . Acesso em: 19/01/2024.

³ Educação Patrimonial: é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. IPHAN. Disponível em: <https://www.portal.iphan.gov.br> . Acesso em: 19/01/2024

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise do corpus documental selecionado oferece alguns caminhos interessantes para o campo da preservação patrimonial, apesar de evidenciar que o patrimônio cultural, de fato, tem sido uma preocupação de segunda ordem em projetos voltados à “smartificação⁴” das cidades.

2.1 Quanto à abordagem

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa é qualitativa e quantitativa através dos dados quantificados mediante a análise bibliométrica⁵, que aponta o corpus da pesquisa bibliográfica usada para contextualização. A bibliometria segundo Pritchard (1969) significa "todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita", nesse sentido, ratifica também Pao (1989), ao observar na literatura o ingrediente chave no processo de comunicação e construção do conhecimento.

Com relação à pesquisa qualitativa de acordo com Flick, von Kardoff e Steike (2000), podemos compreender quatro bases teóricas: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “objetivas” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Vista como um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, Creswell (2014), aponta que a pesquisa qualitativa deve incluir notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes. Para o autor, os (as) pesquisadores (as) que trabalham com abordagem qualitativa de pesquisa buscam entender um fenômeno em seu contexto natural e de modo geral, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que pressupõe que o significado dado ao fenômeno é mais importante que sua qualificação. Sendo assim, os resultados de pesquisa foram aplicados, não sendo capaz de generalizar estatisticamente os resultados para a população ou para outros contextos diferentes.

⁴ Smartificação: Nome dado ao processo de tornar algo inteligente ou conectado à internet. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/smartifica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 22/08/2023.

⁵ Bibliometria: Campo da ciência da informação que aplica métodos estatísticos e matemáticos para analisar o curso da comunicação escrita de uma determinada disciplina. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/smartifica%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 22/08/2023.

Com relação às características básicas das Pesquisas Qualitativas Bogdan e Biklen (1994) afirmam que o investigador é o instrumento principal e a pesquisa busca um enfoque mais descritivo, pois há um interesse maior pelo processo do que pelos resultados ou produtos. Sendo assim, os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados de forma indutiva. Amplia esta discussão Creswell (2014), pois para o autor, os principais pressupostos da pesquisa qualitativa são:

- i) Pesquisa conduzida em ambiente natural;
- ii) Baseia-se no (a) pesquisador (a) como instrumento-chave de coleta;
- iii) Envolve o uso de múltiplos métodos;
- iv) Envolve um raciocínio complexo que circula entre o dedutivo e o indutivo;
- v) Foca na perspectiva dos participantes e;
- vi) está situada dentro do contexto dos participantes.

Com relação à abordagem com “enfoque quantitativo” denominada pelos autores Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 30), segue uma sequência de etapas para testar hipóteses, numa conferência principalmente numérica, analisando estatisticamente, constituindo paradigmas e comprovando teorias. Trata-se de uma abordagem em que o estudo ao fazer importantes aprofundamentos na associação ou correlação, faz análises e interferências dos porquês das causas, e de que forma essas causas são estabelecidas.

Para Creswell (2010, p.26), a pesquisa quantitativa é um “meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis”, já para Sampieri, Collado e Lucio (2013 p.36) a intenção deste enfoque é manter o foco do problema enunciado, sem as múltiplas possibilidades interpretativas como supõe um estudo qualitativo, por esse motivo é utilizado “para consolidar as crenças (formuladas de maneira lógica em uma teoria ou um esquema teórico) e estabelecer com exatidão padrões de comportamento em uma população”.

É importante refletir nas palavras de Minayo (1993), para quem abordagens quantitativa e qualitativa são necessárias, mas muitas vezes insuficientes para abarcar toda a realidade observada, daí a necessidade de serem utilizadas complementares. Ainda para a autora, do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade entre as duas formas de investigação do ponto de vista epistemológico, nenhuma das abordagens é mais científica do que a outra, mas são de natureza diferente. A relação entre a abordagem quantitativa (objetividade) e a qualitativa (subjetividade) não pode ser pensada como de oposição ou contrariedade, como também não se reduz a um continuum. As duas abordagens permitem que as relações sociais possam ser analisadas nos seus diferentes

aspectos: a pesquisa quantitativa pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

2.2 Objetivos

Quanto aos objetivos metodológicos constitui-se a partir da pesquisa exploratória visando oferecer informações sobre seu objeto orientando assim a formulação de hipóteses (Taquete; Borges, 2020), obtendo assim a familiarização e aproximação com os assuntos abordados.

A pesquisa exploratória, da maneira proposta neste trabalho, apoia-se em determinados princípios bastante difundidos que se referem a uma melhor aprendizagem quando se parte de algo que é conhecido; há necessidade então de se buscar ampliar o conhecimento assim como formular respostas racionais a partir de formulação de perguntas também racionais.

A tese também é explicativa visando ampliar generalizações, definir leis mais amplas e descritiva por descrever, analisar e interpretar o objeto em estudo sem interferência do objeto pesquisado.

2.3 Quanto aos meios

A partir de pesquisa bibliográfica visando à fundamentação teórica, esta tese se constrói na base de literaturas de textos, artigos, livros, dissertações e teses sobre a temática abordada, assim como utiliza pesquisa documental no exame e análise de documentos referentes às legislações dos documentos patrimoniais.

2.4 Estado do conhecimento utilizado

O estado do conhecimento se faz relevante a fim de apresentar um universo de inúmeras possibilidades das pesquisas atuais sobre o tema investigado. Desse modo, possibilita mapear, elencar e, ainda, examinar as produções do universo científico e acadêmico, considerando-se, para tanto, áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços existentes.

Definidos como de caráter bibliográfico, trazem em comum o objetivo de responder a aspectos, dimensões, formas e condições que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, na produção de dissertações de mestrado, teses de doutorado,

publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002).

Reforça esta conceituação, Morosini (2018, p. 99) ao entender o estado de conhecimento primeiro pela palavra acesso ao conhecimento já existente, “aos conceitos e princípios fundantes que já estão estabelecidos, ou seja, a produção de conhecimento que tem início tendo por base a busca de informações sobre aquilo que já foi produzido anteriormente”.

No capítulo 2, foi utilizada uma base de dados secundária essencial na constituição do foco deste estudo. O tema da pesquisa foi submetido à busca textual realizada pelo campo de periódicos da CAPES, no acesso CAFe⁶ e na sequência os dados foram analisados. (Figura 2)

Figura 02 - Homepage periódicos CAPES com acesso ao portal CAFe



Fonte: Disponível em: <http://mailer.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: data 18/10/2023 A abordagem quantitativa foi feita por meio de arquivo exportado da base *Scopus*⁷ (Figura 3) no formato

⁶ CAFe: Comunidade Acadêmica federada (CAFe), provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), é uma plataforma de acesso pelo site da CAPES (Portal de periódicos) que permite aos usuários logados com senha institucional, o acesso às bases de pesquisas de periódicos vinculadas (a nível internacional). Disponível em: <https://www.mailer.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 01/02/2024

⁷ Scopus: A base Scopus é uma base de dados bibliográfica e de resumos que abrange uma ampla gama de disciplinas acadêmicas. Desenvolvida pela Elsevier, a Scopus indexa artigos de revistas científicas, conferências, patentes e outras fontes acadêmicas. É uma ferramenta de pesquisa amplamente utilizada por estudiosos, pesquisadores e profissionais para acessar informações sobre publicações acadêmicas, rastrear citações, e realizar análises bibliométricas e de desempenho acadêmico. A base Scopus oferece uma visão abrangente e interdisciplinar da produção científica global. Disponível em: https://service.elsevier.com/app/answers/detail/a_id/15534/supporthub/scopus/#tips. Último acesso: 01/02/2024.

*BibTeX*⁸ para o software *Rstúdio*⁹), que em conjunto a plataforma *Biblioshiny*¹⁰ forneceu dados específicos para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema a parâmetros internacionais. A combinação desses processos proporcionou reflexões mais abrangentes a respeito de comportamentos, ações, posicionamentos e questionamentos sobre o tema. Ainda segundo a autora, também são reconhecidos por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema estudado.

Figura 03- Homepage da base Scopus Preview



Fonte: Disponível em: <https://www.scopus.com/home.uris/> Acesso em: data 26/10/2023

Diante da abordagem metodológica utilizada neste estudo, construiu-se uma base sólida para a compreensão aprofundada do campo patrimonial, destacando a importância da análise bibliométrica como ferramenta de pesquisa

⁸ BibTeX: É uma ferramenta e um formato de arquivo utilizado para gerenciar e organizar referências bibliográficas em documentos LaTeX. Desenvolvido por Oren Patashnik nos anos 1980, o BibTeX permite que os usuários criem bibliografias de maneira eficiente, armazenando informações bibliográficas em um arquivo separado (.bib). Essas referências podem então ser citadas em documentos LaTeX, e o BibTeX formata automaticamente as citações e cria uma lista de referências no estilo desejado, facilitando a formatação consistente e a gestão de bibliografias em documentos acadêmicos e científicos. Disponível em: <https://bibtex.eu/pt/>. Último acesso: 01/02/2024.

⁹ Rstúdio: É um ambiente de desenvolvimento integrado (IDE) para a linguagem de programação R. Projetado para facilitar a escrita, execução e depuração de códigos R, o RStudio oferece uma interface gráfica amigável que inclui console, editor de scripts, visualização de variáveis e gráficos, além de outras ferramentas úteis. É uma escolha popular entre os cientistas de dados, estatísticos e pesquisadores que utilizam R para análise estatística e visualização de dados. O RStudio contribui para uma experiência mais eficiente e organizada no desenvolvimento de projetos em R. Disponível em: <https://www.rstudio.com/categories/rstudio-ide/>. Último acesso: 01/02/2024.

¹⁰ Biblioshiny: é uma ferramenta baseada na web que ajuda acadêmicos a importar, reunir, filtrar e analisar dados do bibliometrix, um software para pesquisa bibliométrica. Disponível em: <https://www.bibliometrix.org/home/index.php/layout/biblioshiny>. Último acesso: 01/02/2024.

3. PATRIMÔNIO MATERIAL: estudos de revisão bibliométrica

Neste capítulo, foi desenvolvida a análise bibliométrica de forma a colaborar com o mapeamento estatístico dos dados sobre as publicações bibliográficas existentes nos últimos dez anos sobre “patrimônio material”. (Figura 4). Dessa forma, houve a condição de uma análise mais aprofundada sobre o tema e a compreensão de como ele está sendo tratado internacionalmente, quais pesquisadores e instituições o têm como foco de pesquisa e em quais áreas ele está mais presente.

Figura 04 - Patrimônio Material: áreas de pesquisa relacionadas



Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

3.1 Estado do conhecimento/artes e considerações teóricas

Algumas pontuações iniciais têm como finalidade distinguir os diferentes estudos de revisão que são apresentados a partir dos seguintes tipos de mapeamento:

- i) **Levantamento bibliográfico**- consiste no levantamento de todas as referências encontradas sobre determinado tema, sem um critério detalhado na sua forma de seleção e encontradas em formatos de livros, sites, revistas, vídeos objetivando contribuir

com o objeto investigado como um primeiro contato; este tipo de levantamento é encontrado atualmente com a utilização de softwares como *EndNote*¹¹ ou *Mendeley*¹²;

ii) A **revisão de literatura** ou **revisão bibliográfica**, de acordo com Alves-Mazzotti (2002), objetiva tanto a contextualização quanto à possibilidade analítica para a concepção teórica da pesquisa realizada;

iii) O aprofundamento da temática passa a se constituir como **estado da arte ou revisão narrativa na área da saúde**, abre novas perspectivas ao permitir não somente relações com produções anteriores como também identificação temática mais recorrente, apontando assim para novas possibilidades de pesquisa. Como o volume de produção pode ser grande, é relevante o estabelecimento de critérios relacionados ao período da pesquisa, estabelecimento de determinada fonte de dados sejam artigos, dissertações ou teses sobre o tema pesquisado. (Picheth, 2007).

Para a realização deste estudo foi utilizado o estado do conhecimento com o objetivo de realizar um estudo bibliométrico das produções científicas a respeito do tema “Patrimônio material”. Acerca deste tema, pode-se afirmar que se trata de:

[...] discutir uma certa produção acadêmica [...] tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (Ferreira, 2002, p. 257).

O estado do conhecimento é uma metodologia usada primeiramente na identificação dos registros dos estudos publicados sobre o tema, seguido de uma categorização afunilada pela filtragem dos dados limitando ainda a área do tema escolhido e por último a reflexão dos dados finais obtidos mediante o levantamento. Ao realizar a revisão de literatura visamos identificar pontualmente as demandas e problemáticas reveladas pelo pesquisador analisado.

¹¹ EndNote: é um software gerenciador de bibliografias para publicação de artigos científicos. Importa referências bibliográficas da Web, organiza-as em grupos de assuntos e insere as referências no corpo do texto, quando editado por processador Microsoft Office ou OpenOffice. A lista de referência é formatada no padrão da revista de publicação, estilo Vancouver e ABNT, por exemplo. É uma ferramenta utilizada na produção de textos científicos para publicação internacional. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/EndNote> Acesso em: 01/02/2024.

¹² Mendeley: O Mendeley é um software que fornece um gerenciador de referência gratuito que auxilia nos trabalhos acadêmicos e tem a finalidade de gerenciar arquivos eletrônicos (formato PDF), além de ajudar na normalização de citações e referências geradas automaticamente. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/biblioteca/index.php/gerenciador-de-referencias-mendeley>. Acesso em: 01/02/2024.

Os resumos de teses e dissertações começaram a se estruturar a partir da segunda metade da década de 80, de acordo com Ferreira (2002), com informações que permitiam identificar as estruturas da pesquisa de teses e dissertações. Com uma revisão crítica sobre os periódicos levantados, a estrutura do trabalho se torna colaborativa em aspecto de conteúdo e na valorização dos referenciais teóricos existentes, assim a identificação dos aspectos que têm sido valorizados subsidia novas reflexões e pesquisas.

Catalogar estudos já existentes sobre o tema de pesquisa que se trabalha é elemento fundamental ao pesquisador, pois o levantamento das publicações existentes serve como fonte básica de referência e lhe propicia uma análise mais aprofundada sobre o que se compete a escrever. Com o fortalecimento e a facilidade de acesso às plataformas de publicação de trabalhos, fica inaceitável novas pesquisas sem o levantamento do estado do conhecimento adequado.

Identifica Muller (2015) o mapeamento e análise da produção acadêmica, como uma pesquisa de inventário crítico, nesse sentido, este termo “inventário” vem do latim *inventarium*, e Pinto¹³ define-o como catálogo, registro, rol de bens, relação, longa enumeração, descrição pormenorizada e avaliação. Em um dado momento o inventário é um levantamento ordenado de elementos de um determinado grupo, servindo a finalidades diversas. Então inventariar é a prática de mapear, catalogar, analisar os elementos de um dado patrimônio, descrevê-los, classificá-los e atribuir um valor (Portilho, 2004, p.4). Ao conceber inventário na produção acadêmica, entende-se a necessidade dos processos avaliativos das publicações anteriores para subsidiar e categorizar os objetivos de um novo tema de pesquisa.

As revistas científicas, de acordo com Muller (2015) formam um canal formal para registro das produções intelectuais, que se configuram como meios de avaliação das produções científicas de pesquisadores e instituições, seus meios de avaliação são categorizados pelos indicadores de citações, autorias, coautorias e acessos. A autora ainda ressalta que existem na literatura internacional, indícios de que “diferentes áreas dão preferência a canais diferentes para comunicar seus resultados”. De toda forma, o canal de comunicação utilizado pelos cientistas de cada área do saber está condicionado às características do campo do conhecimento e ao interesse dos pesquisadores.

Dessa forma, a Ciência por intermédio de periódicos disponibiliza o conhecimento das pesquisas e integra aos interessados.

¹³ Pinto, José Madureira. Ideologias: inventário crítico de um conceito. In *Análise Social*, Lisboa, Portugal, v. XII (45), 1976, p.127-152.

Assim quando um pesquisador inicia o seu estado do conhecimento para compreender melhor o que já vem se falando sobre o assunto que ele pretende trabalhar, é um facilitador de busca as plataformas de bases de dados que oferecem funções de filtragem, possibilitando o direcionamento específico da área e do tema de pesquisa em desenvolvimento.

3.2. Mapeamento bibliométrico sobre o estado da arte a respeito do Patrimônio Cultural

Material e conceitos correlatos

A bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da informação. Termo criado por Paul Otlet em 1934, foi utilizado pela primeira vez em meados de 1923 como “bibliografia estatística”, por *E. Wyndham Hulme*, antecede a data a qual se atribui a formação da área de Ciência da Informação, com fundamento de esclarecer os processos científicos e tecnológicos por meio da categorização de documentos.

O termo *statistical bibliography* foi ignorado por volta de vinte e dois anos, até que *Gosnell* em 1944 em um de seus trabalhos resolveu utilizar da mesma metodologia de *Hulme*. Menciona-se ainda, que existia um consenso entre autores dedicados ao assunto, de que o termo *statistical bibliography* não era de todo satisfatório, o que se verificava inclusive pelo seu escasso emprego na literatura. Conforme *Pritchard* (1969) o termo *Bibliometria* (em inglês *Bibliometrics*) é sugerido para denominar a área em questão.

O livro *Concepts of Information Retrieval* traz o termo Bibliometria introduzido por *Allan Pritchard* em seu artigo de 1969, como *Statistical Bibliography or Bibliometrics*, na abordagem de estudos que utiliza métodos matemáticos e estatísticos para levantar e quantificar os processos de comunicação escrita. *Pao* (1989) compreendeu que a literatura é o ingrediente chave no processo de comunicação do conhecimento e que as literaturas publicadas podem ganhar proporções maiores quando estudadas em termos estatísticos e analisadas em categorias. Para isso, o método usado se baseia em selecionar artigos, periódicos de livros, e após categorizar os autores, as palavras-chave, o tipo de usuário, as citações já com parâmetros observáveis para um estudo bibliométrico da literatura.

Apresenta *Glanzel* (2003) já na bibliometria moderna, três componentes essenciais para sua execução: i) o domínio dos pesquisadores sobre uma pesquisa básica; ii) a disciplina científica, voltada para grupos específicos e suas especialidades, e o iii) gestão da ciência e tecnologia, destinada à avaliação das pesquisas.

Objetivando o uso dessa ferramenta, Mueller (2013) focaliza as seguintes possibilidades: i) analisar e mapear autores e coautores; ii) colaborar iii) estruturar redes; iv) avaliar e descrever a literatura, seus impactos e indicadores; v) demonstrar a produção e produtividade; vi) dar visibilidade a autores e instituições e por fim, realizar estudos sobre citação e cocitação.

Ao longo do século XX, os estudos métricos foram desenvolvidos e aperfeiçoados e em 2005, Guedes e *Borschiver*, apontam as três leis bases de sua estrutura: a Lei de *Bradford* (produtividade de periódicos), Lei de *Lotka* (produtividade científica de autores) e Lei de *Zipf* (frequência de palavras).

Conforme Brookes (1969) a Lei de *Bradford* (produtividade de periódicos), é de 1934 e surgiu à medida em que uma nova pesquisa era escrita. Ela sugere que ao se produzir um novo artigo sobre um assunto inédito, antes ele deve ser submetido a uma seleção de periódicos apropriados. Se aceito e publicado ele serve como atrativo a mais pesquisas da mesma área aumentando conseqüentemente o número de publicações e informações sobre o assunto.

A Lei de *Lotka* (produtividade científica de autores), aborda de forma específica uma análise das produções científicas dos autores, e de que forma eles vêm contribuindo para o avanço dos campos de pesquisa. Essa lei partiu de um estudo pioneiro de Lotka entre 1909 e 1916, no qual ele ressalta que uma significativa proporção da literatura científica era produzida por um pequeno número de autores, e que uma grande porcentagem dos autores concentrava poucas publicações e assim, em produção, se igualavam. Maltrás Barba (2003), em sua revisão sobre indicadores bibliométrico, ressalta que a cada 100 autores terá um trabalho somente, haverá outros vinte e cinco autores com dois trabalhos desenvolvidos, onze autores com três trabalhos e assim conseqüentemente, a cada aumento de produção uma diminuição na quantidade de autores estão produzindo.

Como terceira lei bibliométrica fundada em 1949, a Lei de *Zipf* (frequência de palavras), relaciona a frequência de palavras em um texto e a ordem de série dessas palavras (Quoniam, 1992). A análise de reincidência dessas palavras determina a origem do tema pesquisado. Também chamada de lei quantitativa fundamental da atividade humana (Hood e Wilson, 2001; Spinak, 1996; Quoniam, 1992).

Segundo Quoniam (1992) ela se subdivide em duas partes: i) A primeira Lei de Zipf: relata que o produto da ordem de série de uma palavra multiplicado pela frequência de ocorrência é aproximadamente constante; ii) A segunda Lei de Zipf: enuncia que em um

determinado texto, várias palavras de baixa frequência de ocorrência (alta ordem de série) têm a mesma frequência.

A criação e fundamentação das leis bibliométricas basearam a formação das produções científicas de forma sólida e coerente. Seus representativos só se tornaram uma realidade concreta nas últimas décadas do século XX. Atualmente existem inúmeras ferramentas de pesquisas baseadas nas leis de *Bradford*, *Lotka* e *Zipf*.

Outra importante concepção vem de *Mueller* (2013), para quem a ferramenta bibliométrica tem os seguintes objetivos: i) análise de autorias e coautorias, colaboração em redes; ii) avaliação e descrição da literatura, impacto e indicadores; iii) produção e produtividade, visibilidade de autores e instituições; e iv) estudos de citação e cocitação.

É importante também afirmar que em uma análise bibliométrica mais profunda que trabalha com auxílio de outras ferramentas digitais, consegue-se levantar a incidência de palavras dos trabalhos pelo método de repetição, podendo ser na análise textual do corpo do texto, somente com as palavras-chaves ou até mesmo no levantamento comparativo dos títulos.

Os estudos de *RAO*, 1986; *ZHU et al.*, (1999), *Soares et al.* (2016, p. 177) reforçam a importância do estudo da bibliometria como forma de observação do estado da ciência e tecnologia por meio da produção científica registrada em um repositório de dados. Sintetizam este pensamento ao afirmarem que:

É um método que permite situar um país em relação ao mundo, uma instituição em relação a um país, e cientistas individuais em relação às próprias comunidades científicas. Baseia-se na contagem de artigos científicos, patentes e citações. Dependendo da finalidade do estudo bibliométrico, os dados podem ser tanto o texto que compõe a publicação como os elementos presentes em registros sobre publicações extraídos de base de dados bibliográficos, como nome de autores, título, fonte, idioma, palavra-chave, classificação e citações. A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescência de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento.

São muitos, portanto, os meios de divulgação de resultados de pesquisas científicas formais e informais para análise bibliométrica, como comunicações orais em eventos, simpósios e sites de periódicos de revistas e jornais científicos. Os formatos de publicação desses trabalhos também ficam registrados de diversas formas como vídeos, resumos, resumos

estendidos, trabalhos completos, relatórios, transcrições de entrevistas e questionários, textos publicitários e de divulgação.

3.3 Da pesquisa bibliográfica realizada

3.3.1 Etapa da pesquisa Capes/Cafe.

A busca pelo estado do conhecimento foi feita, por meio da plataforma de banco de dados científico da CAPES, pelo portal de periódicos da Comunidade Acadêmica Federada - CAFe¹⁴. A abordagem quantitativa foi feita diretamente na base de dados da plataforma Scopus, a qual foi escolhida por ter apresentado inicialmente um maior número de publicações entre as bases existentes no portal de periódicos.

O levantamento foi feito por intermédio do descritor “patrimônio material”, na intenção de levantar material bibliográfico para análise bibliométrica. Inicialmente, obteve-se um número de 9,498 (nove mil, quatrocentos e noventa e oito) documentos publicados, observou-se então a necessidade de filtros mais específicos que delimitasse apenas os trabalhos que se relacionavam com tema na área arquitetônica.

A etapa de filtragem dos dados reduziu a quantidade de trabalhos de forma a simplificar a tabulação e à compreensão da temática abordada, ou seja, patrimônio material.

O filtro aplicado limitado na área da “Arquitetura” foi fundamental para o foco desta pesquisa, com o corte na linha temporal entre os anos de 2012 e 2022, contando apenas com arquivos de “artigos” revisados por pares, e com acesso aberto ligados aos descritores: i) Patrimônio Cultural; ii) Patrimônio; iii) Arquitetura; iv) Conservação; v) Ciência dos materiais e história.

Ao final da etapa obteve-se um montante de 133 arquivos sem restrições a formatos ou idiomas.

¹⁴ A forma mais tradicional para explorar as ferramentas do Portal de Periódicos CAPES é diretamente no campus, com reconhecimento de IP. Entretanto, no período de pandemia, quando o distanciamento social se fez necessário, a procura pelo acesso remoto aumentou. Simultaneamente, cresceu também o volume de dúvidas sobre a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a CAFe permite que usuários utilizem login e senha institucionais para diversos serviços – entre eles, é possível acessar de forma remota o conteúdo assinado do Portal de Periódicos. De acordo com a RNP, mais de duzentas universidades e institutos de pesquisa brasileiros compõem hoje a comunidade federada. Para saber se você pode usufruir do benefício, é necessário verificar se a sua instituição encontra-se na lista disponível no Portal de Periódicos ou entrar em contato diretamente com a área de TI ou biblioteca da sua instituição, responsável por aderir ao serviço. Disponível em: <http://mailer.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 25/11/2023

3.3.2 Processamento dos dados adquiridos

A exportação do arquivo da base Scopus no formato BibTeX foi essencial para a leitura estatística dos dados no programa Rstúdio, o qual em conjunto com a plataforma Biblioshiny (Figura 5) forneceu dados específicos de análise para uma compreensão mais aprofundada de como o tema é observado e como se desenvolve a nível internacional. Podemos observar na figura 01 logo abaixo o resumo de alguns dados gerais apresentados no mapeamento do tema “patrimônio material”.

Figura 05 - Dados gerais rodados no Biblioshiny



Fonte: Elaborado por Érika Santos Silva com base em Biblioshiny/2023

O período de corte das publicações ficou limitado aos últimos dez anos, contando com um total de 256 (duzentos e cinquenta e seis) autores que trabalharam o tema, sendo 67 (sessenta e sete) trabalhos que têm como base a autoria única. A coautoria dos trabalhos contou com boas colaborações internacionais mostrando um percentual de 9.023% e com uma taxa de crescimento anual de procura sobre o tema em 18,22%, esses dados mostram efetivamente como o tema “patrimônio material” vem apresentando novas perspectivas de pesquisas e que se inserem de alguma forma em outras áreas de pesquisa.

A média de citações dos trabalhos mapeados ficaram em torno de 4.331 (quatro mil trezentos e trinta e um) citações por documento, com referências em torno de 5499 vezes evidenciando o quanto os trabalhos sobre patrimônio material colaboraram com outras pesquisas em diversas modalidades.

Na figura 06, a seguir, podemos observar uma nuvem de palavras, que é resultado da incidência das 50 palavras mais utilizadas no corpo dos textos pesquisados.

Figura 06 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

A palavra mais encontrada em todos os trabalhos foi “*Cultural Heritage*” (heranças culturais), que significa um conjunto de valores culturais transmitidos de geração para geração. Esses valores são determinados pela cultura de um povo, e é encontrada nas manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais passadas de forma natural entre os cidadãos. Conforme as palavras de Dorsa (2022, p.263), “podemos vislumbrar a cultura como resultante não só de uma história particular como também de outras culturas que se relacionaram, ainda que com características diferentes.

Cultura é um termo utilizado normalmente no dia a dia do cidadão, porém de forma muito abrangente, e muitas das vezes sem o conhecimento exato de todos os elementos que o compõem. Alguns estudiosos no decorrer dos séculos vêm analisando e elencando a proteção dos elementos que conceituam a cultura, pois se fazem necessários para o desenvolvimento e entendimento de um povo dentro de um vocabulário comum. A noção de cultura associada à

noção de sociedade é uma base fundamental para compreensão do comportamento humano a partir do seu eixo sociocultural. O olhar antropológico de Santos (2006, p.21), aponta:

Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la.

O autor evidencia que a realidade que vivenciamos e que se consegue ter a percepção é medida pela cultura que carregamos, intrinsecamente de nossas heranças culturais, que são transmitidas de geração em geração. Mesmo com a adaptação de novas formas de sobrevivência e as inovações adquiridas naturalmente com a evolução humana não deixamos de carregar vínculos com o passado, podendo ter sido ele vivenciado (como métodos de saberes e fazeres) ou apenas heranças materiais (de objetos simbólicos que transmitem algum valor afetivo).

O sociólogo americano *Berger* (1973) afirmava em sua pesquisa que o homem não é um animal produtor de cultura por ter um cérebro grande e complexo, mas é exatamente por ter a função cerebral e saber articular com todos os elementos ao seu redor que ele é um produtor de cultura. Essa articulação acontece mediante a observação e reconhecimento do entorno em que vive, dessa forma sua natureza está sempre em busca de adaptação e evolução, e assim se desenvolve a cultura sendo o divisor de águas entre o homem e o animal biológico. Podemos entender então que a cultura é um ponto estratégico na excelência da sobrevivência humana, correspondendo às mudanças físicas e psicológicas no decorrer da vida, e que boa ou ruim estamos ligados e condenados a ela.

Conforme *Laraia* (1986), antropólogo brasileiro e pesquisador na área de cultura, compreende que a cultura é uma característica básica da espécie humana, compreendida biologicamente pelo elemento cerebral que é o que o faz diferente de todo o restante dos seres vivos. E é por meio da cultura que o cérebro é estimulado a compreender e desenvolver novas questões culturais. Ao compreender e preservar as heranças culturais que se encontram contidas no cotidiano da vida humana, é função automática cerebral estabelecer adaptações que buscam proporcionar uma melhor qualidade de vida com perspectivas de desenvolvimento humano e social.

Outra palavra muito evidente na nuvem de palavras sobre o tema “patrimônio material” é “*Architecture*” que se relaciona diretamente à área de pesquisa, foco da análise

bibliométrica. A grande área da Arquitetura é composta por inúmeras subáreas de pesquisa que também aparecem evidenciadas na nuvem como “*Urban Planning*- Planejamento Urbano” e “*Design Architecture* – Design Arquitetônico”, “*Restoration*- Restauração” e “*Tourism Development*- Turismo e Desenvolvimento”.

O Planejamento Urbano é uma área da “Arquitetura” que trabalha o “Urbanismo” e tem a cidade como principal objeto de estudo e intervenção. Ao explorar a capacidade da cidade, surgem os estudos e planejamentos como ferramenta que possibilitam o crescimento, a preservação e o benefício de espaços urbanos. Encarado como um olhar promissor sobre o futuro do território da cidade, o planejamento urbano por se tratar de espaços físicos e edificações está ligado diretamente ao patrimônio material.

Os elementos físicos de uma cidade são compostos por ruas, calçadas e edificações, são eles os responsáveis por estabelecer padrões de reconhecimento sociocultural¹⁵ e gerir espaços adequados de locomoção e convivência por seu todo. Rasmussen (1998) traz em seu livro “Arquitetura vivenciada” uma análise sobre a construção das edificações no início da civilização, menciona que antigamente a comunidade se juntava para construir as casas de cada família desenvolvendo assim uma cultura de colaboração e de tendências arquitetônicas. Eram momentos de desenvolvimento sociocultural e é nessas edificações que se consegue observar os modos de vida e características do povo naquele período.

É no planejamento urbano que se identifica como a cidade está se desenvolvendo e quais áreas devem ser preservadas ou requalificadas, uma das questões principais na hora dessa análise é a proteção de imóveis e áreas que carreguem características culturais de gerações anteriores que trabalharam e usufruíram da cidade durante sua construção. A **cidade** é um local que está em constante transformação e serve de infraestrutura para a convivência humana e social urbana, nela podemos observar as necessidades de adaptação para a convivência humana e social e trabalhar nessas deficiências para uma melhor **qualidade de vida humana**, de forma a ser usufruída pela geração atual e por gerações seguintes.

O *Design* é a parte da Arquitetura que trabalha o “Belo”, o “sensorial” e a “Estética”. Com a função totalmente ligada aos materiais, parte física de uma edificação, o Design está desde a estética da fachada até a arrumação dos móveis e objetos dentro dos cômodos, e é nesse sentido que o design se encontra tão ligado ao “patrimônio material”. Nos materiais

¹⁵ Sociocultural. Termo utilizado para referir-se a qualquer processo ou fenômeno relacionado com os aspectos culturais de uma comunidade ou sociedade. Um elemento sociocultural tem a ver exclusivamente com as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária como para dar-lhe significado. Disponível em: <https://conceitos.com/sociocultural>. Acesso em: 01/02/2024

assim como nos elementos de uma edificação, podemos encontrar as características individuais e comunitárias de um povo. Para Emmitt (2007) o Design é entendido como um processo referindo-se a um conjunto de ações que resulta da interação entre atores na colaboração de objetos arquitetônicos. Atualmente a área de Design deteve um papel muito especial e que necessita de um cuidado e estudo profundo dentro das questões culturais, no intuito em preservar objetos antigos e inseri-los no cotidiano atual sem descaracterizar sua estrutura básica, ele se encarrega de manter vivo o patrimônio material herdado de outras gerações.

A “Restauração” é uma área da arquitetura muito rica na questão de detalhamentos, relaciona o patrimônio material e imaterial ao mesmo tempo. Além de preservar a integridade do objeto físico é necessário formas de saberes fazeres de técnicas antigas que promovam a integração dos materiais sem que se perceba a diferença entre o material novo e o antigo já existente na confecção do mesmo.

O restauro é uma palavra com várias definições e práticas, mutável ao longo dos tempos e que possui hoje uma definição clara na Carta de Cracóvia: - “uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade. (Luso; Almeida, 2004, p.31)

Riegl (1984) em sua “Teoria dos Valores” chama de “Valor de Novidade” quando se espera de um monumento a aparência nova e fresca de uma obra recém-criada, pois o seu refazimento mesmo que em detrimento de um restauro apresenta grande importância para a história da arquitetura. O valor histórico do monumento provém do reconhecimento particular ou comunitário do momento preciso de sua criação. Todo patrimônio material podendo ser edificações, monumentos ou objetos se não deter de valores culturais acabam sendo descartados na hora de optar pela técnica do restauro.

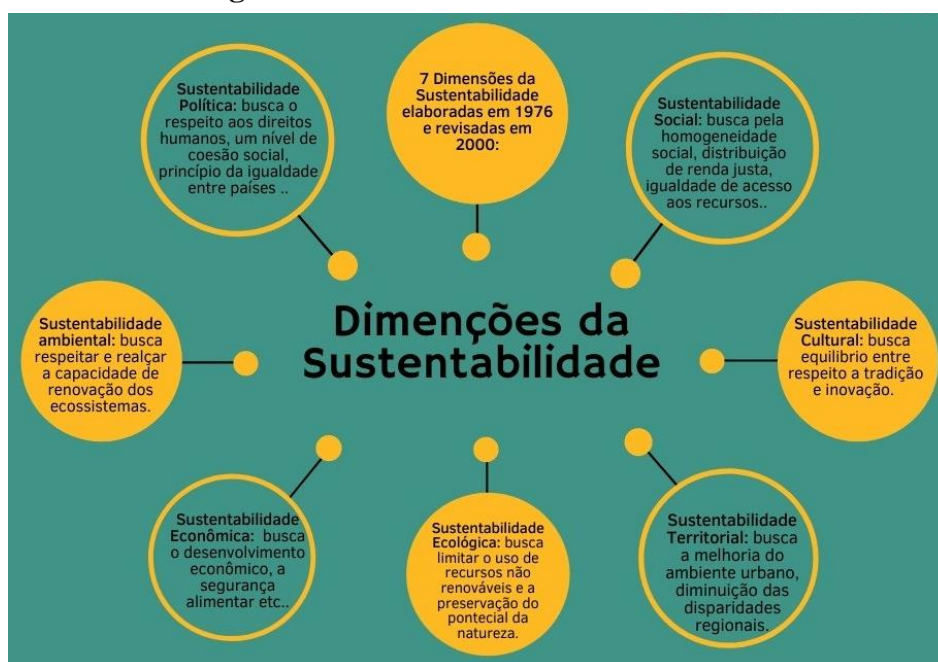
A restauração é o ato que considera o tempo na longa duração, e deve afastar-se de posições imediatistas ou setoriais. O restauro toma-se ato crítico que, alicerçado no reconhecimento da obra, em seus aspectos materiais, documentais, e de seu transformar no decorrer do tempo, insere-se no presente. Jamais deve colocar-se em qualquer uma das fases por que passou a obra (muito menos no momento de sua criação) e nunca deveria propor a imitação. (Kuhl, 2007, p.34)

Uma das principais preocupações que o homem já teve, foi a de fazer perdurar além do seu tempo suas obras e objetos, tudo que tivesse algum valor ou função específica para a

vida no dia a dia ou para resgatar a memória de algum momento simbólico. Dessa forma restaurar seu patrimônio material, e conservá-lo mesmo mediante a alteração de uso sempre foi primordial.

O “Desenvolvimento Sustentável” também se encontra entre as palavras que mais se relacionam com o “Patrimônio Material”, por ser um modo de reaproveitamento do que existe com a preocupação de não extrair mais matéria-prima e nem poluir o planeta com materiais que demoram milhares de anos para se degradarem. A ideia de consumo e produção responsável está interligada a preservação, restauração e reutilização do que já existe. Podemos encontrar dentro das dimensões da sustentabilidade a “Sustentabilidade Cultural” que busca o equilíbrio entre o respeito à tradição e a inovação (Figura 7). São elementos que têm influência direto no patrimônio material da cidade.

Figura 07 - Dimensões da Sustentabilidade



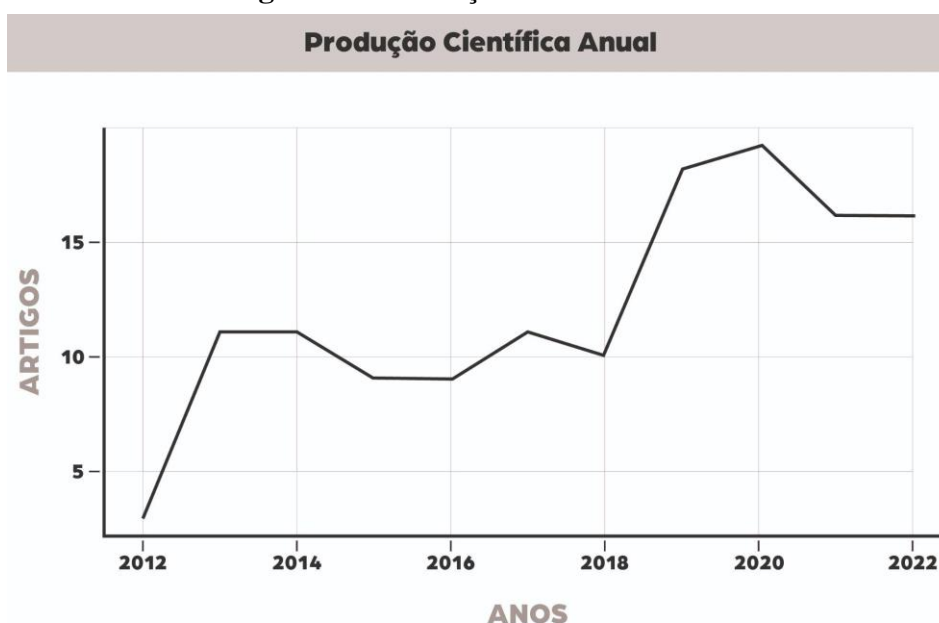
Fonte: Disponível em: <https://studymaps.com.br/sustentabilidade/y/> Acesso em: 18/10/2023

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, contêm elementos que preveem uma qualidade de vida melhor para toda humanidade, ligando diretamente as questões que abrangem o patrimônio material e seus diversos campos de pesquisa já citados anteriormente pela nuvem de palavras extraída através da análise bibliométrica. Neles estão contidas as preocupações com o planeta nas questões de poluição e preservação de toda parte biológica, e questões materiais e socioculturais que são afetadas diretamente pela falta de planejamento urbano.

Explorando um pouco mais nossa análise bibliométrica sobre “patrimônio material” podemos observar a figura 08 a seguir, o crescimento anual das publicações o qual se inicia no ano de 2012, com um crescimento elevado.

Após esse período, nos anos de 2015 e 2016, há uma estagnação e redução nas publicações, voltando a aumentar por volta de 2018 até 2020, e só a partir daí então volta a estabelecer uma produção grande de trabalhos mesmo no período de pandemia da Covid-19¹⁶, mas voltando a reduzir as publicações a partir do ano de 2021.

Figura 08 - Produção Científica Anual

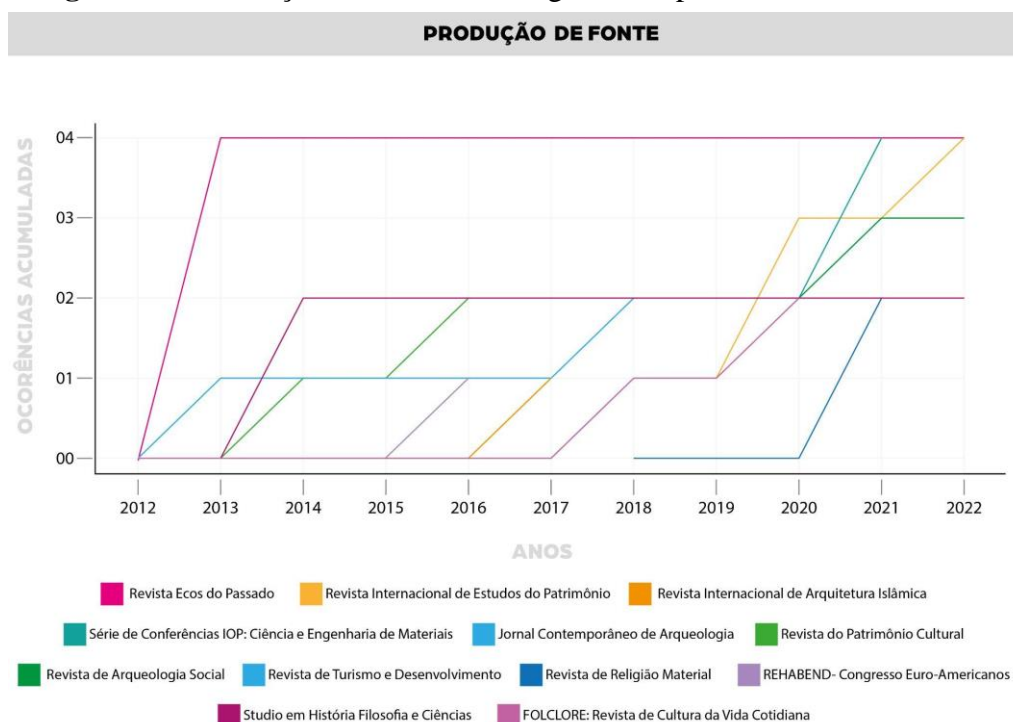


Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

Buscou-se então compreender o que o tema abordava nesse período mais alto de publicações.

Com relação aos artigos publicados ao longo do tempo analisado entre os anos de 2012 e 2022, é relevante observar na figura 9 a seguir, a relevância e credibilidade apresentada que algumas fontes de publicação tiveram diante dos trabalhos divulgados relacionados ao tema utilizado na análise bibliométrica.

¹⁶ COVID-19 foi uma cepa que atingiu os humanos do tipo gripal, causando pneumonia e agravando doenças cardiorrespiratórias já existentes levando a morte em um prazo muito curto de tempo. Disponível em: Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org).

Figura 09 - Produção das fontes ao longo do tempo

Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

No gráfico acima, podemos observar de forma categorizada como se desenvolveu o crescimento de cada fonte que publicou trabalhos sobre o tema “patrimônio material” ao longo dos últimos dez anos, assim como quais revistas são de nível internacional e seu respectivo fator de impacto. Dentre elas, podemos citar as seguintes:

A *Echa Przesztosci* (Revista Ecos do passado) é a principal revista de historiadores do Instituto de História e Relações Internacionais da Universidade de Wármia e Mazury em Olsztyn¹⁷ localizado na Polônia. Seu conselho é formado por dezenove professores renomados que representam os centros de pesquisa poloneses e internacionais.

A política de publicação da revista é bem restrita, optando apenas por artigos inéditos da mais alta qualidade com resultados de pesquisas originais e sem nenhum tipo de publicação anterior. A linha temporal pode ser desde a antiguidade até o período atual e os textos são obrigatoriamente publicados em seis idiomas sendo eles em polaco, inglês, russo, italiano, alemão e francês. Na figura 9, a revista teve destaque com suas publicações nos anos de 2020 a 2022 com fator de impacto relativo a dois pontos zero que é considerado elevado.

¹⁷ Olsztyn é uma cidade com direitos de condado, capital da voivódia da Wármia-Masúria, sede das autoridades do condado de Olsztyn, cúria da arquidiocese de Wármia e diocese luterana da Masúria. O principal centro econômico, educacional e cultural, sede das autoridades e instituições da região, bem como um entroncamento ferroviário e rodoviário. Cidade central da aglomeração urbana de Olsztyn. Disponível em: <www.poland.travel/en/cities/olsztyn> Acesso em: 19/11/2023

Na mesma linha de pensamento, a Revista *International Journal of Heritage Studies-IJHS* (Revista internacional de estudos do patrimônio) é um periódico acadêmico interdisciplinar formado por profissionais, pesquisadores e estudantes com interesse em comum sobre o patrimônio. A revista incentiva o debate sobre a natureza e o significado do patrimônio em busca de profundidade nas ligações com memória, identidade e lugar.

Seus artigos publicados incluem questões emergentes sobre estudos do patrimônio, museus, História, Turismo, Sociologia, Antropologia, Memória, Geografia Cultural, Design, Estudos Culturais e Interpretações. Há por parte do comitê da revista uma rigorosa revisão por pares, sendo que na categoria denominada “publicações de ouro”, há o acesso aberto à comunidade geral. A figura 9, apresenta uma produção constante de 2012 até 2019 onde suas pesquisas ganharam uma grande perspectiva, apresentando um crescimento mais elevado a partir do ano de 2021 em pleno período de COVID-19.

A *IOP Conference series: materials science and engineering*¹⁸ (Série de conferências IOP: ciência e Engenharia de materiais) é um órgão para eventos de conferência anual e com publicações de revistas e ebooks. Possui uma política de publicações inéditas e de revisões, todas oferecidas com o acesso aberto e revisados por pares. Trabalha com uma política atual sobre os fatores de impacto em conjunto com a Clarivate (proprietária da ISI Web of Science) não calcula o fator a quaisquer títulos.

A plataforma é dividida em dois campos, SCI (Science Citation Index) e CPCI (Conference Proceedings Citation Index) que são publicações anuais. Seus temas estão diretamente ligados às áreas das Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, História, Arqueologia entre vários outros temas multidisciplinares. No gráfico 02, ela só apresenta um crescimento potencial nas publicações a partir do ano de 2020 para 2021, mantendo o seu fator de impacto em elevação durante esse mesmo período.

O *Journal of Contemporary Archaeology*¹⁹ (Jornal contemporâneo de arqueologia) é o primeiro periódico internacional dedicado a contribuição específica para a arqueologia com estudos do presente e do passado. Traz estudos arqueológicos contemporâneos assim como compreensões pertencentes ao século XX e início XXI, as revisões são feitas aos pares e só algumas são de acesso aberto. É necessário o cadastramento dos autores e cinco etapas para publicação e para quem desejar usar as publicações têm que solicitar permissões dos direitos

¹⁸ Disponível em: <https://iopscience.iop.org/journal/1757-899X>, Acesso em: data

¹⁹ Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/> Acesso em: data

autorais. Também, há um destaque na figura 9, em referência nas publicações em meados do ano de 2017 para o ano de 2018 chegando ao período de maior impacto em 2021.

A *Journal of Cultural Heritage*²⁰ (Revista do Patrimônio Cultural) é voltada às pesquisas sobre Ciência e Tecnologia para conservação e conscientização. Seu foco são estudos relativos à conservação e sensibilização do patrimônio cultural, seu aceite é apenas para artigos originais e com dados inéditos.

Têm um conselho editorial composto atualmente por 38 (trinta e oito) pessoas de dez países diferentes sendo eles Itália com 16 (dezesesseis) membros, França com 7 (sete) membros, Reino Unido com 5 (cinco) membros, Estados Unidos da América com 3 (três) membros, Espanha com 2 (dois) membros e Áustria, China, Santa Sé, Líbano e Portugal com 1 (um) membro cada. De cunho multidisciplinar, tem um fator de impacto anual de 3.22 e a cada quadriênio de 6.1 de referência em citações. Ainda, a figura 9, apresenta um crescimento contínuo no início de 2017 a 2018 se mantendo estável por três anos com o fator de impacto em dois pontos zero, voltando a apresentar um crescimento elevado de 2020 em diante. É uma das revistas que cresceu muito e mesmo após 10 anos ainda consegue manter um padrão de excelência e referência em suas publicações.

O *Journal of Social Archaeology*²¹ (Revista de Arqueologia Social) promove suas pesquisas na área interdisciplinar com abordagens sociais voltadas à arqueologia. Os temas mais relevantes da revista incluem vida social, questões identitárias como gênero, sexualidade, etnia, o corpo, cultura material, patrimônio, paisagem, estética, sociopolítica, pós-colonialíssimo, análise mortuária, ritos, estudos domiciliares e memória social. São lançadas três edições anualmente e seu fator de impacto é de 1.25 anual e a cada quinquênio de 2.06. No gráfico 02, podemos observar um crescimento pequeno porém relativo por ser uma revista de cunho mais específico nos anos de 2013 para 2014, não apresentando após isso ascensão mas sim estabilidade no fator de impacto mantendo suas publicações como referência.

O *Journal of Tourism and Development*²² (Revista de Turismo e Desenvolvimento) publica anualmente quatro edições com seus periódicos revisados por pares. Exige trabalhos inéditos com dados atuais e cadastro de direitos autorais. É de origem Islâmica e seu foco está nos trabalhos sobre Turismo, turismo médico, turismo gastronômico, indústria do turismo, desenvolvimento sustentável, patrimônio cultural, comportamento de cidadania organizacional e indústria hoteleira. Grande parte dos seus trabalhos são de acesso aberto e

²⁰ Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-cultural-heritage/> Acesso em: 23/11/2023

²¹ Disponível em: <https://journals.sagepub.com/> Acesso em: 23/11/2023

²² Disponível em: <https://www.itsairanj.ir/?lang=en/> Acesso em: 23/11/2023

ele faz parceria com ISC- Islamic World Science Citation Center (Centro Islâmico de Citações Científicas do Mundo). A figura 9, apresenta estabilidade nas publicações de 2012 até 2020, o qual em pleno período de COVID-19 virou alta referência como fonte mediante seus trabalhos publicados fazendo com que seu fator de impacto disparasse em ascensão e a revista desenvolvesse uma boa visibilidade internacional.

A *Material Religion*²³ (Religião Material) é uma revista internacional revisada por pares que busca explorar como a religião acontece na cultura material em imagens, objetos devocionais e litúrgicos, e arquitetura no espaço sagrado. Busca também por publicações sobre diferentes práticas religiosas pelas quais a cultura material religiosa constrói o mundo das crenças. É altamente visual em termos de conteúdos por cores e retratações de imagens. Foi premiada com o segundo lugar no concurso CELLJ (Council of Editors of Learned Journals) para o Best New Journal em 2006. Possui publicações de acesso aberto aos trabalhos e seu registro consta na Inglaterra e País de Gales. Na figura 9, a revista apresenta desde o ano de 2012 uma estabilidade nas publicações, apresentando um crescimento apenas de 2015 até 2016, e voltando a estabilizar o fator de impacto de suas publicações.

A *REHABEND Euro American Congress*²⁴ (REHABEND congressos Euro-Americanos) tem o foco de suas publicações em métodos de análise, planejamento e implementação das medidas de reabilitação das construções, assim como estratégias de manutenção e gestão dos edifícios existentes. Suas publicações ganharam grande relevância para setores públicos e privados que trabalham com remodelação, reabilitação ou conservação dos edifícios e infraestruturas existentes, em particular ao patrimônio histórico.

O congresso acontece anualmente assim como a publicação dos trabalhos, o objetivo principal do evento é promover a transferência de conhecimento de métodos entre os diferentes países que trabalham nos temas. Seu registro é de Santander na Espanha e tem convênio com a Universidade da Cantábria. Na figura 9, podemos observar que a REHABEND apesar de ter demonstrado um crescimento relativo nos anos de 2012 e 2013, não voltou a apresentar um crescimento elevado, mantendo nos últimos nove anos seu fator de impacto regular.

²³ Disponível em: <https://www.tandfonline.com/> Acesso em: 23/11/2023

²⁴ REHABEND Congressos Euro-Americanos: Patologia da construção, Tecnologia de Reabilitação e Gestão/d Acesso em: 23/11/2023
do Patrimônio. Disponível em: <https://www.rehabend.unican.es/> Acesso em: 23/11/2023

A revista *Studies in History and Philosophy of Science*²⁵ (Estudos em História e Filosofia da Ciência) incentiva estudos na área das ciências e filosofia das ciências quanto às áreas tópicas da historiografia das ciências, das ciências em relação ao gênero, da cultura, do patrimônio e das ciências da sociedade em relação às artes. A revista é internacional e oferece muitos benefícios aos autores como todo acesso gratuito, liberal de direitos autorais e descontos especiais em publicações da Elsevier. Seu fator de impacto anual é de 1.37 e quadrienal de 1.5, fazendo seis publicações anualmente, conta com edições especiais de comemoração. A figura 9, apresentou um crescimento elevado no ano de 2012 para 2013, mantendo estabilidade em diante.

*VOLKSKUNDE: Tijdschrift over de Cultuur van het dagelijks leven*²⁶ (FOLCLORE: Revista da Cultura da Vida Cotidiana) é uma revista independente flamengo-holandesa desde 1888, suas pesquisas apresentadas refletem sobre a cultura do cotidiano nos países baixos. Suas publicações percorrem os campos do folclore/etnologia, antropologia cultural histórica (intangível), patrimônio, política cultural e museológica. Traz grandes reflexões sobre a multiplicidade de conteúdos e métodos nas ciências culturais e humanas, está presente constantemente nos debates internacionais sobre patrimônio material. São lançadas três edições ao ano principalmente em Neerlandês²⁷ linguística da Holanda, todos revisados por pares a qual uma edição é especial para um tema específico debatido e por isso são feitos convites aos editores. Na figura 9, podemos observar sua ascensão em dois momentos desde 2012, o primeiro em 2017/2018 elevando o seu fator de impacto acima do nível um e o segundo momento de ascensão em 2019/2020 o qual a fez entrar entre as poucas revistas internacionais que trabalham o tema patrimônio material com um fator de impacto relevante e constante.

A credibilidade referente ao fator de impacto das revistas se deve ao trabalho dos editores de cada instituição, na seleção e publicação dos trabalhos mais bem embasados com dados estatísticos atuais e produções inéditas. É na busca por trabalhos de excelência que profissionais, órgãos governamentais e não governamentais, comunidade acadêmica e pesquisadores estão sempre à procura. Nesse contexto de busca por trabalhos com um alto

²⁵ Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/studies-in-history-and-philosophy-of-science/> Acesso em: 23/11/2023

²⁶ Disponível em: <https://www.volkskunde.be/> Acesso em: 23/11/2023

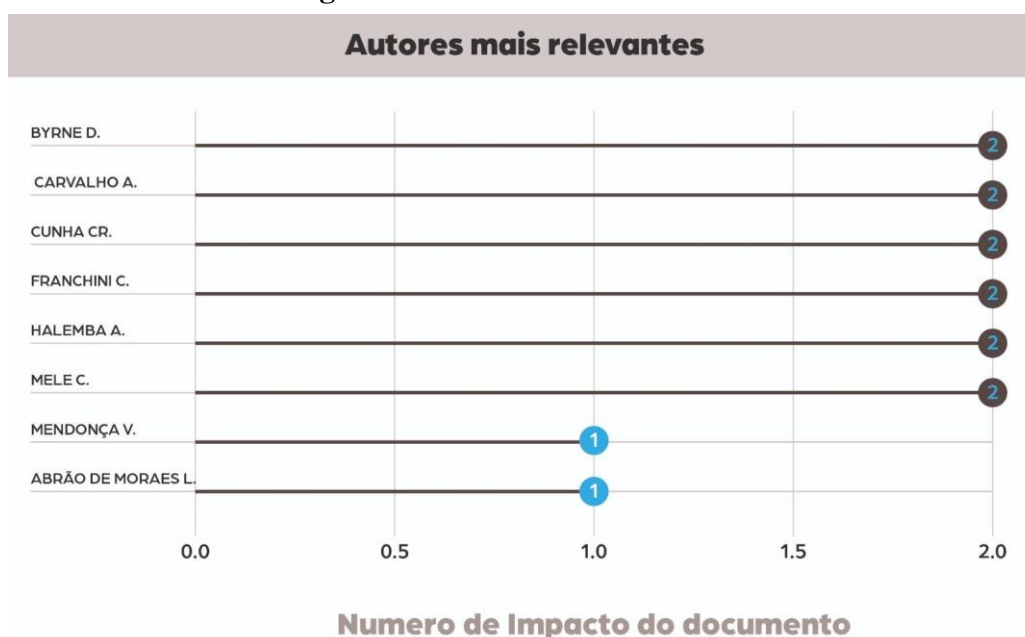
²⁷ Neerlandês: relativo aos Países Baixos; que ou aquele que é natural ou habitante do Reino dos Países Baixos/ (Holanda). Disponível em: <https://languages.oup.com/> Acesso em: 23/11/2023

nível de credibilidade podemos observar que alguns autores que buscaram se especializar em um determinado assunto acabam sendo referência nas discussões e publicações.

Diante a análise bibliométrica desenvolvida nessa tese, houve interesse em buscar quais são os autores com maior referência atualmente para o tema sobre Patrimônio Material. Pode-se observar na figura 9, os dez principais autores com o fator de impacto mais alto diante o tema nos últimos dez anos.

A seguir na figura 10, verificam-se os autores mais relevantes utilizados nesta tese.

Figura 10 - Autores mais relevantes



Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023.

Denis Byrne²⁸ referenciado como “Byrne, D.”, é professor vinculado ao Instituto de Cultura e Sociedade na Universidade de Wester Sydney. Sua linha de pesquisa tem foco nas áreas de Arqueologia, Estudos patrimoniais, Migração, Política Cultural e Patrimônio Indígena. Foi líder no programa de pesquisa de patrimônio cultural no *Office of Environment and Heritage NSW*, o qual desenvolvia estudos críticos de patrimônio e arqueologia do passado recente. É conhecido internacionalmente por defender a conservação do patrimônio que está aberto às relações emocionais e afetivas que as pessoas têm com lugares e coisas antigas.

Transformou anos de estudos no livro “*Counterheritage: Critical Perspectives in Asia (Contraherança: perspectivas críticas sobre a conservação do patrimônio na Ásia)*”, no

²⁸ Disponível em: westernsydney.edu.au/ics/people/researchers/denis_byrne/ Acesso em: 23/11/2023

qual clama para que o campo do patrimônio abra os olhos às crenças e práticas populares nas sociedades asiáticas, que fornecem o contexto para relações pessoas-objetos e muitas vezes se afastam radicalmente das expectativas ocidentais. Seus trabalhos publicados no formato de artigos, relatórios de pesquisa e dossiês são inúmeros e reconhecidos internacionalmente por diversas instituições. O referido professor recebeu ao longo dos anos, cinco honras e prêmios sendo eles no ano de 2004 o de “*Conservation Guest Scholar*” no *Getty Conservation Institute*, Los Angeles sobre pesquisa desenvolvida a respeito da religião popular e patrimônio na China e no Sudeste Asiático.

Em 2009, foi o “*John Mulvaney Book Award*”, pela *Surface Collection: Archaeological Travels in Southeast Asia*. Em 2011, recebeu honras como pesquisador visitante no departamento de Arqueologia na Universidade de York no Reino Unido.

Em 2014, foi convidado pelo Ministério da Cultura do Peru e pela Comissão do Patrimônio Cultural do Congresso para fazer conferências em Cusco e Lima, participando de mesas redondas na elaboração de uma nova lei patrimonial para o Peru, que por sua vez estava reconhecendo e registrando os interesses patrimoniais indígenas. O mais recente foi em 2019 prêmio “Fellow” recebido pela Academia Australiana de Humanidade pelos trabalhos desenvolvidos como *Waterborne: australianos vietnamitas e ambientes fluviais no Vietnã e em Sydney*.

Aida Carvalho²⁹ referenciada como Carvalho, A. atua como professora no Instituto Politécnico de Bragança-IPB³⁰ em Portugal e é presidente do Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque- Museu do Côa. Foi graduada pela Escola Superior de Artes e do Espetáculo em Gestão Cultural, pós-graduada em História e Patrimônio Religioso, mestre em História da População pela Universidade do Minho e doutora em Ciências da Cultura pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Seus trabalhos foram referenciados 22 (vinte e duas) vezes entre os anos de 2017 e 2022 e conta com o número de 26 trabalhos publicados atualmente. No âmbito geral, os trabalhos de Carvalho estão relacionados diretamente às suas linhas de pesquisa em Turismo, Patrimônio cultural e Metodologias.

²⁹ Disponível em: researchgate.net/profile/Ainda-Carvalho Acesso em: 10/03/2022

³⁰ O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) é uma instituição pública de ensino superior que tem por missão a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. O IPB desenvolve a sua missão em articulação com a sociedade, incluindo a cooperação transfronteiriça, numa perspectiva de coesão territorial e de afirmação nacional e internacional, com vista ao desenvolvimento da Região, assente na inovação e na produção e transferência do conhecimento técnico-científico. Disponível em: <https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/ipb/quem-somos/ipb/> Acesso em: 10/03/2022

O professor Carlos Rompante³¹ da Cunha, referenciado como CUNHA, C. R. Faz parte do Instituto Politécnico de Bragança-IPB em Portugal, lotado no departamento de Informática e Matemática. É vice-reitor na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo-IPB localizada em Mirandela-Portugal. Licenciado em Ciência da Computação pelo Instituto Politécnico de Bragança em 2003, doutor em Filosofia e PhD. Em Ciência da Computação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 2015.

Sua linha de pesquisa percorre pelo conceito de Redes Cooperativas distribuídas em ambientes de Viticultura de Precisão, Computação Pervasiva e Móvel, Linguagens de programação, Segurança de Sistemas de Redes, Patrimônio Histórico Cultural e Turismo. Trabalha em conjunto com vários outros pesquisadores de diversas áreas elaborando a análise dos dados bibliométricos. É membro integrado da Unidade de Investigação em Gestão Aplicada (UNIAG) onde o principal tema de investigação são as TIC no Turismo.

Tem em andamento, dois grandes projetos de pesquisa, o primeiro é sobre “Contribuições de redes avançadas e computação em Nuvem para Alavancar o Desenvolvimento Local” e o segundo é um projeto de “Turismo e Produção Regional” ambos em desenvolvimento sob sua supervisão. O ponto forte de seus trabalhos é análise bibliométrica nas bases SCOPUS e Web of Science, conta com 82 publicações atualmente e o seu fator de impacto ficou acima de 3.0 em 2022 alcançando o número de 278 citações entre 2017 e 2022. Esses dados demonstram toda relevância que seus trabalhos trazem para a comunidade acadêmica, com a publicação de pesquisas inéditas e com dados recentes mapeados nas maiores bases de periódicos usadas internacionalmente.

Vesa-Pekka Herva³² referenciado como HERVA, V.P. é professor afiliado à Universidade de Oulu- Oulun yliopisto localizada na Finlândia. A Universidade conta com 21 programas internacionais e está classificada entre as 400 melhores universidades do mundo. O professor Vesa-Pekka conta com cerca de 70 trabalhos publicados, é pesquisador chefe do setor da Arqueologia na instituição. Seus focos de pesquisa percorrem desde a Arqueologia pré-histórica até a contemporânea, e o Patrimônio no nordeste da Europa. Aprofundou estudos desde a dinâmica da neolitização na zona boreal até as primeiras visões do mundo moderno e o uso do Patrimônio no Turismo de Natal da Lapônia.

Em 2019, publicou um artigo que teve um fator de impacto relevante internacionalmente chamado “Choques do tempo: O passado contemporâneo como desafio

³¹ Disponível em: researchgate.net/profile/Carlos-Cunha-14/3/ Acesso em: 10/03/2022

³² Disponível em: <https://www.oulu.fi/en/resarchers/vesa-pekka-herva/> Acesso em: 10/03/2022

para a arqueologia”, um outro trabalho que foi muito citado por outros estudiosos é “Herança Assombrosa em uma Terra Encantada: Magia, Materialidade e Segunda Guerra Mundial, Herança Material Alemã na Lapônia Finlandesa”, nesse artigo ele aborda diretamente as funções e significados do patrimônio material Alemão da segunda guerra mundial, embora arqueólogos e profissionais do patrimônio tenham se interessado principalmente pelas informações históricas que os locais podiam ter.

Em 2014, foi editor-chefe do livro “*People, Material Culture and Environment in the North*” (Pessoas, cultura material e meio ambiente no Norte) com 38 artigos apresentados em conferência os quais buscam capturar toda riqueza da arqueologia nos países nórdicos. Todos os trabalhos de HERVA V-P se aprofundam nas questões de herança do patrimônio material, é rico em imagens fotográficas que são usadas para elencar a fixação da memória sobre o material apresentado.

A Professora doutora Claudia Melis³³ referenciada como Melis, C. é Ph.D em Hotelaria e eventos de Turismo pela universidade de Sunderland, é mestre em Administração de Negócios e em Gestão de Recursos Culturais, Ambientais e Turísticos pela Universidade de Cagliari (Itália). Sua linha de pesquisa adentra as representações culturais e patrimoniais relacionadas com o turismo/eventos políticas públicas, experiências festivas com foco em rituais e participação da população, Patrimônio Cultural Imaterial Mundial, Memória e Identidade, Impactos sociais de eventos e metodologias Foucaultianas e Deleuzianas.

Atualmente é professora sênior da LJMU no programa de graduação em Gestão de Eventos e Gestão de Turismo da BA(Hons) e para o mestrado em Gestão de turismo Internacional. Foi presença ilustre em 2012 na Conferência QMOD em Poznan- Polônia na apresentação do trabalho “O Patrimônio Cultural Imaterial é capaz de promover a Sustentabilidade no Turismo?”, em 2013 esteve no UIB Congress-Tribute to Jafar Jafari conference, Palma de Maiorca, apresentando o trabalho “A Tendência de Pesquisa em Turismo Cultural. Para onde estamos indo”.

Na *ATHE Conference Ph.D. de Oxford* em 2015, apresentou o trabalho “Representações do Patrimônio Cultural Imaterial e as Implicações para o Turismo”. Em 2019 foi a vez do Simpósio de Pesquisa de Sunderland na Universidade de Sunderland na cidade de Londres no Reino Unido, com uma apresentação oral do trabalho “Explorando dimensões performativas e pré-discursivas do patrimônio da ICH na releitura Deleuziana”. Seu trabalho mais recente apresentado foi em 2022, na Menorca- Ilhas Baleares o qual trouxe o tema

³³ Disponível em: <https://www.ljmu.ac.uk/> Acesso em: 18/03/2022

“Navegando com a relíquia do Navio Galeb: uma leitura rizomática do patrimônio do pós-guerra”. Sua trajetória é extensa e conta com um fator de impacto bem relevante aos trabalhos publicados, sua credibilidade se dá por serem inéditos trazendo à tona discussões patrimoniais sobre a exploração do patrimônio cultural no Turismo.

Vitor Mendonça³⁴ referenciado como Mendonça, V. é professor no Instituto Politécnico de Bragança na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro localizado em Portugal no “Departamento de Informática e Comunicações”. Tem formação acadêmica em Informática de Gestão na ISLA-Bragança, é mestre em Informática pela Universidade do Minho com o tema de tese em “Auditoria de Sistemas de Informação” e PhD. em Informática pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com o tema “ON-Rede: Modelo de geração de oportunidades de negócio baseado em Redes de cooperação Inter organizacional suportado por sistemas de Informação”.

Sua área de pesquisa é em Engenharia de Software, Sistemas e Informação e Base de Dados. Suas publicações de 2017 até 2022 mantiveram um fator de impacto elevado com total de 31 citações, aparece como um dos autores mais referenciados atualmente sobre o tema Patrimônio juntamente com alguns parceiros de instituição como Cunha, CR. (Carlos R. Cunha) e Carvalho, A. (Ainda Carvalho).

Alguns de seus trabalhos com impacto internacional e em parceria com os colegas acima citados são: “O potencial dos mecanismos de contextualização baseados em *tags* para alavancar a venda de produtos regionais e promover as próprias regiões”, “O papel da gamificação no patrimônio material e imaterial”, “Usando a realidade virtual em museus para preencher a lacuna entre o Patrimônio Material e a interpretação do seu contexto imaterial” e “Turismo e Realidade Virtual: uma análise bibliométrica da produção científica a partir da base de dados Scopus”. Seus trabalhos apresentam sempre relação com a cultura digital, tecnologias inteligentes e bibliometria para análise de dados.

Lara Abrão de Moraes Bianchi³⁵ referenciada como Abrão de Moraes L. é professora na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP no curso de Ciências Econômicas. É graduada em Ciências Econômicas e mestre em economia pela UNESP. Atua na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, Economia, Economia agrária e dos recursos naturais, Economia monetária e fiscal e Teoria monetária e financeira. Alguns de seus trabalhos apresentaram um fator de impacto alto como “A expansão da cultura canavieira em

³⁴ Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Vitor-Mendonca-2/> Acesso em: 18/03/2022

³⁵ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3684378142721129/> Acesso em: 18/03/2022

São Paulo: efeitos sobre a estrutura fundiária e a produção agrícola”, “Cultura e tradição: formas de resistência ao avanço da cultura canavieira em Santo Antônio da Alegria”, “Cultura e tradição de sitiantes de Santo Antônio da Alegria/SP no contexto da expansão canavieira” e “Mulheres caipiras: dois olhares sobre o mundo rural paulista”. Apesar da sua forte atuação na área econômica, podemos observar que esses trabalhos são ricos em relação às questões patrimoniais abordadas, pois a cultura está intrínseca em todos os processos relatados.

Todos os pesquisadores relacionados na figura 10, são de extrema importância nas pesquisas de patrimônio material, estão sempre atentos às mudanças e aos novos parâmetros de categorização. Lutam por resguardar uma identidade cultural que já foi construída, mas que ainda oferece muito aprendizado e que está ao alcance dos olhos, das mãos e do conhecimento humano das pessoas que atualmente usufruem do planeta.

Diante todos dados apresentados na análise bibliométrica, podemos constatar como o tema “patrimônio material” é atual, internacional, essencial para o conhecimento cultural e para a conservação das heranças culturais.

Ele se relaciona com inúmeras áreas de estudo, dentre elas a multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar, pluralidade e várias outras. E é por meio da observação dos resultados da análise bibliométrica sobre o patrimônio material que se consegue entender como o tema está ligado ao Desenvolvimento Local, na busca constante pela qualidade de vida humana mediante o reconhecimento da cultura, o atentamento às necessidades sociais e a busca por recursos para o incentivo e desenvolvimento dos potenciais da cidade.

4. CULTURA, PATRIMÔNIO CULTURAL, PATRIMÔNIO HISTÓRICO: RELAÇÕES COM A MEMÓRIA

Para compreender melhor as relações patrimoniais junto ao termo cultura e a memória, nesse capítulo procura-se conceituar cada uma delas de forma a compreender como uma faz parte da outra e são essenciais juntas para na construção do entendimento da vida humana no decorrer dos tempos.

Ecléa Bosi (1972), compreende que a cultura é formada por um conjunto de manifestações que por si, tem função fundamental na construção do ser humano, pois é através dela que se consegue entender de onde se derivam todos os costumes, crenças e modos de viver. Conforme Benedict (1972, p. 23) nas palavras de Dorsa (2022),: “As culturas são lentes pelas quais as pessoas podem ver o mundo, são uma marca da ação do ser humano no meio ambiente e nas estruturas sociais na qual se encontra inserido”

Nas palavras de Burke (2005) houve uma redescoberta da importância cultural a partir dos anos 1970, e desde então o termo vem sofrendo constantes transformações no meio acadêmico. Ele relata uma redefinição dos estudos históricos e nas discussões teóricas diante a virada cultural, quando observaram que estudos referentes à economia e políticas sociais se relacionavam com o termo cultural.

Hall (1997), entende que qualquer prática social, ao produzir significados e interferir nas ações sociais é uma prática cultural.

Já a memória funciona como um fio condutor que transporta a cultura vivenciada no decorrer dos tempos. É por intermédio dela que conservamos todos os aprendizados que aprendemos com nossos antecedentes e assim nos permitindo passá-los adiante para futuras gerações. O registro da memória é de extrema importância e acontece de duas formas, primeiramente na forma imaterial³⁶ e empírica³⁷ que é cultivada mentalmente por cada ser humano em seu cérebro. A segunda forma de preservação da memória é a forma material que se utiliza de meios físicos (táteis e visíveis) para registro dos mesmos.

Como forma de registro mais específico da vida dos povos, temos o patrimônio cultural e dentro dele um campo ainda mais direcionado à dinâmica da vida urbana do ser humano, que é denominado de patrimônio histórico. O patrimônio material é formado por

³⁶ Imaterial: que ou o que não tem consistência material, não é da natureza da matéria, não tem existência palpável; impalpável. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

³⁷ Empírico: baseado na experiência e na observação, metódicas ou não. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em: 19/03/2022

monumentos diversos que vem a registrar alguma forma de conquista, usado como registro de celebrações de momentos especiais para um povo e é composto também por edificações das quais ficam evidentes os modos de viver do povo de cada época que ocupou a terra durante um período.

O patrimônio histórico-cultural faz parte do cotidiano da vida humana pois não existe vida sem cultura, e a cultura vai se transformando conforme as novas gerações vão surgindo. Aculturação é o nome usado para justificar quando duas ou mais culturas se juntam e dessa forma integram seus meios culturais formando uma nova cultura.

4.1 Considerações conceituais sobre cultura

Para entender melhor sobre o termo cultura devemos partir do contexto histórico que foi a definição do termo ao longo dos séculos. Parte-se da convicção que o entendimento de cultura é fundamental ao ser humano, não só como instrumento de reflexão, mas como uma ferramenta de reconhecimento humano e social. Como outras, a palavra *Cultura* também surgiu do latim e nos primeiros entendimentos da antropologia, que é um estudo científico da humanidade e de todo o comportamento humano desde o passado até o presente, entendeu-se sua complexidade em resumir em uma única palavra esse comportamento que envolve a biologia humana, a evolução linguística, e social do ser humano.

Para Certeau (1996) a cultura é analisada mediante as suas operações e não pela posse dos produtos culturais, pois ela não se configura apenas como informação e sim devido a uma série de operações realizadas nas relações sociais. É importante evidenciar que existe uma convergência silenciosa das diversas concepções sobre a cultura, mas que toda teoria discutida é para entendê-la de forma que seu resultado seja do saber coletivo.

No decorrer da história, podemos enfatizar que os instintos originais do homem acabam sendo secundarizados pela cultura, e que ela pode ser produzida e encontrada em qualquer meio geográfico. Para Castilho (2013, p.4), “de um modo sintético e objetivo tem-se cultura como a identidade, a essência de um grupo humano, as práticas sociais e movimentos conforme um padrão adequado àquele espaço e tempo que estão localizados”.

É através da cultura que o homem se adapta ao meio social em que vive, adequando seus costumes às suas necessidades, e por meio da cultura que o homem se reconhece mediante toda sua herança cultural de hábitos, costumes e linguística. A experiência histórica vivida pelas gerações anteriores só pode ser reconhecida pela geração atual através da cultura que pode ser de forma registrada, imaterializada ou materializada. O contato entre culturas

diferentes oferece mudanças entre si, geralmente de formas positivas com o intuito na evolução humana.

Reforça esta concepção Morgan (2005), um estudioso precursor nas pesquisas sobre cultura, aluno do curso de Direito e participante ativo da associação de estudantes na faculdade, que tinha como foco os “estudos clássicos”. Inicialmente por brincadeira, mas que logo tomou grandes proporções, Morgan começou a observar em seus estudos com base nos índios Iroqueses, as relações com costumes, rituais e formas de linguagem que eles apresentavam. Ganhou permissão especial para participar das cerimônias e rituais da tribo dos Seneca, foi então que começou a registrar todo comportamento e publicou vários artigos sobre.

Sua teoria evolucionista da humanidade caminhava por uma linha linear e progressiva, analisando as condições universais do homem e evidenciando seus comportamentos. Determinou então condições básicas para análise de cada estágio da história humana como a subsistência, o governo, a linguagem, a família, a religião, a arquitetura, a propriedade. Taylor Morgan (2005) em sua obra “A sociedade antiga”, designou três grandes períodos étnicos sendo, a “selvageria” com base no surgimento da raça humana, a “barbárie” onde os seres humanos começam a produzir objetos para auxílio da sobrevivência e a domesticação dos animais, e a “civilização” período em que surge a escrita e o aperfeiçoamento da linguagem.

Um outro precursor no estudo da cultura foi o antropólogo Edward Burnett Tylor³⁸, sua definição genérica sobre o tema foi pensada em uma viagem a qual foi acompanhado por um amigo Quaker³⁹, a qual chamou-lhe a atenção o comportamento, as crenças, as leis e os costumes da tribo em que visitava.

Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade ([1871] 2005, p.69.)

³⁸ Sir Edward Brunett Tylor nascido em 2 de outubro de 1832, em Londres e falecido em 2 de janeiro de 1917 em Wellington, Somerset Inglaterra. Foi antropólogo inglês considerado o fundador da antropologia cultural. Seu trabalho mais importante foi Primitive cultural (1871) influenciado em parte pela teoria biológica de Darwin/ Acesso em: 23/03/2022

³⁹ Quaker, também conhecido como “quacre” em português, são grupos religiosos com origem comum no movimento protestante britânico do século XVII. São conhecidos pela defesa do pacifismo e da simplicidade, rejeitando qualquer organização clerical, para viver no recolhimento, na pureza moral e na prática ativa do pacifismo, da solidariedade e da filantropia/ Acesso em: 23/03/2022

Castro (2005) compreende que a ideia de Taylor dialoga no sentido amplo da etnografia⁴⁰ e por todo complexo que inclui o conhecimento humano, pois a capacidade de adquirir e se adaptar a novos hábitos simultaneamente com a evolução do homem, é de fato uma questão a ser registrada e analisada profundamente. Sua teoria percorre os conceitos antropológicos de cultura, e investigando seus princípios numa ideia de modelagem do futuro questiona “cultura ou civilização”. Para ele, a cultura é o resultado das ações humanas e a base do estudo é a civilização, sempre com vistas para o desenvolvimento e evolução.

No ponto de vista cultural, de acordo com Laraia (1986), não existe distinção entre a antropologia e a paleontologia pois uma não exclui a outra, mas se complementam de forma que há grande interação entre elas. Grande parte dos antropólogos com foco na origem da cultura, buscaram relacionar as competências físicas como respostas das mudanças culturais desenvolvidas na evolução humana. Então podemos compreender que a cultura não é “natural” embora esteja diretamente ligada a capacidade do ser humano (espécie), ela é aprendida através do convívio e na forma de herança social. Ela se encontra dentro e fora de nós.

Já a palavra “cultura” conforme Cuchê (2002, p.12), é utilizada em diferentes campos semânticos substituindo outros termos, é comum ouvirmos “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células” entre tantas outras. Podemos entender então que ao ser referido o termo cultura, deve-se ponderar sobre os seus conceitos com uma análise diante a contemporaneidade. Cuchê ratifica que a cultura caracteriza um estado de espírito social, pois é a “soma dos saberes acumulados transmitidos pela humanidade ao longo de sua história”.

Em sua proposta Geertz (1989), menciona que uma análise cultural é ou até mesmo deveria ser como uma adivinhação dos significados, pois suas conclusões são explanatórias a partir das melhores conjecturas. Também é entendida como um componente essencial da natureza humana, atrelada ao contexto biológico e evolutivo.

Atualmente, a palavra cultura é definida pelo dicionário de Cambridge⁴¹ como um modo de vida, especialmente pelos costumes e crenças gerais de um determinado grupo de pessoas em um determinado momento.

⁴⁰ Etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por finalidade o estudo e a descrição dos povos/ Acesso em: 14/04/2022

⁴¹ Cambridge Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/culture/> Acesso em: 14/04/2022

Nesse contexto, o cotidiano é cheio de surpresas, principalmente por estarmos o tempo todo estabelecendo relações tanto pessoais como impessoais com outras pessoas, e não tem como evitar que isso ocorra pois ninguém vive sozinho. A realidade que percebemos é toda mediada pela cultura, é ao se deparar com uma cultura totalmente diferente da nossa realidade que nos damos conta do choque cultural.

Na maioria das vezes, estamos tão concentrados nas funções do dia a dia que deixamos de observar o quão diferentes somos mesmo daquelas pessoas que convivem na mesma cidade ou país. É frente ao contato com outra cultura que podemos ter hábitos semelhantes ou totalmente diferentes que conseguimos compreender nossa essência. Às vezes, o choque cultural é tão intenso de forma a causar estranhamentos em algumas definições de vocabulário, repulsas a alimentação e a métodos alimentares, costumes e práticas religiosas dentre outros inúmeros que podem vir a surgir. Nesse sentido, a centralização da própria cultura sem cuidado, pode nos remeter ao etnocentrismo⁴² que sem limites pode desencadear em um preconceito brutal de guerra.

A cultura, portanto, justifica todo o comportamento individual e social e por isso entendemos que o conceito de cultura seja essencial para uma melhor compreensão do patrimônio cultural material.

4.2 Patrimônio Cultural: conceituações teóricas

Não há como falar de patrimônio cultural sem antes compreender melhor o que é cultura e de onde partiu esse termo, quais são os elementos que lhe serviram como estrutura, e como atualmente ele é compreendido. A partir então desse entendimento podemos compreender de onde o termo patrimônio cultural surgiu.

O foco desta tese está envolto ao patrimônio cultural material, com relação à sua preservação e utilização para que possa adequar seu uso ao novo momento histórico, sem perder seu valor histórico-cultural de quando foi criado.

No patrimônio cultural, estão contidos todos os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis e são denominados materiais ou imateriais. São reconhecidos como herança cultural dos povos ancestrais e são parte fundamental para conhecimento da história e entendimento da evolução do homem.

⁴² A palavra etnocentrismo é um conceito que vem dos radicais “etno” (etnia) e “centrismo” (centro), portanto, etnocentrismo é o ato de julgar a cultura do outro baseado na sua própria crença, moral, leis, costumes e hábitos.

O patrimônio cultural de uma nação, que compreende principalmente o artístico, estético, histórico, turístico e arqueológico é importantíssimo para a sua própria sobrevivência, de forma que deve ser protegido por seus cidadãos, os quais têm a obrigação de conhecê-lo, para saber a forma real de protegê-lo (Castilho, 2013, p. 6).

O reconhecimento do patrimônio cultural é feito pela identificação dos bens e a verificação de sua relevância para a cultura de um povo, de uma região ou mesmo da humanidade. Com essa etapa comprovada, então é feito o registro de bens para sua salvaguarda⁴³ e proteção, assim visando à perpetuação máxima desses bens para que fiquem preservados para as gerações futuras. O Tombamento é o nome designado ao ato de transformar um objeto ou lugar em patrimônio, atestando sua relevância cultural e social de forma a resguardar sua preservação.

Nesse sentido, defende Nora (1993, p.7), o patrimônio cultural com foco na memória, pois entende que “se fala tanto em memória porque ela não existe mais”. Em seus trabalhos também se atenta “à problemática dos lugares de memória, eles de fato constituem uma construção da história, e por se encontrarem sujeitos a interesses particulares, necessitam de preservação pois se tornam pontos de referência como “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p.13). Com relação aos patrimônios culturais materiais por estarem contidos em lugares funcionais, afirma que eles possuem a função de alicerçar memórias coletivas.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) considera assim que todo o patrimônio, ainda que localizado num país, deve ser considerado como herança de toda a humanidade, assumindo este princípio como indiscutível. Ele é denominado “Patrimônio da Humanidade”, desse momento então é comprovada a sua importância internacional. Do ponto de vista político, o processo que se firma a partir do início da década de 1970 e da crescente afirmação do núcleo ideológico de pensamento único, buscando superar a revelação das fragilidades socioculturais, econômicas e financeiras.

Patrimônio é tudo aquilo que pertence a uma região e que foi herdado de gerações anteriores, todos têm a obrigação de preservação dos mesmo para as gerações vindouras. Lemos (1981) nos apresenta o patrimônio cultural em três grandes categorias de elementos. A primeira se refere à natureza, ao meio ambiente onde podemos encontrar todas as riquezas

⁴³ Salvaguarda: Proteção concedida por uma autoridade; salvo-conduto. Algo ou alguém usado como garantia, defesa: sua obscuridade foi uma salvaguarda contra a perseguição. Conjunto das medidas que garantem a integridade e preservação de algo. Dicionário Online Português. Disponível: <https://www.bing.com.br> . Acesso em: 19/01/2024/ Acesso em: 14/04/2022

naturais. Já a segunda se refere ao conhecimento intangível, às histórias, técnicas, danças, ao saber e fazer que aprendemos no decorrer da vida e que se passa adiante para gerações futuras. A terceira e mais importante na sua visão é do patrimônio material o qual se alinha às outras duas categorias, pois ele como objeto físico e espacial está contido no meio ambiente natural e carrega o saber fazer em suas formas.

De acordo o Decreto 3.551/2000, patrimônio imaterial é composto pelos bens intangíveis, aquilo que não tem consistência física e espacial, impalpáveis, são eles os métodos de saberes e fazeres, histórias, danças e costumes. São elementos abstratos que fazem parte da cultura, e dizem respeito às práticas e domínios da vida social de determinado grupo. Ainda dentro do contexto de patrimônio cultural Le Goff (1994), enfatiza a pesquisa que traz à tona os significados, a memória. Este estudo possibilita que os próprios atores sociais se percebam como produtores e sujeitos das histórias culturais. Essa dinâmica relevante à pesquisa histórica pode ser construída com base na investigação das memórias relacionadas com o patrimônio arquitetônico de qualquer povo.

O patrimônio material, é determinado por tudo que é físico, palpável, visível. São eles imóveis como: castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, tudo aquilo que se é expressivo e conta a história do povo que o construiu. Eles existem desde a pré-história pois nas cavernas, os objetos de artesanato e utilitários são parte expressivas da história humana.

Afirmando a mesma ideia, Rolnik (1995), compreende que as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas pulsam através da dinâmica de seus antigos habitantes. O autor menciona ainda que “a arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]” sendo elemento fundamental da memória para o registro do patrimônio cultural (Rolnik, 1995, p. 18).

Entende que o patrimônio histórico e cultural se manifesta na forma física e nas expressões imateriais, Baltazar (2011), em suma para o autor, eles formam um conjunto de interesse relevante para a permanência da identidade e da cultura de um povo. O patrimônio material é impressionante pois ele pode ser visto e tocado, e nele é contido todo um contexto histórico agregado, seja do método em que foi feito, a época, do uso que teve, ou do local que está instalado. Os bens físicos são suporte que carregam em si aspectos históricos simbólicos,

culturais e memoriais e é a junção da história com a memória que cria e revela a identidade de um povo.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação (2003), menciona que a Ciência e Cultura, é um dos principais órgãos de referência ao tema do patrimônio cultural, ela defende a cultura e o desenvolvimento e seu objetivo é garantir a paz por meio intelectual entre as nações. Seus projetos e patrocínios no patrimônio cultural são diversos e suas publicações intelectuais são de referência internacional. Foi por meio da UNESCO especialmente em 2003, que a área de estudo patrimonial ganhou referência nas reivindicações que vinham sendo feitas há tempos pelos estudiosos da tecnologia.

Com a realização do Conselho Intergovernamental do Programa “Informação para todos” realizado pela UNESCO, foi publicada a “Carta para a preservação Digital”, ao afirmar que os recursos digitais fazem parte do acervo de conhecimento e expressões dos seres humanos, e que requerem diretrizes especiais para sua preservação.

Nesse sentido, relaciona Vattano (2013, p.269), que o sucesso das estratégias de cidades inteligentes é “a redescoberta e a melhoria de antigos valores e relações, graças ao apoio de inovações tecnológicas”. Atualmente, a humanidade já faz dependência dos meios digitais, sendo assim, até mesmo os documentos públicos são disponibilizados de forma digital, permitindo o acesso e o conhecimento independentemente do local em que a pessoa esteja. Já é possível reconstruir virtualmente patrimônios culturais que foram destruídos, sejam por fenômenos naturais ou pela ação do homem.

Para que esse conhecimento seja compartilhado com futuras gerações, o “patrimônio inteligente” digital é necessário. Lupo e Ozdil precursores na criação do conceito de “patrimônio inteligente” já relacionavam a preservação do patrimônio com a disponibilização e utilização das informações, sendo necessário torná-las “acessíveis, precisas, visíveis e relacionais” para que a preservação do patrimônio seja considerada “inteligente” (Lupo; Ozdil, 2013, p.13).

Com vistas à preservação do patrimônio cultural ao longo do tempo foram sendo desenvolvidas cartas, decretos e leis de salvaguarda para os mesmos e alguns órgãos foram e ainda são referência para as discussões e divulgação de todo o patrimônio cultural existente.

Na agenda 2023/ODS, para o Desenvolvimento sustentável, podemos encontrar o patrimônio cultural no décimo primeiro objetivo denominado “Cidades e comunidades sustentáveis”, no item 11.4 que aponta o “fortalecimento e esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Para Le Bourlegat (2010) as estratégias de desenvolvimento sustentáveis implicam num protagonismo local organizado e

negociado de atores com o apoio de organizações, para uma ação interativa, mediante a aprendizagem coletiva, compartilhando informação e conhecimento.

Documento esse importante e relevante para alertar a humanidade da importância da proteção do nosso patrimônio cultural, pois ele tem influência direta na qualidade de vida humana. Cotidianamente, estamos em contato com o patrimônio cultural e um dos meios mais perceptíveis é por intermédio da “paisagem”, seja ela urbana ou natural.

A paisagem é elemento primordial quando se pensa em patrimônio cultural, para Cauquelin (1998) e seus elementos e conteúdo são observados constantemente e inevitavelmente passam por transformações e manipulações em função da dinâmica social. Observa também o referido autor, que desde o final do século XIX, a paisagem se tornou objeto de reflexão de geógrafos, e eles encontraram na exploração do tema patrimônio cultural, uma abordagem mais sociológica, cultural e humanista, definindo assim a ideia de “paisagem cultural”. Apesar de inicialmente a ideia de paisagem cultural remete apenas aos monumentos físicos feitos pelo homem, logo perceberam que os elementos materiais construídos no local de paisagem natural formavam o conjunto perfeito, oferecendo bem-estar e a ideia do “belo”.

Grandes arquitetos e engenheiros da antiguidade, chamados de frentistas, trabalharam nas construções de monumentos e imóveis que se constituíam da paisagem material e natural, sempre com o intuito de extrair o belo e oferecer qualidade de vida. Essas construções contam a história dos povos ao longo dos tempos e por isso devemos preservá-las. O século XIX foi o período em que os construtores portugueses, italianos e espanhóis enriqueceram o mundo com suas construções.

Essas construções contam a história dos povos ao longo dos tempos e por isso devemos preservá-las.

4.3 Patrimônio como política pública

A palavra Patrimônio está diretamente ligada ao conceito de herança, se refere a conjunto de bens, direitos e obrigações. O termo patrimônio histórico até o século XVIII, mantinha uma definição de herança particular, mas que assumiu um novo significado pois foi ligado à esfera pública. De acordo com Choay (2001) e Le Goff (2005), a revolução francesa em 1789, representou um marco inicial na mudança de atitude em relação aos bens da nação. Naquele momento, os órgãos públicos franceses entenderam que qualquer bem que pudesse difundir valores patrióticos e rememorar a história seriam vistos como patrimônio histórico.

Lemos (1981) menciona o artefato como patrimônio, ele exalta a importância entre o objeto e o contexto ao qual ele pertence, pois se observado apenas como objeto isoladamente ele perde todo o contexto podendo ser visto apenas como um fragmento sem sentido. Se prestada atenção às relações necessárias que existem cotidianamente, entre o homem e o meio ambiente, o saber e o artefato, entre o artefato e o homem e entre o homem e a natureza, logo se observa que reside a importância do artefato como patrimônio.

Segundo Ramos (2004) os artefatos podem ser de utilidade imediata ou bens duráveis, com serventias diversificadas e seu uso pode ser utilitário ou não. É banalizado a reverência do artefato como trivial, mas se deve ter uma respeitabilidade devido ao valor histórico contido no mesmo. Conforme o autor, existem museus baseados somente em acervo de objetos triviais (caneta, armas, cachimbos, isqueiros...) que por si exploram as credences populares. Não que estes não sejam artefatos ou que não contém a história, porém esses bens diferenciados preservados podem de forma não intencional, levar a uma visão distorcida da memória coletiva (Lemos, 1981).

Ballart (2001) aborda que se no nível individual, a noção de patrimônio é tida como herança, no nível coletivo não é bem assim. Apesar de se gostar da ideia da existência de um patrimônio coletivo na perspectiva moderna, é apenas uma constituição cultural sujeita a alteração dependendo do contexto histórico e da evolução humanitária.

Ao longo do século XIX, foram sendo desenvolvidas práticas de preservação e surgiram as primeiras recomendações em função da preservação dos monumentos históricos pela lei francesa em 1887, apontam Choay (2001) e Le Goff (2005). O patrimônio cultural ou legado cultural é um bem útil para as sociedades que atendem a diferentes propósitos, pois se é de direito das gerações que o recebem desfrutar plenamente de seus valores, o dever é que sua transferência seja feita na melhor condição possível para as gerações vindouras (Ballart, 2001). A compreensão do homem com o presente não pode deixar que a memória através do patrimônio se perca, pois, sua identidade só se estabelece no seu reconhecimento, parte desse transmitido pelo patrimônio histórico. Em algumas palavras o patrimônio se molda em “formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo” (Hartog, 2006, p.265).

De acordo com Fonseca (2003) por se constituir em um bem cultural, o patrimônio histórico não deixa de suscitar conflitos e tensões no que se refere à sua preservação ou destruição. Isso acontece, especialmente, devido às concepções existentes no imaginário social e político que em muito se chocam com as concepções de estudiosos, sobre o que deve

ser considerado ou não patrimônio cultural e histórico e, conseqüentemente, o que deve ou não ser preservado.

Compreendendo que a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico é um meio pelo qual se torna possível a elaboração de narrativas históricas do período de construção desse patrimônio e de suas posteriores transformações, destacando-se também o valor destes monumentos como lugares de memória e de construção de uma cultura histórica que se constitui enquanto meio de identidade social de uma população que, a partir da memória coletiva evocada com base na relação com seu patrimônio histórico, constrói outras versões diferentes das apontadas pela História tradicional da qual foi excluída.

A participação das políticas públicas na elaboração de legislações patrimoniais, contribui efetivamente no processo de manutenção e preservação do patrimônio. Existem órgãos espalhados por todo o mundo que trabalham em função do patrimônio cultural, para sua preservação e reconhecimento.

Podemos elencar alguns como:

I) *Instituto Nacional de Antropologia e História*, localizado no México. Ele é responsável pela pesquisa, conservação, proteção e divulgação do patrimônio arqueológico, histórico e antropológico do país.

II) *National Park Service (NPS)* nos EUA, que gerencia diversos parques nacionais, monumentos históricos e áreas de preservação, visando conservar e disponibilizar para o público o patrimônio natural e cultural.

III) *Instituto del Patrimonio Cultural de España (IPCE)*, localizado na Espanha que é responsável por preservar e promover o patrimônio cultural do país, incluindo ações relacionadas à conservação e restauração.

IV) Na França a *Direção Regional de Assuntos Culturais (DRAC)*, é responsável pela implementação das políticas culturais, incluindo a proteção e promoção do patrimônio.

V) Em Cingapura o *Conselho do Patrimônio Nacional (NHB)*, é encarregado de preservar, promover e celebrar o patrimônio cultural da nação, incluindo museus, monumentos e práticas culturais.

VI) Em outros países, como por exemplo na Turquia, o *Ministério da Cultura e Turismo (MoCT)*, desempenha o papel central na preservação e promoção do patrimônio cultural.

Como órgão regulador e de relevância internacional, a UNESCO (Figura 11) promove ações de projetos de proteção, aprendizado e políticas públicas a favor da cultura e seu patrimônio cultural. Ela cataloga edifícios e monumentos de patrimônio cultural do mundo todo denominados “Patrimônios da Humanidade”.

Figura 11- Emblema da UNESCO e do Patrimônio Mundial da Humanidade



Fonte: Disponível em: <https://www.unesco.org/en/> Acesso em: 14/01/2024

A Convenção do Patrimônio Mundial, promovida pela UNESCO anualmente desde 1972 tem o objetivo de apresentar através de estudos o incentivo para a preservação dos bens culturais da humanidade. Ações como a “Campanha de voluntários do Patrimônio Mundial 2024”, “Programa de Patrimônio Mundial para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SMSL)”, “Programa de patrimônio e Turismo Sustentável”, “Programa de Educação Patrimonial”, “Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável”, “Patrimônio Mundial e Povos indígenas”, “Pós-conflito e Reconstrução e Recuperação Pós-Desastre de Patrimônio Cultural” e “Recomendações sobre a paisagem urbana histórica” são assuntos tratados na Convenção.

O emblema do Patrimônio Mundial, representa a interdependência da diversidade natural e cultural do mundo. Ele é utilizado em propriedades protegidas pela Convenção do Patrimônio Mundial, ele fica registrado na lista da UNESCO de “Patrimônio da Humanidade” e nela ficam contidos os seus dados, valores, localização e categoria da propriedade (Cultural, Natural ou Mista).

No Brasil o órgão responsável pelo patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado pela lei 378 em 13 de janeiro de 1937, fez no ano de 2023, 86 (oitenta e seis) anos em defesa do Patrimônio Cultural, é um dos órgãos mais antigos do Brasil sendo o primeiro dedicado à preservação do patrimônio cultural na América Latina. O IPHAN conforme sua missão no Referencial Estratégico (2013-2015) é “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro para fortalecer

identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”, de maneira que todas as gerações tenham acesso aos bens culturais que integram e fazem parte da construção da identidade do povo brasileiro.

Figura 12- Logotipo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

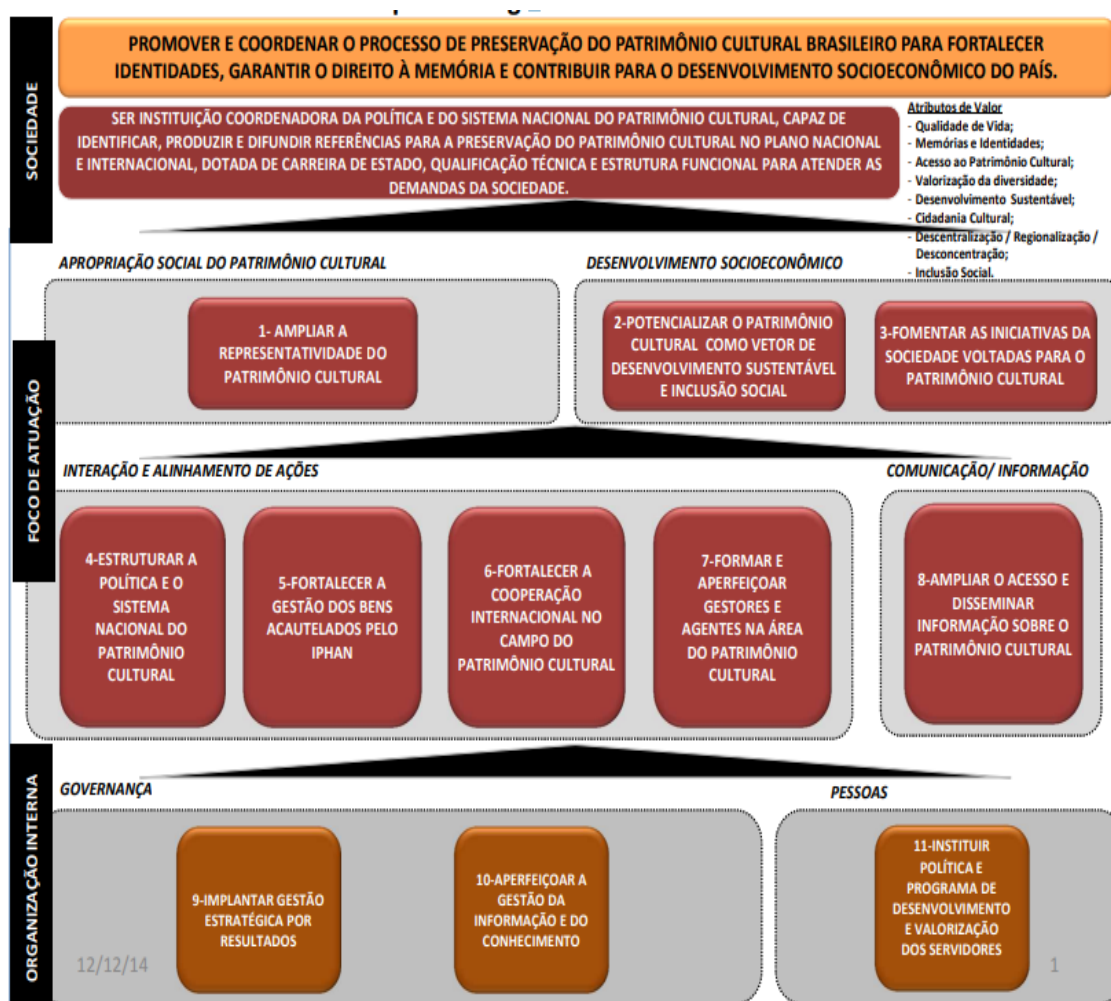


Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 14/01/2024

Atualmente, decidir o que deve ser preservado ainda fica pela avaliação do IPHAN, mas essa não é uma decisão rápida ou simples, vem subsidiada por uma vasta documentação de estudos relevantes ao patrimônio material (objeto/edificação) e ao território que ele está inserido. O órgão tem um mapa de estratégias (Figura 13) para promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, que visa fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Relata Castilho (2013, p.01) que, [...] as dimensões continentais do Brasil, a diversidade das contribuições dos diversos elementos formadores de sua sociedade, a riqueza e a variedade de seus ecossistemas, resultam em um universo cultural imensurável. Tal universo se expressa por meio dos modos de fazer e viver, das criações científicas, artísticas e tecnológicas, das obras, dos objetos. Verifica-se que: documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, auxiliam de forma significativa o estudo do patrimônio cultural no contexto de territorialidade.

Figura 13 - Mapa Estratégico do IPHAN – 2013-2015



Fonte: IPHAN/2014

No estado do Mato Grosso do Sul, o órgão público que é responsável pelo patrimônio cultural, é a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, ela promove ações de fomento e desenvolvimento das artes, costumes, tradições e do patrimônio sul-mato-grossense. Criada em 6 de dezembro de 1983 – com seu registro publicado no dia seguinte pela Lei nº. 422, no Diário Oficial nº. 1.125 – Fundação de Cultura (Figura 14) possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira com patrimônio próprio e sede em Campo Grande- MS. Sua missão é planejar, promover, incentivar e executar atividades que aproximem a população das diversas manifestações artístico-culturais sul-mato-grossenses, fomentando o mercado cultural do Estado e democratizando o acesso a todas as expressões artísticas. Com o intuito de desenvolvimento cultural no Estado, do patrimônio cultural e da pluralidade.

Figura 14 - Logotipo da Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul



Fonte: Fundação de Cultura - MS/14/01/2024

4.4. A relação entre memória e patrimônio cultural material

O termo cultura está ligado diretamente com os subtemas Patrimônio e Memória, juntos eles formam um conjunto de estudos culturais que alimentam a memória social do povo. A cultura é alimentada por práticas sociais que têm como processo de construção e significação simbólica os objetos materiais e imateriais que foram incorporados à experiência humana.

Os estudos históricos apontam que os objetos do patrimônio cultural são historicamente construídos, transformados e operados pelos agentes sociais tendo em vista a produção ou reprodução de memórias sociais. Dessa forma entendemos como o patrimônio cultural e os objetos culturais escolhidos por determinado povo representam uma forma representativa de sua história.

A memória é um fenômeno intrínseco do ser humano, e por mais natural que ele seja ainda assim existem limitações que nos levam ao esquecimento. A preservação dessa memória é o que nos faz conhecer o passado, buscar entendê-lo e o manter vivo. A representação da memória através do patrimônio cultural é apaixonante. Segundo Pelegrini (2007) o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade.

Desde 1992, com o programa Patrimônio Cultural Intangível, a UNESCO tem buscado não instituir políticas que cristalizam e engessam esses bens, impedindo sua transmissão e adequação de acordo com os critérios de seus praticantes (Aikawa 2004, p.139). Dessa forma o foco precisa estar nos processos de significação e não na materialidade do objeto em si. Esta nova perspectiva obriga abandonar o discurso tecnicista e unilateral por parte de quem analisa, em privilégio de um diálogo com a sociedade, no local em que o patrimônio se manifesta, representa um esforço para tentar interpretar como se expressa culturalmente nas pessoas o significado da obra.

Uma das dificuldades para superar a concepção dominante, está na tendência predominante na cultura ocidental de discursos patrimoniais a respeito do patrimônio material como objeto físico, priorizando somente aspectos como o tempo, nação e tradição, sem levar em conta que eles não existem a priori e nem são naturais, mas emergem inventados num processo de relações humanas e num dado contexto específico (Handler, 1984, p.55).

Segundo Souza e Crippa (2011), em uma análise da divisão entre os patrimônios culturais materiais e imateriais, entendem que todo o bem cultural possui ambas as características e sua divisão acontece mediante às circunstâncias apenas discursivas, não influenciando nas relações sociais com os bens culturais. Já para Smith (2008, p.3), o ideal seria abandonarmos essa oposição e considerar todo patrimônio como intangível. Sua concepção, da qual compartilhamos, define o patrimônio como um processo social e cultural, um ato de comunicação de atribuição de significados no passado e para o presente (SMITH, 2008, p.1)

Para Souza e Crippa a separação entre o patrimônio tangível (objeto) e intangível (processo) não faz sentido, pois para a compreensão do significado do bem cultural é necessário ir muito além da descrição do produto, e considerar o processo que garantiu a sua produção.

Para consolidar e difundir as memórias sociais são necessárias investigações históricas, estas buscam sempre por momentos de grande impacto social para de fato consolidar a memória, nesse sentido, a forma de representação por meio de objetos materiais é uma das mais representativas devido a função sinestésica⁴⁴ do ser humano. Lembranças

⁴⁴ Sinestesia: relação que se verifica espontaneamente (e que varia de acordo com os indivíduos) entre sensações de caráter diverso, mas intimamente ligadas na aparência (p.ex., determinado ruído ou som pode evocar uma imagem particular, um cheiro pode evocar uma certa cor etc.). cruzamento de sensações; associação de palavras ou expressões em que ocorre combinação de sensações diferentes numa só impressão. A sinestesia ocorre quando

significativas e que não podem cair no esquecimento com o decorrer dos tempos são as que exigem maior dedicação em sua preservação. A memória permite a sobrevivência do passado como fomenta Le Goff (1984). Lima (2013, p.60) fomenta que, em cada época, a arquitetura está expressa por um modelo próprio do contexto temporal, histórico, econômico e social.

Podemos observar o Patrimônio Material bem representado em edificações, monumentos e objetos diversos, que juntamente com a memória preservada nos permite aprender de forma bem dinâmica como eram os modos de vida da sociedade no corte temporal. Como definido por Nora (1984), a memória é um fenômeno vivo, em constante transformação, resultado de processos individuais e coletivos, logo pela sua característica de formação-lembrança e esquecimento- ela é mutável sujeita a fatores internos e externos.

No caso do patrimônio cultural, ele é algo deixado por uma sociedade anterior que, de alguma forma, através da memória representa um valor. As edificações protegidas e preservadas pelo patrimônio histórico-cultural, carregam uma memória dos modos de vida das sociedades passadas, e das suas características tanto pessoais como comunitárias. Com base nos conceitos já apresentados anteriormente Cultura, Memória e Patrimônio cultivam uma relação bem estreita, um complementando o outro e por isso caminham ao longo dos tempos de forma entrelaçada.

A análise do patrimônio cultural material implica na capacidade de integrar os mais diversos significados atribuídos, levando-se em conta aquelas pessoas, grupos, comunidades de diferentes culturas assim como as minorias presentes no local, evitando políticas institucionais impostas de acordo com determinados padrões elitistas (Semprini, 1999 *apud* Menezes, 2015).

A Constituição Federal do Brasil no ano de 1988, garantiu a participação popular na indicação dos bens patrimoniais. Foi destacado a responsabilidade do estado na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do país. No Artigo 216, foi estabelecido que o patrimônio cultural brasileiro é protegido como um bem de todos e de responsabilidade do estado e da sociedade. Estabelece incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. E no artigo 23, inciso III, fica reconhecida a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na proteção do patrimônio cultural. Essas disposições refletem o compromisso constitucional em preservar e promover o patrimônio

cultural brasileiro, reconhecendo sua importância como parte integrante da identidade nacional.

Para Soster e Pratschke (2017) as práticas patrimoniais são processos que alteram o tecido urbano, pois há uma necessidade de escolher o que deve ser preservado e o que deve ser destruído. Inicialmente uma lista de bens modernistas foram tombadas precocemente pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ao contrário dos bens populares que necessitava aprovação das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), mesmo que na Constituição de 1988 constava o direito do cidadão em propor o tombamento de um bem. Ainda no século XXI, são poucos os tombamentos propostos por cidadãos comuns.

Para Fonseca (2005), quando O IPHAN foi criado os profissionais do em sua maioria eram arquitetos de descendência portuguesa, e acabaram por fixando sua visão de mundo aos bens culturais nacionais tombados, como exemplo se observa uma lista repleta de igrejas barrocas mineiras, pois suas escolhas se “baseavam na apreciação estética e eram justificadas por sua autoridade; o valor histórico era pouco analisado” (Fonseca, 2005).

Soster e Pratschke (2017) ponderam sobre os tombamentos precoces supervisionados pelo IPHAN, em relação ao multiculturalismo brasileiro que não foi relevante para a escolha do patrimônio. O multiculturalismo brasileiro foi formado a partir da tomada de território e da inserção (voluntária e involuntária) de povos estrangeiros: colonizadores espanhóis e portugueses, escravos africanos e imigrantes das mais diversas nacionalidades (Soster e Pratschke, 2017, p.4).

Os autores problematizam sobre a escolha do patrimônio, o patrimônio em si e a cidade tombada. O multiculturalismo impõe ao Estado a capacidade de aceitar as diferenças e integrá-las por meio de políticas que não sejam institucionalmente impostas e ou pasteurizadas para se encaixarem no padrão atualmente aceitável (SempriniI, 1999 citado por MENEZES, 2015).

Patrimônios são constituídos tanto por escolhas, como por não escolhas dos diversos segmentos da sociedade detentores dos saberes (pessoas, instituições, comunidades e grupos). Discursos autorizados são aqueles que desafiam a oficialidade ou que existem independente das chancelas patrimoniais, mas que acabam sendo aceitos, diante da capacidade de transformação e resignação de determinados patrimônios pelos praticantes junto à sociedade nos quais estes se manifestam, dadas a determinadas relações estabelecidas das pessoas entre si e destas com seu contexto de vida, que conduzem a um sentimento de pertença, identidade.

Ao analisar o patrimônio cultural brasileiro no século XXI, Carvalho e Souza (2014), consideram a população brasileira múltipla e polifônica, e que durante suas transições passou por modificações no intuito de agregar a categoria do patrimônio imaterial com o material. Dessa maneira as referências dos bens culturais protegidos então pelo IPHAN desde 1930, passou a ter novas referências além da materialidade. O Decreto Lei nº 25 que institui o tombamento como única prática de proteção, com a Constituição de 1988 no artigo 216 estabelecia que o patrimônio cultural se constituía da categoria de bens materiais e imateriais. Na mesma ocasião, o Estado assumiu que todos os brasileiros eram produtores de cultura, ao mesmo tempo que garantia a proteção das diversas manifestações culturais existentes no país (Carvalho e Souza, 2014, p.1185).

No ano 2000 foi instituído pelo Ministério da Cultura, no Decreto nº3551 uma determinação de registro dos bens imateriais como instrumento de proteção, como medida de salvaguarda dos bens intangíveis, possibilitando a valorização e proteção das “culturas vivas” e “manifestações culturais” em todo segmento social e cultural. Carvalho e Souza (2014) fomentam a elaboração de medidas tomadas pelo IPHAN, na criação de uma metodologia (INRC) de registro adequado a um patrimônio considerado dinâmico.

O (INRC)- Inventário Nacional de Referência consiste em levantar dados através de biografia aplicada como entrevista social, direcionada aos protagonistas das manifestações culturais por terem o conhecimento das mesmas (Carvalho e Souza (2014), p.11).

Após a prática, se o inventário apresentar um potencial consistente para a salvaguarda, é registrado em um dos *livros do registro*, que são divididos em quatro categorias: Saberes, Expressões, Celebrações e Lugares. Fica em responsabilidade do IPHAN a reavaliação das manifestações culturais a cada dez anos, pelo risco de não haver mais a prática da mesma já que são vistas como patrimônio vivo diferente do patrimônio material, que após tombado deve permanecer com suas características intactas.

Carvalho e Souza (2014), analisam a categoria imaterial do patrimônio a partir da sociedade complexa e, “sendo assim, acredita-se que os debates e as posturas institucionais em torno da temática não poderiam ser diferentes” (Carvalho, Souza, 2014, p.1187)

Em todas as abordagens relacionadas acima, compreende-se que independente dos meios de reconhecimento do patrimônio cultural material ou imaterial, ele é resultado de um processo social, carregado de memória nos saberes, e estão em constante transformações e ressignificações, e por isso é tão relevante a preservação.

5. O PAPEL DAS LEGISLAÇÕES, CONSERVAÇÕES, RESTAURAÇÕES E USOS- PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

As políticas públicas em prol da preservação e manutenção do patrimônio cultural, são essenciais para a conservação da memória da sociedade. Sendo assim é por intermédio das legislações patrimoniais que podemos entender como preservar nossas edificações e monumentos. É com base nos apontamentos existentes nas cartas patrimoniais, e legislações vigentes que conseguimos entender sua essência histórica e planejar uma restauração⁴⁵ ou revitalização⁴⁶ que não descaracterize o bem material, se integre de forma imperceptível à estrutura física existente do patrimônio material, e continue contribuindo historicamente com a preservação da memória, construção da identidade individual e social e o desenvolvimento local da cidade.

5.1 Histórico dos documentos patrimoniais

No início do século XX, começaram a ser discutidas as principais normas e recomendações de caráter internacional a partir da fundação da Sociedade das Nações em 1919 (Figura 15). Foi por meio dessa organização que se registrou a primeira carta internacional de preservação patrimonial, a “Carta de Atenas”, na qual ficava estabelecidos princípios básicos de conservação, restauração e bens históricos.

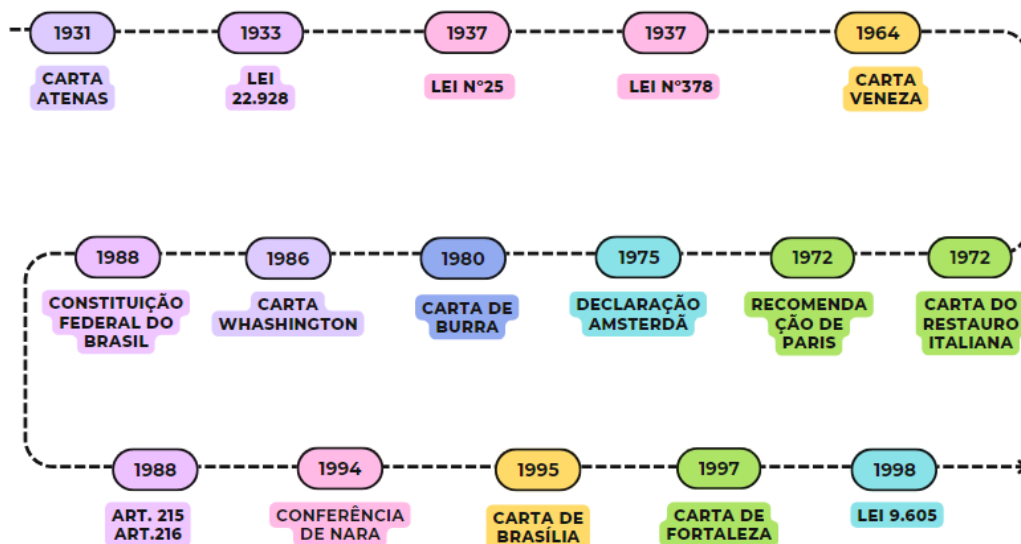
O CIAM- *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne*, em francês, foi uma organização que instituiu uma série de eventos em prol de discussões sobre as mudanças da arquitetura moderna que haviam acontecido no início do século XX. Com isso conseguiram instituir uma arquitetura considerada limpa, sintética, funcional e racional, pois vislumbravam nela um grande potencial político e econômico que deveria ser usado para melhorar a qualidade de vida e promover o progresso social. Le Corbusier, arquiteto renomado até na modernidade por seus projetos, foi um dos grandes nomes no CIAM, participando da construção de várias normas de preservação atualmente ainda respeitadas.

⁴⁵ Restauração: Ação de recuperar ou de reparar; concerto, recuperação. Trabalho que, realizado numa obra de arte ou de construção, faz com que suas partes deterioradas sejam restabelecidas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/restauracao/> . Acesso em: 19/01/2024.

⁴⁶ Revitalização: conjunto ou ações que buscam dar novo vigor, força, energia a alguma coisa: projeto de revitalização do bairro. Ação de atribuir nova vida a algo ou a alguém; processo de dar vigor, energia. Disponível em: / Acesso em: 12/06/2023

Figura 15 - Histórico de Documentos Patrimoniais

HISTÓRICO DE DOCUMENTOS PATRIMONIAIS



Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

A Carta de Atenas registrada em 1931, é o primeiro manifesto urbanístico internacional relativo à preservação de edificações históricas e resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna-CIAM⁴⁷ realizado na cidade de Atenas em 1933. Nela continha diretrizes para a preservação de edificações históricas, enfatizando que deveriam ser destinadas a um uso que não interferisse na manutenção de sua integridade e que estivesse ligado ao seu caráter histórico e artístico, elencando desta forma a importância do uso da edificação.

⁴⁷ CIAM- É parte de uma organização que desenvolvia uma série de eventos relacionados a arquitetura para discutir (Paisagismo, Urbanismo, Exteriores, Interiores, Equipamentos, Utensílios, entre outros) assuntos relevantes aos rumos que a arquitetura vinha tomando após o início do século XX /Disponível em: CIAM: Congresso de Arquitetura Moderna | PDF | Urbanismo (scribd.com) Acesso em: 12/06/2023

Figura 16 – Imagens do CIAM



Fonte: <https://pt.scribd.com/presentation/421482164/CIAM>

Na **Carta de Atenas**, as propostas de manutenção para os edifícios eram claras, pois apontavam que a restauração só deveria ser realizada em casos de deterioração ou destruição, sendo assim, a técnica passa a ser indispensável. Quando utilizada nas intervenções restaurativas, deveria ser respeitada estritamente a história arquitetônica e artística da edificação sem que seus estilos fossem prejudicados e mesmo assim mantendo a condição atual para uso.

Quanto às técnicas de restauração dos monumentos, a carta trazia a necessidade de um estudo minucioso e uma análise cuidadosa das patologias antes da consolidação ou restauro parcial. A equipe encarregada de executar o restauro deveria ser multidisciplinar formada por profissionais da arquitetura e urbanismo, engenheiros, historiadores, químicos, físicos, biólogos, antropólogos entre outros, que fossem necessários. Tudo isso para resguardar que a restauração fosse feita de forma responsável e precisa, já que para cada caso havia uma demanda diferente e em alguns casos poderia ser necessário o uso dos elementos originais encontrados no local, ou o uso de novos materiais, diferentes dos originais, mas que se integrassem ao material existente e que não permitisse transpassar a diferença entre os mesmos.

O Decreto-Lei 22.928 de 1933 assinado pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas, usou as atribuições contidas no art. do Decreto n.19398 de 11 de novembro de 1930, para elencar que era dever do poder público defender o patrimônio artístico da nação. Considerou assim que a cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais no Brasil, por obter um alto contexto histórico em sua formação na nacionalidade brasileira, ficou erigida como monumento municipal, estadual e nacional. Esse registro aconteceu devido à preocupação e necessidade de defesa e conservação dos velhos monumentos históricos, edifícios, templos de arquitetura colonial e obras de arte, todos ligados à construção do Brasil.

O Decreto-Lei Nº25, de 30 de novembro de 1937, por sua vez, agregou novos patrimônios históricos e artísticos nacionais. No conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação fosse de interesse público, e que devido à sua vinculação a fatos memoráveis para a história do Brasil, todos os bens arqueológicos, etnográficos, bibliográficos e artísticos contidos nos “Livros do Tombo” foram considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Ficaram assim excluídas todas e quaisquer obras de origem estrangeira.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, possui quatro Livros do Tombo. O primeiro é o “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, que traz a junção dos bens dos livros seguintes. O segundo é o “Livro do Tombo Histórico”, o qual contém coisas de interesse histórico e obras de arte ligadas ao contexto histórico. O terceiro é o “Livro do Tombo de Belas Artes”, esse se relaciona às artes eruditas, nacionais e estrangeiras. Por último, o “Livro do Tombo das Artes Aplicadas”, remetem às artes de alguns setores da arquitetura, artes decorativas, design, artes gráficas, design de mobiliário. Tudo que se derivou das Belas Artes (pintura, escultura e gravura).

A Lei nº 378, de 1937 dá uma nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública da Federação do Brasil. Na área de serviços da Educação, fica criado “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” com a finalidade de promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Nele, ficou instituída a criação de novos órgãos para atender às necessidades de funcionamento. Essa lei foi criada em novembro de 1937, após a exposição dos motivos de proteção do patrimônio histórico nacional, pelo ministro Gustavo Capanema ao presidente vigente no período, Getúlio Vargas.

Inicialmente, a prestação dos serviços foi estabelecida em bases provisórias, mas que logo após um ano e meio de funcionamento e a soma de trabalhos ter demonstrado utilidade e satisfação social, necessitou-se a criação de novos planos de ação dos poderes públicos.

A Carta de Veneza de 1964, é composta por acordos efetuados no II Congresso de Arquitetura e Técnicos em Monumentos Históricos. Sua finalidade era reexaminar e aprofundar as diretrizes trazidas pela Carta de Atenas de 1933. Além de transpassar a ideia de “monumento” que antes era isolado, a Carta de Veneza também trazia a inclusão dos bens rurais, pois eram “obras modestas que adquiriram, com o tempo, significado cultural” (Morales, 1996).

Ao entender a necessidade do trabalho dos profissionais multidisciplinares em função da proteção do patrimônio histórico, houve grandes avanços nas técnicas de preservação do patrimônio. Também fora observado que a manutenção contínua era necessária nos imóveis patrimoniais em função da preservação do mesmo.

Apontava também a Carta de Veneza para um maior respeito ao material original, por documentos autênticos e exaltavam a valorização das técnicas construtivas tradicionais do período. Atentava assim, para os acréscimos no edifício, pois só seriam tolerados se respeitassem todas as partes interessantes do monumento e houvesse equilíbrio na composição tanto histórica, de uso, e com o meio ambiente. A Carta de Veneza, ao contrário da Carta de Atenas, tinha como proposta uma diferenciação entre os materiais novos utilizados na restauração e os originais existentes, que os materiais novos pudessem ser identificados na intervenção do edifício, mas vistos de forma harmoniosa. Isso devido ao uso certas matérias-primas que entraram em extinção ou que não existem mais.

A Carta do Restauro Italiana de 1972, trouxe os temas de salvaguarda e restauração em uma série de artigos, nos quais, além de conceituar, discutiram sobre o que se entende por “salvaguarda”, que incluía qualquer medida de conservação. Não necessariamente, deveria ser uma intervenção direta, que mexesse na integridade física da edificação, na busca por preservação, poderia ser visto como salvaguarda na leitura de documentos que relataram sobre o histórico do patrimônio em prol de transmitir ao futuro as obras e objetos na forma que existiam em tal época. Na Carta de Restauro Italiana, não há incentivo a novos usos das edificações antigas, pois mantendo-os ativos, facilitaria sua conservação e manutenção periódica (Teobaldo,2004). A carta disseminou-se rapidamente como documento de reconhecimento internacional e acabou desenvolvendo a chamada “restauração crítica”, devido a oposição em alguns pontos da Carta de Atenas.

A Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aconteceu em novembro de 1972. Foi aprovada pela UNESCO e tinha como objetivo a verificação do patrimônio cultural e natural, devido à grande ameaça de destruição, não só por causas tradicionais, mas principalmente por causa da evolução cada vez mais rápida da

vida social e econômica dos povos. Considerando que a degradação ou desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo (IPHAN,1977, s/p).

Foram apontadas recomendações e resoluções internacionais existentes relativas aos bens culturais e naturais, elencando sua importância para todos os povos. Foram adotadas disposições convencionais que estabeleceram um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural.

Nesta convenção, foi considerada como patrimônio cultural:

- i) Os monumentos arquitetônicos (edificações históricas), artísticos (esculturas ou pinturas monumentais), arqueológicos (elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas, ou qualquer elemento de ponto de vista histórico).
 - ii) Conjuntos (construções isoladas ou que em conjunto tenham um valor excepcional social ou do ponto de vista histórico).
- III) Lugares notáveis (construído pelo conjunto homem e natureza).

Ficou definido que cada estado ficaria responsável por identificar e delimitar os bens de seu território.

A **Declaração de Amsterdã** aconteceu em outubro de 1975, por intermédio do Congresso do Patrimônio Europeu, organizado pelo Conselho da Europa. Na cidade de Amsterdã, houve o coroamento do “Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico”, o qual reuniu delegados vindos de toda parte da Europa, que acolheram calorosamente a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico e reconheceram a arquitetura singular da Europa como patrimônio comum de todos os seus povos afirmando assim a intenção dos Estados-membros entre si e outros países com a preservação.

O Congresso afirmou que o patrimônio arquitetônico da Europa é parte integrante do patrimônio cultural do mundo. Apontou a importância do desenvolvimento de laboratórios de manutenção periódica para evitar dispendiosas intervenções de restauração. Atentou-se também a aplicação de novas técnicas, que não devem suplantam a utilização dos materiais autênticos que ainda existem, assim mantendo a continuidade na utilização dos mesmos.

A **Carta de Burra de 1980** surgiu por intermédio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Aponta conceitos, com definições detalhadas das intervenções de conservação e seus respectivos procedimentos, enfatizando a diferença e forma de aplicação deles como manutenção, preservação, restauração, adaptação e uso compatível. Uma parte extremamente importante da carta aponta a distinção dos materiais utilizados nas intervenções ressaltando que as partes constituídas devem poder ser

distinguidas das remanescentes quando examinadas de perto (Teobaldo, 2004). Em relação às técnicas, prezam pelos princípios originais dos materiais, com técnicas modernas desde que se assentem em bases científicas em que sua eficácia seja garantida, através de experiências acumuladas.

A **Carta de Washington de 1986** foi considerada a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Foi criada por intermédio do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e deliberou que as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades por meio da história, e por esta razão são consideradas históricas e resultantes do desenvolvimento. A carta não é precisa ao apontar cidades grandes, pequenas, bairros ou centros históricos, e sim quanto à condição histórica que exprime valores próprios das civilizações tradicionais.

Alerta sobre a preocupação em ameaças de degradação, deterioração e até mesmo destruição, sobre o efeito que a urbanização fomentada na era industrial provocou universalmente nas sociedades. Face essa que provoca perdas irreversíveis de caráter cultural, social e mesmo econômico, e devido a isso se via a necessidade de uma carta direcionada à salvaguarda das cidades históricas. O planejamento da salvaguarda das cidades históricas deve ser orientado por profissionais que estabeleçam ações a serem empreendidas no plano jurídico, administrativo e financeiro.

A **Constituição Federal do Brasil de 1988** no Art. nº 215, aponta que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes culturais nacionais. Discorre também como um incentivador na valorização e na difusão das manifestações culturais. A lei estabelece o Plano Nacional de Cultura, visando ao desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que conduzem a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Defende também a produção, promoção e difusão dos bens culturais, a formação de pessoas qualificadas para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, democratização do acesso aos bens culturais e valorização étnica e regional.

Já o Art. nº 216, reza que, constitui ao patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Nele, estão inclusas as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, e conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É importante salientar a respeito desse artigo federal, que o poder público necessita da colaboração da comunidade para exercer as ações de proteção do patrimônio cultural brasileiro, que se dá por meio de inventários, registros, tombamentos dentre outras formas de acautelamento e preservação.

A **Conferência de Nara, em 1994**, foi redigida em uma conferência sobre autenticidade em relação à convenção do patrimônio mundial. Concebida na mesma linha da Carta de Veneza de 1964, a Conferência de Nara buscou o alargamento dos conceitos que se referem ao escopo do patrimônio cultural e os seus interesses no mundo contemporâneo. Relata que o princípio fundamental da UNESCO considera que o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural pertencente a todos e a responsabilidade por esse patrimônio e seu gerenciamento, vem em primeiro lugar da comunidade que o criou e conseqüentemente de quem cuida dele. Equilibrar as necessidades culturais de uma sociedade com outras é um fator desejado, porém para alcançar esse equilíbrio não se pode renunciar aos seus próprios valores culturais.

A **Carta Brasília de 1995**, é um documento regional do Cone Sul sobre autenticidade. Seus representantes sentiram necessidade de colocar, a partir da peculiaridade regional encontrada, as questões de autenticidade, para que fossem diferenciadas de outros países como Europa e Ásia. Partindo da premissa de que a atividade do homem de configurar o meio ambiente que o rodeia e em algumas vezes caracterizá-lo como a imagem da realidade de uma sociedade, se expressa os bens tangíveis e intangíveis, deveríamos analisar nossas formas de organizar essas imagens, pois a sociedade funciona em duas dimensões básicas: a identidade e a diferença. Dessa forma, vamos moldando nossa cultura, compreendida como conjunto das ações criativas de uma sociedade, e assim vamos guardando nosso patrimônio cultural.

A **Carta de Fortaleza de 1997**, promoveu o “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”. Seu objetivo era recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificação, proteção, promoção e fomento dos processos de bens “portadores de referência à identidade brasileira” (Artigo 216 da Constituição), considerando em toda sua complexidade, diversidade dinâmica, particularmente, as formas de expressão (modos de criar, fazer e viver) aqueles referentes a cultura popular.

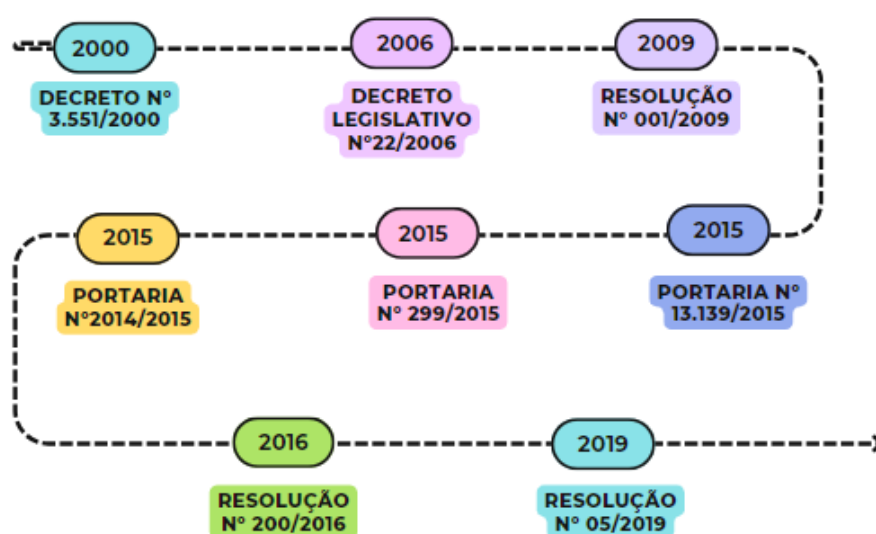
A **Lei Nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998**, no Art. 62 na Seção IV Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, visa a pena de reclusão e multa por destruição ou deterioração de bens especiais protegidos por lei.

5.2 Histórico dos documentos patrimoniais: século XXI

No século XXI, as cartas patrimoniais continuaram com seus princípios fundamentais de preservação e gestão dos bens do patrimônio cultural, se adequando a nova geração e aos desafios do contexto contemporâneo. Alguns temas foram inseridos de forma a proporcionar uma abordagem mais complexa sobre o patrimônio, foram eles a sustentabilidade, inclusão e diversidade, tecnologia e Inovação, Turismo responsável, Gestão participativa, adaptação as mudanças climáticas entre outros. Todos os temas que foram agregados a documentação patrimonial servem de referência para continuidade das propostas de preservação, educação, sensibilização pública e reconhecimento do patrimônio. Na figura 17 abaixo podemos observar o período e o tipo de legislação que foi atualizada.

Figura 17 - Documentos Patrimoniais sec. XXI

DOCUMENTOS PATRIMONIAIS SEC. XXI



Fonte: Elaboração de Érika Santos Silva/2023

Em **4 de agosto do ano 2000**, o **Decreto Nº3.551** instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro, e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O **Decreto legislativo Nº22, de 2006** aprovou o texto da convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrado em Paris em 17 de outubro de 2003. Nele ficam

sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art.49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

A **Resolução Nº 001, de 05 de junho de 2009**, estabelece objetivos de tornar público os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na proposição e preparação de dossiês de candidaturas de bens culturais imateriais para a inscrição na *Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente* e na *Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade*, criadas pela convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Estabelece também os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na seleção de programas, projetos e atividades como práticas que melhor refletem e incorporam os princípios e objetivos da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

A **Lei Nº 13.139 de 26 de junho de 2015**, dispõe sobre o parcelamento e remissão de dívidas patrimoniais com a União. Considera-se infração administrativa contra o patrimônio da União toda ação ou omissão que viole o adequado uso, gozo, disposição, proteção, manutenção e conservação dos imóveis da União. O responsável pelo imóvel deverá zelar pelo seu uso em conformidade com o ato que autorizou sua utilização ou com a natureza do bem, sob pena de incorrer em infração administrativa.

A **Portaria Nº 299, de 17 julho de 2015**, dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para os Bens Registrados como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Ficando aprovado o termo de referência para a Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, no âmbito IPHAN, bem como os procedimentos a serem adotados pelas unidades envolvidas inerentes ao processo de Salvaguarda.

A **Portaria conjunta Nº214, de 25 de novembro de 2015** estabelece procedimentos para concessão de anistia de débitos patrimoniais e de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural do Brasil, quando os imóveis da União utilizados sob regime de ocupação ou de aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados.

A **Portaria Nº200, de 18 de maio de 2016** dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial- PNPI. Estabelece implantação e execução de política específica de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e nível federal.

A **Resolução Nº5, de 12 de julho de 2019** dispõe sobre o processo administrativo de reavaliação para a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil dos Bens Culturais registrados. Nele decorre se caso necessário os bens culturais podem passar por processos de reavaliação por órgãos responsáveis pelo tombamento e proteção.

O patrimônio histórico-cultural é objeto, portanto, de normas internacionais e nacionais em razão de sua importância fundamental para os indivíduos, grupos e instituições, como o Estado. Partindo do pressuposto de que a Cultura é o *habitat* do Homem, os bens culturais compõem o meio ambiente necessário à sobrevivência, e compreende também o conjunto das condições culturais, psicológicas e morais indispensáveis à vida. O patrimônio cultural goza de proteção jurídica com fundamento em normas internacionais, constitucionais e infraconstitucionais.

Até as últimas décadas do século XX, totalmente voltado à ideia de patrimônio, o pensamento Brandiano de que o objeto restaurado não deve voltar no momento de sua criação e sim respeitar a temporalidade na sua formação original, se manteve. No entanto, uma nova tendência logo foi tomando força, ela visava à separação da restauração arquitetônica das demais obras de arte.

No século XXI, o patrimônio histórico ganhou algumas atribuições fundamentais diante da sociedade, tornando-se um produto cultural complexo repleto de significados “antropológicos, sociológicos, psicanalíticos e semióticos”. As reflexões teóricas tornaram-se mais profundas e abrangentes em todas as áreas, buscando assim, por condutas e um norteamento social diante de tudo que já foi descoberto e necessitando ser preservado para as futuras gerações.

5.3 Conservação, Restauração e uso do patrimônio cultural material

Inicialmente, antes das normas e recomendações internacionais de como lidar com o patrimônio material serem discutidas e de a “Carta de Atenas” ser escrita como forma de guia, a preservação do patrimônio material passou por duas abordagens opostas consideradas principais: a de conservar e a de se restaurar.

O crítico de arte e escritor inglês John Ruskin publicou em 1849 o livro “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”, no qual defende a posição de que o patrimônio arquitetônico deve ser conservado, mas nunca restaurado.

Contrariando este pensamento, o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc escreveu entre 1854 e 1868 um dicionário de dez volumes a respeito da arquitetura francesa do século XI ao século XVI que conta com um verbete denominado “Restauração”.

No verbete, é definido que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (Viollet-le-duc, 2019, p. 29). Para o autor, o patrimônio arquitetônico deve ser trazido à sua forma mais eficiente de funcionamento, mesmo que para tal intervenção feita na edificação histórica, seja não apenas para trazê-la ao seu estado original como também para tornar a edificação mais eficiente, com substituição de materiais, atualização de técnicas construtivas ou adições que sigam o estilo do conjunto da edificação como se fossem feitas pelo arquiteto original.

A respeito da instância histórica, Viollet-le-Duc (2019) apresenta que antes de qualquer intervenção deve ser sempre feito um levantamento cadastral constatando todas as características e materiais, ressalta então que o restaurador deve respeitar os traços que podem servir para constatação de qual parte da edificação é original e qual sofreu modificação, além de deixar relatórios escritos e registros fotográficos da obra antes e depois das intervenções

Ruskin (2015) encara o patrimônio arquitetônico como algo vivo, que deve receber cuidados para que tenha uma vida mais longa e proveitosa, chegando a comparar a manutenção preventiva que inclui a adição de suportes e escoras aparentes, com o uso de muletas para evitar a perda de um membro, mas que se deve respeitar o curso natural de todas as coisas.

Sendo assim, não se faz intervenções que apaguem vestígios de tempos passados e que dê uma descrição falsa daquilo que foi originalmente construído, mesmo que isso em algum momento leve à ruína do edifício, pois como tudo o que é vivo, o patrimônio arquitetônico deve algum dia morrer. Ou seja, segundo Ruskin (2015), uma edificação não só pode como deve receber intervenções para que se mantenha útil, mas nunca se deve tentar trazer a edificação a qualquer estado passado, pois seria destrutivo para sua dimensão histórica e sua função memorial.

O engenheiro, arquiteto e historiador da arte italiano Camillo Boito apresenta em três congressos entre 1879 e 1889, sua teoria do “restauro filológico”, ou seja, um restauro com base histórica. Boito (2008) em Choay (2001, p. 166), separa as edificações históricas de

acordo com o estilo e a idade dos edifícios em três categorias, para que cada uma receba um tipo de abordagem:

para os monumentos da Antiguidade, uma restauração arqueológica, que busque antes de tudo a exatidão científica e, em caso de reconstituição, considere apenas a massa e o volume, deixando de certo modo em branco o tratamento das superfícies e sua ornamentação; para os monumentos góticos, uma restauração pitoresca, que se concentre principalmente no esqueleto (ossatura) do edifício, deixando a carne (estatuária e decoração) em deterioração; enfim, para os monumentos clássicos e barrocos, uma restauração arquitetônica que leve em conta os edifícios em sua totalidade.

Segundo Más (2021), através dessa teoria Camillo Boito crítica Ruskin, considerando sua postura demasiadamente impiedosa, assim como a Viollet-le-Duc, cuja postura considera inevitavelmente arbitrária”. Para encontrar o meio-termo que julga ideal, Boito (2008, p.26) cita Kuhl (2019) ao enunciar oito princípios a serem seguidos objetivando evidenciar que as intervenções não são antigas:

[...] diferença de estilo entre o novo e o velho; diferença de materiais de construção, supressão de linhas ou de ornatos; exposição das velhas partes removidas, nas vizinhanças do monumento; incisão, em cada uma das partes renovadas, da data da restauração ou de um sinal convencional; epígrafe descritiva gravada sobre o monumento; descrição e fotografia dos diversos períodos das obras, expostas no edifício ou em local próximo a ele, ou ainda descrições em publicações; notoriedade.

O historiador da arte austríaco Alois Riegl publicou em 1903 o livro “O culto moderno dos monumentos”, no qual apresenta diretrizes de preservação para os monumentos históricos arquitetônicos de acordo com valores que identifica como relacionados à memória ou à atualidade. Os valores relacionados à memória são:

-Antiguidade: apresentado de forma visual através da óbvia falta de partes que antes compunham a edificação, como por exemplo no caso de desgaste de ângulos e cantos pela ação do tempo. É um valor que pode ser visto e identificado por todos, sendo assim capaz de influenciar grandes massas e a indicação é de que não se faça intervenções arbitrárias, é também o valor que deve ser levado mais em conta de acordo com Riegl.

-Histórico: apresenta a edificação como documento de um dado momento histórico, aplicação de técnica construtiva ou movimento artístico. É um valor a ser percebido mais facilmente pelos mais instruídos e, nesse caso nem os desgastes e nem as alterações são interessantes, sendo indicado que sejam feitas intervenções de manutenção que não apaguem os vestígios históricos e nem a passagem do tempo que já ocorreu sobre a obra, mas que diminuam ou cessem seus efeitos no futuro.

-Comemorativo: também chamado de “monumento volível”, é aquele feito com a intenção de deixar uma marca na história, como exemplo dos obeliscos. Por seu valor ser ligado ao da sua duração, a recomendação é que seja mantido sempre restaurado.

Ainda de acordo com Riegl, os valores ligados à atualidade são:

-Utilitário: valor ligado ao uso destinado à construção em questão. Não há recomendações quanto ao tipo de conservação a ser empregada, desde que a existência da edificação e sua segurança não sejam comprometidas em favor do valor de antiguidade. Dentre os valores da atualidade, este é o que Riegl considera como prioritário.

- Novidade: oposto ao valor de antiguidade, se destaca pela integridade com que a construção se apresenta ao observador. Riegl considera que a unidade de estilo é percebida como importante para a manutenção desse valor, de forma a se evitar a adição de partes ao existente.

- De arte relativo: quando a composição da obra está de acordo com os valores artísticos atuais como sua concepção, forma ou cor. Neste caso, deve-se fazer a manutenção para que a obra continue no mesmo estado em que se encontra ou até mesmo fazer uma restauração completa da obra.

Pouco depois, em 1916, o historiador da arte tcheco Max Dvorák publica seu livro “Catecismo da preservação de monumentos”, no qual fala sobre como cidades com construções de variados estilos e épocas emanam vida e originalidade, e acrescenta aos valores ligados aos monumentos o valor da “sensação de pertencimento” que enriquece o espírito e conecta os cidadãos aos seus antepassados.

Essas impressões podem ser dos mais diversos tipos. Podem dizer respeito ao próprio valor artístico dos monumentos, à sua presença na paisagem, à sua relação com um aspecto local, às recordações que a eles estão ligadas ou aos resquícios de antiguidade que os enobrecem e, ao mesmo tempo, despertam no espectador imagens do futuro e do passado. [Dvorák, 2015, p. 86]

Dvorák (2015) considera como dever cívico e moral de todos os cidadãos preservar o patrimônio histórico e lista a origem dos perigos que ameaçam esta preservação como: “ignorância e negligência”, “cobiça e fraude”, “destruição de antigas obras de arte como resultado de ideias equivocadas de progresso e falsas demandas do presente” e “busca descabida de embelezamento e renovação, na falta de uma educação estética, ou numa educação estética equivocada”.

Sobre as ideias equivocadas do progresso, Más (2021) escreve que segundo Dvorák (2015) “[...] às grandes cidades estão deixando de ser centros culturais e administrativos para

se tornarem apenas centros econômicos com a destruição de sua estrutura baseada em sua formação histórica e maturação artística substituindo-a por meios e vias de transporte, casas comerciais e escritórios, bairros populares. Essa transformação foi tão rápida que, muitas vezes, não se teve tempo ou iniciativa para conferir aquilo que era realmente urgente. Ao contrário, destruíram-se cidades cegas e aleatoriamente para substituí-las por novas, semelhantes, em sua maioria, aos estabelecimentos do *Farwest*; não apenas sua aparência estética, mas também sua função prática, foram sacrificadas ao efêmero e provisório. [DVORÁK, 2015, p.78 citado por MÁŠ, 2021, p.32].

O arquiteto e engenheiro civil italiano Gustavo Giovannoni também escreveu a respeito do conjunto urbano como patrimônio histórico.

Podemos observar então ao longo dos tempos, o caminho que as lutas pela preservação do patrimônio material vêm percorrendo, e o quão importante foram e ainda são extremamente necessárias as legislações em prol da preservação do patrimônio cultural material. Elas são instrumento de amparo para toda e qualquer intervenção que venha a ter necessidade de ser feita no patrimônio, obedecendo padrões básicos da matéria-prima estrutural, protegendo suas técnicas de construção e seu valor histórico-social.

6. CIDADES INTELIGENTES E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo, buscamos compreender melhor a ligação das temáticas envolvidas, Cidades inteligentes, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local. Como uma está contida na outra e juntas proporcionam uma dinâmica urbana que favorece e enriquece a qualidade de vida humana e o desenvolvimento local.

A perspectiva de uma cidade ideal percorre pelo conceito individual de cada pessoa, porém para que se estabeleça essa dinâmica de cidade integrativa⁴⁸, inclusiva⁴⁹, sustentável é necessário que as políticas públicas, o urbanismo, o patrimônio cultural, a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento local estejam integrados e em equilíbrio. Uma cidade inteligente ideal passa necessariamente pelo processo de cidades inteligentes que ressaltam seu patrimônio cultural visando sua preservação, reconhecimento histórico-cultural e seu uso como ativo econômico na promoção de fluxo monetário de forma a colaborar no desenvolvimento local eficaz.

6.1 Cidades inteligentes: conceituações necessárias

As Cidades Inteligentes, conhecidas também como *Smart City* carregam o conceito de uma cidade eficiente, conectada e sustentável. Seu desenvolvimento acontece por meio de inovações tecnológicas que favorecem um ambiente urbano adequado à qualidade de vida e que promovam de forma sustentável a economia local e o desenvolvimento humano.

As Cidades Inteligentes são conhecidas internacionalmente pelo termo na língua inglesa de *Smart City*. Segundo Hajduk (2016, p.36) o conceito de *Smart City* começou ainda ser usado na década de 1990. Essa referência foi mencionada em uma conferência em São Francisco, nos Estados Unidos: “Atingindo uma economia global sustentável: infra-estruturas

⁴⁸ Cidade Integrada quer dizer que uma cidade é adaptada, incorporada ou unida. Também é o nome dado a um programa do estado aplicado na cidade do Rio de Janeiro- Brasil, orientado para promover uma verdadeira transformação em bairros e comunidades de baixa renda e em seu entorno imediato, através de ações e implementações de obras de mobilidade, habitação, construção e reforma de equipamentos públicos, melhoria de gestão de resíduos sólidos, buscando realizar a conexão e integração destas comunidades com os bairros formais. Disponível em: <https://g1.globo.com.br>. Acesso em: 19/01/2022

⁴⁹ Cidade inclusiva, é aquela que permite a todos os cidadãos acesso irrestrito aos seus espaços, infraestrutura e serviços, atendendo a diversidade de necessidades de sua população. Ela também reconhece os problemas que sua população possui e que podem ser ocasionados pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou étnicos-raciais, para então desenvolver ações e soluções que necessariamente vão demandar por políticas públicas de boa gestão. DIAS, Yasmin. Cidade Inclusiva: Adaptações Essenciais e Impactantes. Site Vlibras. Disponível em: <https://www.vlibras.com.br/adaptacoes-necessarias-para-uma-cidade-inclusiva/libras> . Acesso em: 11/05/2023

conectadas – cidades inteligentes, sistemas rápidos, redes globais” (Gibson; Kozmetsky; Smilor 1992). Desde já ficavam evidentes questões mínimas de desenvolvimento local para atingir uma cidade inteligente.

Com o tempo o termo *Smart City* foi se popularizando e estudos mais aprofundados começaram a surgir. Sua ligação com áreas diversas de pesquisas elenca necessidades no vislumbre de uma cidade inteligente (Figura 17). *Caragliu, Del Bo & Nijkamp* (2011, p.50) definem da seguinte forma as cidades inteligentes:

Uma cidade é inteligente quando investimentos em capital humano e social e infraestrutura tradicional (transporte) e moderna (TIC) fomentam o crescimento econômico sustentável e uma alta qualidade de vida, com gestão inteligente dos recursos naturais, através de uma governança participativa.

Figura 18 - Componentes da Smart City



Fonte: Elaboração Érika Santos Silva/2023

Analisando por outra perspectiva, Hollands (2008) nas palavras de Castro & Baracho (2020, p. 305) menciona que “Territórios com alta capacidade de aprendizado e inovação, se baseiam na criatividade de sua população, em suas instituições de produção de conhecimento

e sua infraestrutura digital para comunicação”. Apesar dos conceitos apresentarem contrapontos, a ideia central é mostrar que propostas que venham dialogar com as soluções para problemas atuais, pensando em um futuro melhor compreendem o conceito de cidades inteligentes. Lima (2013) conecta a História na Geografia por meio da ocupação territorial, na qual a estratificação⁵⁰ social interfere particularmente na economia e cultura da região, por meio da influência de características culturais de outras microrregiões.

Os estudiosos Giffinger & Gudrun (2010), Chourabi et al. (2012) e Zubizarreta, Seravalli & Arrizabalaga (2015) citados por Castro & Baracho (2020) realizaram uma análise sistêmica, na qual consideravam os fatores prioritários para uma cidade inteligente a identificação de áreas primordiais que necessitavam de iniciativas inteligentes como: pessoas (capital humano), economia, governança, mobilidade (urbana), meio ambiente, tecnologia e qualidade de vida.

Já Figueiredo (2018) dialoga entre dois tipos diferentes de conceitos para Cidades Inteligentes. O primeiro aborda o início da década de 2000 no qual empresas de tecnologia e escritórios de arquitetura propuseram a construção de cidades do zero, “para mostrar que cidades 100% sustentável não apenas estariam sob nosso alcance como também teriam um excelente padrão de vida” (Figueiredo, 2018, p.20). Não obtiveram sucesso pois o gasto massivo de recursos e a falta de apropriação da população não proporcionaram continuidade. Isso se deve a questões mais profundas, pois para haver apropriação da sociedade há uma necessidade de reconhecimento diante da identidade cultural do lugar que a humanidade vai se estabelecer.

Em um segundo momento, que vai de 2007 a 2014, entende-se projetos mais realistas e voltados para a smartificação de cidades já existentes, com base nas categorias anteriormente citadas. Figueiredo (2018) aponta, a partir de 2014, a inserção da smartificação nas agendas nacionais por meios de projetos que investem em aplicativos e coleta de dados. No Brasil, programas desse tipo recebem projetos que são submetidos e desenvolvidos a todo momento, em nível federal como minha cidade inteligente, e em nível municipal, com a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas.

É importante observar nas palavras de Castro & Baracho (2020) com relação à abordagem desta temática voltada para cidades inteligentes, que quando se busca por exemplo, no Google acadêmico este descritor, há cerca de 3.790 resultados e quando a busca se volta

⁵⁰ Estratificação social. Processo ou sistema social em que a população se distribui de maneira mais ou menos rígida, em estratos, classes e castas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estratificacao/> . Acesso em: 05/02/2024.

para simultaneamente cidades inteligentes e tecnologia há o oferecimento de 3.030 resultados, significando assim que 80% das publicações sobre esta temática voltam-se a aspectos tecnológicos.

Outros descritores, segundo a autora, tratam sobre mobilidade, qualidade de vida e meio ambiente, ficando entre 50% e 30% de publicações. Ainda segundo Castro & Baracho (2020), neste contexto, a questão da cultura constitui um subtópico relacionado a cidades inteligentes, observando-se também que o patrimônio passa a se tornar um subtópico da cultura, com cerca de 11% de publicações sobre cidades inteligentes. Ressalta, no entanto, a autora que:

Os modos como as pessoas de determinado lugar vivem, interagem, transitam, consomem e trabalham são parte dessa cultura, que têm muitos pontos em comum com diversos outros lugares ao redor do mundo, mas também apresentam especificidades que, por si só, já indicam a necessidade de se considerar a cultura, bem como o patrimônio cultural, para além do papel de um entre vários subtópicos em uma estratégia urbana. (Castro, 2020, p.300)

É importante observar que várias pesquisas relacionando cidades inteligentes e patrimônio estão demonstrando a viabilidade desta relação, seja por exemplo pela criação de aplicativos móveis voltados ao patrimônio material e cultural das cidades, na avaliação de edifícios históricos, seja por aplicativos que indicam corredores culturais de museus, centros gastronômicos ou culturais.

Nesse sentido, observa-se gradativamente um esforço integrativo de informações existentes nas cidades para facilitar a relação existente entre o cidadão e a própria gestão patrimonial em questão, que recebe um feedback do morador ou visitante via aplicativo, podendo utilizar esse retorno nas suas tomadas de decisões.

Compreende-se então que uma Cidade Inteligente é fundamentada por diversos conceitos que interligados visam a qualidade de vida da população por meio da integração de tecnologias e inovações. A viabilidade de informação proporcionada pelas (TICs), objetiva o conhecimento, o reconhecimento sociocultural, compreensão da mobilidade urbana, a resiliência social da cidade, incentiva a educação, fomenta as políticas públicas através da integração de dados por plataformas digitais.

6.2 A relação existente entre urbanização e patrimônio

Considerando que cidades inteligentes são propostas de como lidar com problemas atuais pensando em um modelo de cidade ideal para o futuro, podemos observar o urbanismo contido nesse sistema. Afirma assim Arroub *et al.* (2016, p.180):

Devido a urbanização, surgiu um número significativo de riscos, preocupações e problemas. Consequentemente, as últimas administrações têm buscado soluções ótimas, que só podem ser encontradas, de acordo com os pesquisadores, na “inteligência”. Mais além, a inteligência pode significar ser sustentável, habitável, seguro, verde ou conectado. De fato, a cidade inteligente pode ser definida como a busca por alcançar todos esses objetivos usando as TICs⁵¹.

As TICs são tecnologias de informação e comunicação usadas na operacionalização das cidades inteligentes. Partem tanto das tecnologias já existentes, como também suportam projetos e desenvolvimento de sistemas tecnológicos inovadores voltados a um melhor desempenho da cidade.

Relacionado às *smart cities* diante da questão do patrimônio cultural, menciona Neirotti *et al.* (2014, p.27), “[...] no caso da cultura, o envolvimento do público poderia ter como objetivo melhorar a exploração e atratividade do patrimônio cultural de uma cidade”. Nesse contexto já se observa a necessidade de preservação do patrimônio cultural, e por meio de estudos denominados patrimônio inteligente, alguns estudiosos começaram a se aprofundar mais no tema. A base dos estudos sobre patrimônio inteligente considerava principalmente o uso de alternativas tecnológicas para a preservação e difusão do patrimônio cultural.

A partir do ano de 2010 o termo patrimônio inteligente começou a aparecer nos estudos que relacionavam cidades inteligentes, neles a visão do patrimônio cultural da cidade mediante a urbanização necessitava andar em sintonia com as questões de preservação para alcançar os objetivos de uma cidade inteligente (Castro & Baracho, 2020, p.307).

Entendendo que o patrimônio cultural de uma cidade funciona como um ativo econômico, deve-se utilizá-lo como atrativo turístico e economia criativa para geração de fluxo econômico da cidade e assim promover o desenvolvimento local. Além disso, esse patrimônio preservado serve também para educação patrimonial e reconhecimento histórico-cultural do povo. Para Santos (2022, p.52) as práticas da educação patrimonial comprovam a

⁵¹ TIC: Tecnologia da Informação e Comunicações.

construção da educação continuada, integrando o conhecimento científico ao conhecimento tácito/local.

Santos (2022) relaciona a educação patrimonial ao processo de desenvolvimento local que compreende suas dimensões. Dentro desse contexto, práticas pedagógicas possibilitam o empoderamento social através do conhecimento que solidifica a construção da identidade e preservação da memória, o envolvimento desse processo compreende a valorização sociocultural local.

A diversificação no uso dos patrimônios culturais tem como objetivo final a sustentabilidade econômica, dependendo cada vez menos de repasses governamentais (Castro & Baracho, 2020, p.309). Ainda conforme os autores, uma vez que a cidade precisa, cada vez mais, de espaços para expansão de sua infraestrutura e serviços, é necessário o reuso das construções históricas como ponto principal para uma política de preservação em função das cidades inteligentes. Os autores defendem algumas áreas e tópicos de interesse dentro do conceito de “patrimônio inteligente” são eles:

- **A grande área da Economia** – o patrimônio é visto como ativo, considerando sua adaptabilidade e reuso dentro de uma sustentabilidade econômica, sua eficiência e economicidade na relação de custo e benefício a ser observado na atividade pública. A economia criativa é desenvolvida por atividade que proporciona serviço e disponibiliza conhecimento a partir do setor criativo. Por último, em um crescimento considerável nas últimas décadas, o Turismo, proporcionando integração de povos diversos no reconhecimento de patrimônios culturais e na contribuição com atividades diversas que geram economia e desenvolvimento local.

- **A grande área de Pessoas** – vista pela colaboração, integração, participação, representação, novas habilidades e privacidade. Para Castro & Baracho (2020), mediante uma análise bibliométrica sobre Áreas e tópicos de interesse sobre patrimônio inteligente, “ressaltam capacidades como colaboração, integração, participação e representação como fundamentais para melhoria nos projetos de preservação patrimonial” Apontam ainda a limitação dos recursos para essas práticas e observam a necessidade de a sociedade adquirir novas habilidades para lidar com as inovações tecnológicas que vão surgindo dentro do patrimônio cultural.

Algumas questões ainda levantadas sobre o estudo, no projeto para cidades inteligentes, visam à necessidade de a população adquirir novas habilidades para entender e interagir com as inovações tecnológicas propostas e implantadas no meio da área cultural e patrimonial. Essa questão pode ser resolvida em colaboração entre as políticas públicas,

privadas e a população, dentro de um contexto de desenvolvimento de projetos de treinamentos para uma Educação Patrimonial Tecnológica.

Levando em conta o direito à privacidade tanto no uso das tecnologias quanto na preservação da identidade social e dos dados adquiridos, é necessário o oferecimento de recursos tecnológicos nos espaços culturais visando contribuir de forma mais eficiente na preservação preventiva do bem patrimonial tanto quanto no conhecimento e divulgação do mesmo Castro & Baracho (2020).

Nas **grandes áreas da Governança, Mobilidade e Meio Ambiente** as políticas públicas visam à garantia e efetivação da preservação do patrimônio cultural. Apontam para uma gestão mais descentralizada em relação às políticas públicas na efetivação da preservação patrimonial, de forma a proporcionar aos municípios um maior poder de decisão tanto no apontamento de diretrizes de preservação, quanto ao uso e os benefícios gerados.

Atenta-se para que o uso do patrimônio cultural se volte para *Branding*⁵², buscando despertar sensações criando conexões conscientes e inconscientes diante da experiência no âmbito patrimonial. Explora formas mais eficazes na implantação da acessibilidade (física e intelectual), na busca em proporcionar a todos uma experiência única junto ao patrimônio histórico-cultural.

-Na **grande área relacionada à qualidade de vida**, existem documentos normativos e manuais da área patrimonial que pontuam observações em relação à cidadania, inclusão, diversidade, preservação da memória, identidade e pertencimento. Com o intuito de preservar fisicamente tanto o patrimônio edificado, quanto a memória da população que vai usufruir do espaço no qual se encontra.

-Quanto à **grande área de Ações de Preservação**, com ressalva às narrativas de Lupo & Ozdil (2013) sobre os museus virtuais, plataformas colaborativas e curadoria distribuída, temas mais recentes e que ainda estão em desenvolvimento. Entendemos que as ações de preservação estão em constantes adaptações para aperfeiçoamento. Cada patrimônio cultural exige uma avaliação individual de suas demandas, pois sua função e uso dentro do contexto histórico e urbano é específica de cada unidade em relação ao território que se encontra.

⁵² Branding é o conjunto de ações alinhadas ao posicionamento, propósito e valores da marca. O objetivo do branding é despertar sensações e criar conexões conscientes e inconscientes, que serão cruciais para que o cliente escolha a sua marca no momento de decisão de compra do produto ou serviço. Disponível em: < <https://resultadosdigitais.com.br/>>. Acesso em: 20/10/2023.

-Na **grande área da tecnologia**, podemos encontrar um diferencial dos trabalhos sobre “patrimônio inteligente” relevantes ao processo de aproveitamento e preservação quanto a difusão patrimonial. Isso se dá por meio do desenvolvimento de novos campos tecnológicos, com a apresentação de produtos inovadores que venham a contemplar demandas mais específicas e em um espaço de tempo bem reduzido. Novos dispositivos e aplicativos surgem constantemente e a discussão sobre como deve ser a aplicação e interação no campo patrimonial é analisada de forma mais cautelosa necessitando de prazos mais extensos, contrapondo ao desenvolvimento rápido e constante da tecnologia. Porém os recursos tecnológicos estão aprovados na eficácia de colaboração na preservação da memória do patrimônio cultural, através de bens digitalizados e nato-digitais.

Os bens digitalizados se referem aqueles que por meio de pesquisa empírica ou física, são registrados de forma textual ou através de imagens e vídeo por um processo tecnológico que resguardam sua memória e proporcionam às futuras gerações o seu conhecimento. Já os nato-digitais são documentos que já nascem digitais, podendo vir a ser desenvolvidos durante o uso de dispositivos, aplicativos ou processos tecnológicos. Le Bourlegat (2010) refere-se a conectividade em rede como “nós”, que transformam os lugares em abrigos de indivíduos e coisas de diferentes culturas. Na globalidade a velocidade no deslocamento de informações, bens e pessoas tem se tornado o principal meio de difusão da Terceira Revolução Científica-Tecnológica.

Os sistemas tecnológicos começaram a ser elemento fundamental no campo patrimonial desde o início do século XXI, especialmente a partir de 2003, com a realização do Conselho Intergovernamental do Programa “Informação para Todos”, da UNESCO. Resultou na publicação da “Carta para Preservação do Patrimônio Digital”, que se atenta aos recursos digitais para acervo, conhecimento e expressões dos seres humanos, e que requerem diretrizes especiais para sua preservação, já que se trata de objetos efêmeros⁵³.

Os materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas da web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são frequentemente efêmeros e requerem retenção, produção, manutenção e gerenciamento intencionais. [...] Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros e, portanto, constituem um patrimônio que se deve ser protegido e preservado para as gerações atuais e futuras (UNESCO, 2003).

⁵³ De curta duração, que é breve, transitório: sucesso efêmero. Característica do que é temporário, momentâneo: felicidade efêmera. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/efemeros/>. Acesso em: 30/10/2023.

Segundo Lupo e Ozdil (2013), a criação e conceituação de “Patrimônio Inteligente” deve-se relacionar diretamente à preservação do patrimônio com a disponibilização e utilização de informações difusas, tornando-as “acessíveis, precisas, visíveis e relacionais” para que dessa forma o patrimônio seja considerado de fato “inteligente”.

Ao relacionar as estratégias de cidades inteligentes “à descoberta e à melhoria de antigos valores e relações, graças ao apoio de inovações tecnológicas” (Vattano, 2013, p.269), entende que o patrimônio cultural é parte essencial das cidades e da memória comunitária de um povo, tornando a integração das tecnologias voltadas à preservação uma forma de “atitude patrimonial inteligente”. Reforça este pensamento Khoshlham (2018, p.7) ao afirmar que a expressão “[...] O patrimônio inteligente refere-se ao uso de tecnologias para otimizar a tomada de decisões no uso e gestão dos edifícios patrimonializados”.

Dentro desse contexto, é necessário o uso das abordagens colaborativas como possibilitar conexões virtuais na gestão patrimonial no intuito de fornecer o máximo de informações possíveis com acesso livre a todos que desejam obter informação patrimonial, e dessa forma fomentar a inovação e uso de recursos inteligentes que contribuam na construção de uma Cidade Inteligente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar uma tese na qual o corpus documental usado para a contextualização da revisão teórica se apresenta de forma ampla ao descrever, analisar e interpretar o objeto de estudo, exige cautela, prudência e cuidado nas reflexões de pensamentos apontados, apresentando uma linearidade, familiarização, sentido e clareza do tema. As teorias abordadas de forma progressiva no decorrer da tese, conceituam o tema “patrimônio cultural material” e sua representação no cotidiano da vida sociocultural, apresenta também a relevância do estudo no intuito de preservação patrimonial como perspectiva no desenvolvimento local.

Dentro da linha de desenvolvimento desta tese, em um primeiro momento houve a compreensão do conceito de “patrimônio material” e como ele é reconhecido e discutido socialmente a nível de estudos internacionais. A realização da revisão teórica foi essencial para conceituar o tema sob a ótica dos vários autores que no decorrer das gerações passadas e a atual se propuseram e propõem a aprofundar e dialogar com os estudos sobre patrimônio material com a dinâmica sociocultural no processo de desenvolvimento local. Nessa busca, a revisão bibliométrica foi o elemento que proporcionou a familiarização, aproximação e conhecimento de outras áreas que convergem⁵⁴ junto com o patrimônio material. A bibliometria contribuiu diretamente para uma análise mais ampla, textual e dentro de um corte temporal dos últimos 10 anos do tema, de forma que o objeto de estudo não sofresse interferência do objeto pesquisado. Para o desenvolvimento dessa análise utilizou-se de plataformas de publicação periódicos com a pesquisa direcionada para a base que mais apresentou trabalhos sobre o tema, e em sequência para programas no desenvolvimento da tabulação dos dados quantitativos em relação aos trabalhos qualitativos levantados.

Foi através da análise bibliométrica que se compreendeu o quão abrangente é o tema patrimônio material, e o quanto ele é um tema contemporâneo⁵⁵, pois a quantificação dos autores, do impacto dos estudos publicados, a localização territorial das instituições envolvidas e as áreas diversas pelas quais ele interage como campo de estudo constata toda a sua relevância e articulação sociocultural que tem.

Em um segundo momento buscando compreender melhor o conceito de patrimônio material, observou-se que o tema não só se relaciona com a “memória” como está contido nos

⁵⁴ Convergência: qualidade ou disposição do que é convergente; direção para um ponto comum. Refere-se ao que coincide na mesma posição ou tende a se unir ou encontrar algo. Oxford Languages. Disponível em: <https://www.languages.oup.com/dictionaries/>. Acesso em 05/02/2024.

⁵⁵ Contemporâneo: que é do mesmo tempo, que viveu na mesma época. Enciclopédia Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/contemporaneo/>. Acesso em: 05/02/2024.

subgrupos que conceituam “Cultura, Patrimônio Cultural e Patrimônio Histórico”. A cultura é formada por um conjunto de manifestações que têm por ordem fundamental a construção do ser humano, o patrimônio cultural e histórico são representações tangíveis e intangíveis dos bens da humanidade que já estão amparados e protegidos por leis, pois se constituíram durante a formação social da vida humana, e é através da memória que serve como um fio condutor que se passa o conhecimento cultural de geração para geração. Dentro da abordagem textual em relação aos autores que conceituam os termos apresentados, a presença do patrimônio material é clara e objetiva pois ele serve como forma de registro físico referente a cultura da sociedade que se constituiu e viveu naquele período, e por seu contexto histórico devem ser preservados.

Dentro do mesmo enfoque estão relacionados os órgãos existentes com exemplo da UNESCO e IPHAN que desenvolvem pesquisas e trabalham em função do reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio cultural material. Com vistas à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, existem ações como exemplo o “Desenvolvimento sustentável” contido nas ODS/2030 que tem por objetivo fortalecer os esforços para proteger o patrimônio mundial e natural do mundo. De forma conjunta e no intuito de preservar as heranças socioculturais, o patrimônio, a cultura e a memória seguem caminhando entrelaçadas durante toda a existência humana, se adequando e transformando no passar das gerações.

No terceiro momento a abordagem da tese, decorre sobre as políticas públicas instituídas para a conservação, restauração e uso do patrimônio material desde a primeira menção sobre o tema. As legislações estabelecidas têm o papel de subsidiar as ações a favor da preservação patrimonial, dentro delas são estabelecidas regras e normas para as quais devem ser atendidas como critério para quaisquer intervenções que venham a ser referidas no patrimônio material. Para estruturar tais legislações foram necessários estudos aprofundados sobre o tema, por pessoas que entendessem dos materiais envolvidos, de forma a articularem sobre as normas sociais culturais e a necessidade de preservação do patrimônio material como elemento de construção da identidade humana. A legislação também deixa claro que é obrigação da geração atual, preservar os bens patrimoniais para as gerações futuras, e dessa forma eles possam usufruir do conhecimento histórico agregado ao patrimônio.

O quarto momento desta tese, em sua revisão teórica, destaca a relação de “Cidades Inteligentes” com o “patrimônio cultural” no processo de “desenvolvimento local”, por intermédio de ações como a economia criativa na geração de fluxo econômico, como resultado da preservação patrimonial. As inovações tecnológicas colaboram diretamente deixando mais íntima a relação de territorialidade entre o indivíduo, o meio sociocultural e a cidade. Pois

compreendido o conceito e as relações do patrimônio cultural material, observa-se nele um potencial instrumento como ativo econômico, que direcionado o seu uso como atrativo turístico contribui para o fluxo econômico da cidade, e ao mesmo tempo, usar o bem preservado para o reconhecimento histórico e cultural social, agregado a prática da educação patrimonial.

Considerando o ineditismo dessa abordagem mais ampla na revisão teórica do patrimônio cultural material, observa-se a possibilidade de novas pesquisas em função da abrangência de áreas relacionadas ao tema. Conclui-se mediante a revisão teórica abordada nesta tese, sua relevância justificada sob a ótica acadêmica, que aponta a preservação do patrimônio cultural material como um elemento fundamental para desenvolvimento humano e social, que voltado ao conceito de cidades inteligentes encontra viabilidade nas tecnologias da informação (TICs) e inovações, facilitando a relação do indivíduo com o território contribuindo efetivamente no processo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- AIKAWA, Noriko. *Uma Visão Histórica da Preparação da Convenção Internacional da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, *Museu Internacional*, 56:1-2, 137-149. 2004. DOI:10.1111/j.1350-0775.2004.00468. x. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/permissions/10.1111/j.1350-0775.2004.00468.x?scroll=top>
- ARROUB, A et al. *A literature review on Smart Cities: Paradigms, opportunities and open problems*. In: 2016 INTERNATIONAL CONFERENCE ON WIRELESS NETWORKS AND MOBILE COMMUNICATIONS, 2016, [S.I.]: IEEE, 2016. P. 180-186.
- BALTAZAR, A. *Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à Museologia*. Batatais: Claretiano, 2011.PLF
- BERGER, P. & LUCKMAN. *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- BENEDICT, R. *Padrões de cultura*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1972.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- BOITO, Camillo. *Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Tradução de: Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal, Porto: Porto Editora, 1994
- BORDA, A.; BOWEN, J. *Smart cities and cultural heritage: a review of developments and future opportunities*. In: EVA LONDON 2017: ELECTRONIC VISUALISATION AND THE ARTS, 2017, Londres. Anais... Londres: BCS Learning & Development Ltd., 2017. p. 9–18.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 191 p.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de agosto de 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Decreto no 3.551, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*. Disponível: <<https://www.iphan.gov.br>>. Acessado: 21 jan. 2024.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Decreto-lei no 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível: <<https://www.planalto.gov.br>> Acessado: 21 jan. 2024

BROOKES, B. C. *Bradford's law and the bibliography of science*. Nature, [s.l.], v.224, p.953-956, Dec. 1969 LEI DE BRADFORD.

CAMPOS, Juliano B. PREVE, Daniel R. SOUZA, Ismael F. *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade* [recurso eletrônico] / Juliano Bitencourt Campos, Daniel Ribeiro Preve, Ismael Francisco de Souza, organizadores - Curitiba: Multideia, 2015.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. *Smart cities in Europe*. Journal of Urban Technology, v.18, n2, p.65-82, 2011.

CASTRO, Celso (org.). 2005. *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer* Campos - Revista de Antropologia [online], Volume 6 (31 dezembro 2005).

CASTRO, Juliana Martins de; BARACHO, Renata Maria Abrantes. *O patrimônio cultural nas cidades inteligentes*. Em Questão, Porto Alegre, v.26, n.3, p.298-326, set./dez.2020. DOI; <https://doi.org/10.19132/1808-5245263.298-326>.

CASTILHO, Maria A. *Patrimônio Cultural no Contexto de Territorialidades*. XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH. Natal 2013 p.1-22. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1374609209> . Acesso em:19/01/2024.

CAUQUELIN, Anne. *Paisagem, retórica e patrimônio*. In: JEUDY, Henri-Pierre (Org.). *Patrimoines em folie*. Paris: Éditions de la Maison de Science de L'Homme, 1998, p.24-28.

CARVALHO, A; SOUZA, L. *Podem as painelas falar? O processo de institucionalização do patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)*. Revista Diálogos (online), Maringá, v.18, n.3, p.1183-1211, set./dez. 2014.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar e cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.

CRISTÓVÃO, H. T. *Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade*. Rio de Janeiro, IBICT, 1978. Tese de Mestrado em Ciência da Informação.

CUCHE, Denys. *O conceito de culturas nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CULTURAL. *Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/7/1933, Página 14153. Decreto-Lei 22.928 de 1933.

DORSA, Arlinda Cantero. *A Relação existente entre Cultura, Identidade e Patrimônio Cultural*. Revista Interações, Campo Grande-MS, v.23, n.2, abr./jun.2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/Hkx9p4HcG7dG4ShWgwsMqWc/> . Acesso em: 14/10/2023.

DUTRA, Larissa Fernandes; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. *Alternativas inteligentes para a preservação do patrimônio cultural no contexto das smart cities*. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1378-1396, jan./abril 2020.

DVORÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. Tradução de: Valéria Alves Esteves Lima. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

EMMITT, S. *Design Management for Architects*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

FIGUEIREDO, G. M. P. *O discurso e a prática da smart city: perspectivas críticas e aproximações sistemáticas no contexto de metrópoles latino-americanas*. 2018. 156 f. Dissertação de mestrado- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

FONSECA, M. C. L. A fase heroica. In: *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ; IPHAN, 2005.

FUNARI, P. P. A. (Org.). *Arqueologia histórica e cultura material*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MATO GROSSO DO SUL. Logomarca. Disponível em: <<https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Marca-FCMS.png>>. Acesso em: 22/01/2024

FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MATO GROSSO DO SUL. Site. Disponível em: <<https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>>. Acesso em: 22/01/2024

FREIRE, Beatriz. *O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação*. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 11- 20, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1989.

GIBSON, D. V.; KOZMETSKY, G.; SMILOR, R. W. *The technopolis phenomenon: smart cities, fast systems, globais networks*. Maryland, USA: Rowman & Littlefield Publishers, 1992. (International Series on Technical Innovation and Entrepreneurship).

GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. *Smart cities ranking: na effective instrument for the positioning of the cities? ACE: architerture, city and environment*, v.4, n.12, p. 7-26, 2010.

GLÄNZEL, W. *Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators*. Course handouts, 2003. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2022.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. *Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica*. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=3999477&pid=S1984-6657201100020000200016&lng=pt>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p .5, 1997.

HAJDUK, S. *The concep of a Smart City in urban management*. *Business, Management and Education*, V.14, n.1, p.34-49, 2016.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. *Varia História*. Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./ dez. 2006, p. 261-273.

HOLLANDS, R. G. *Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? City*, v. 12, n.3, p.303-320, 2008.

IPHAN. *Mapa Estratégico do IPHAN – 2013-2015*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20atual-1.pdf>>. Acesso em: 22/01/2024

IPHAN. *Livro do registro dos saberes*. Brasília: Iphan/MinC, 2001.

KHOSHELHAM, K. *Smart Heritage: challenges in digitisation and spatial information modelling of historical buildings*. In: 2nd Workshop on computing Techniques For Spatio-Temporal Data in Archaeology and Cultural Heritage, 2018, Melbourne, Australia. Anais... Melbourne, Australia: [s.n.], 2018, p.7-12.

KUHL, Beatriz Mugayar. “*Restauração hoje: método, projeto e criatividade*”, In: *Designio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo: FAUUSP/ Annablume, n.6, nov/2007, pp. 19-34.

LARAIA, R.de B. (1986). *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar

LE CORBUSIER. *Biografia*. Disponível em: <<https://www.fondationlecorbusier.fr/la-fondation/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. “*Os Territórios e Suas Abordagens de Desenvolvimento Regional/ Local*”. XX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas- XVIII Workshop Anprotec. Campo Grande, 20 a 24 de set/ 2010.

LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

LIMA, Maria Margareth E. R. *Ciclos Econômicos e Produção Arquitetônica em Porto Murtinho*. Ed. Life. Campo Grande-MS, 2013.

LUPO, E.; OZDIL, E. *Towards a Smart Heritage as future diffused museums: design and communication technologies to innovate the experience of the cultural patrimony in Smart Cities*. *Internacional Journal of the Inclusive Museum*, v.6, n.1, p. 159-169, 2013.

LUSO, Eduarda Cristina Pires Lourenço, PAULO B.; ALMEIDA, Manuela Guedes de. (2004). *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. Editora: Universidade do Minho. Departamento de Engenharia Civil (DEC) Revista: Revista Engenharia Civil Nº20. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1822/2554>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MÁS, Dagny. *Levantamento das patologias de alvenaria no Castelinho de Porto Murinho – MS*. TCC (Bacharelado em Engenharia Civil) - Faculdade De Engenharias, Arquitetura E Urbanismo E Geografia, Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. Campo Grande. 2021.

MENESES, U. T. B. *A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. In: MORI, V. H., et al. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2015. p. 33- 76. 2a ed.

MOROSINI, Marilia Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel. *Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 56, n. 47, p. 197-120, jan./mar. 2018

MORGAN, Lewis H. *A sociedade antiga*. In. CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MUELLER, S. P. M. *Estudos métricos da informação em ciência e tecnologia no Brasil realizados sobre a unidade de análise artigos de periódicos*. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. p. 6-27, maio 2013. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/528>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MUELLER, S. P. M. *O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo*. Ciência da Informação, Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 1994.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. *As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 164-183, dez. 2015.

NEIROTTI, P. et al. *Current trends in Smart City initiatives: some stylised facts Cities*, v.38, p. 25-36, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

PAO, M. L. *Automatic text analysis based on transition phenomena of word occurrences*. Journal of the American Society for Information Science, New York, v. 29, n.3, p. 121-124, May 1978. 20.

PAO, M. L. *Concepts of information retrieval*. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1989. P.285.

PICHETH, F. M. *PeArte: um ambiente colaborativo para a formação do pesquisador que atua no ensino superior por meio da participação em pesquisas do tipo estado da arte*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

PINTO, José Madureira. *Ideologias: inventário crítico dum conceito*. In *Análise Social*, Lisboa, Portugal, v. XII (45), 1976, p.127-152.

PORTILHO, Evelise María Labatut. *Aprendizaje Universitario: un enfoque metacognitivo (Tese de doutorado)*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 34.

PRITCHARD, A. *Statistical bibliography or bibliometrics?* Journal of Documentation, [s. l.], v. 25, n.4, p. 348-349, Dec. 1969.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, 1984 [original: 1903] Collection dirigée par Françoise Choay.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem*. Tradução de: Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [1995] (Col. “Primeiros Passos”).

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Tradução de: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 110) 12ª reimpressão da 16ª. ed. de 1996.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. *Museus Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local*. Ed. Life, Campo Grande-MS, 2022.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. *Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

SOUZA, W.E.R; CRIPPA, G. *O Patrimônio como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial*. Em *Questão*, Porto Alegre, v.17, n.2, p.241-255, jul./dez. 2011.

SOSTER, S. S.; PRATSCHKE, A. Tecendo a cidade: a quem cabe a decisão de preservar? V! RUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=6&item=1&lang=pt>. Acesso em: 22Jan. 2024.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London; New York: Routledge, 2008.

TYLOR, Edward Burnett. *A ciência da cultura*. In: CASTRO, Celso. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Textos selecionados, apresentação e revisão, Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. pp. 67-99.

UNESCO. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: Acesso em: 17 set. 2023.

UNESCO. *Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital*. [S.1; s.n.]. Paris, 15 outubro 2003. Disponível em:

< <https://en.unesco.org/about-us/legal-affairs/charter-preservation-digital-heritage>>. Acesso em: 30 out. 2023.

VATTANO, S. *Uma rigenerazione smart per i centri storici da Smart Cities a Smart Heritage*. In: *Recupero, Valorizzazione, Manutenzione nei Centri Storici: Um tavolo di confronto interdisciplinare*. Siracusa: Lettera Ventidue Edizioni, 2013. P. 266-269.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de: Beatriz Mugayar. Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019.

VOOS, H. *Lotka and information science*. *Journal of the American Society of Information Science*, New York, v. 25, p. 270-272, July/Aug. 1974. LEI DE LOTKA